

Prof^a Dra. Angelica da Trindade Henrique
Prof. Me. Danilo Barbosa Moraes
(Organizadores)

ENPEX EM FOCO

Experiências que
transformam conhecimento

1º Volume



ENPEX EM FOCO:
Experiências que transformam conhecimento

1º Volume

DIREÇÃO EDITORIAL: Betijane Soares de Barros

REVISÃO: Autores

DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira da Silva

DESIGNER DE CAPA FINAL: Editora Hawking

FONTE IMAGEM: IA

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Hawking estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2026 Editora HAWKING

Av. Fernandes Lima, nº 08 - Farol Maceió - Alagoas, 57051-000

www.editorahawking.com.br editorahawking@gmail.com

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Bruna Heller (CRB10/2348)

E59

Enpex em foco [recurso eletrônico]: Experiências que transformam conhecimento Volume 1 / Organizadores: Angelica da Trindade Henrique, Danilo Barbosa Moraes. – Maceió, AL: Editora Hawking, 2026.

Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-81683-65-8

1. Conhecimento. 2. Educação. I. Henrique, Angelica da Trindade. II. Moraes, Danilo Barbosa. III. Título.

CDU 37

Índice para catálogo sistemático:

1 Educação 37

Prof^a Dra. Angelica da Trindade Henrique
Prof. ME. Danilo Barbosa Moraes
(Organizadores)

ENPEX EM FOCO:
Experiências que transformam conhecimento
1º Volume

Maceió - AL
2026



Direção Editorial

Dra. Betijane Soares de Barros
Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS (Brasil)

Conselho Editorial

Dra. Adriana de Lima Mendonça/Universidade Federal de Alagoas – UFAL
(Brasil), Universidade Tiradentes - UNIT (Brasil)

Dra. Ana Marlusia Alves Bomfim/ Universidade Estadual de Ciências da
Saúde de Alagoas – UNCISAL (Brasil)

Dra. Ana Paula Morais Carvalho Macedo /Universidade do Minho
(Portugal)

Dra. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli/Universidade Federal de
Alagoas – UFAL (Brasil)

Dr. Eduardo Cabral da Silva/Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
(Brasil)

Dr. Fábio Luiz Fregadolli//Universidade Federal de Alagoas – UFAL
(Brasil)

Dra. Maria de Lourdes Fonseca Vieira/Universidade Federal de Alagoas –
UFAL (Brasil)

Dra. Jamyle Nunes de Souza Ferro/Universidade Federal de Alagoas –
UFAL (Brasil)

Dra. Laís da Costa Agra/Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ
(Brasil)

Dra. Lucy Vieira da Silva Lima/Universidade Federal de Alagoas – UFAL
(Brasil)

Dr. Rafael Vital dos Santos/Universidade Federal de Alagoas – UFAL
(Brasil), Universidade Tiradentes – UNIT (Brasil)

Dr. Anderson de Alencar Menezes/Universidade Federal de Alagoas –
UFAL (Brasil)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS: uma ação educativa de acadêmicos de Enfermagem em Escolas particulares de Penedo - AL.

Emilly Nunes da Silva Cavalcante

Guilherme Faustino França

Isabela Gomes Chagas Pereira

Orientador: Woshington Ribeiro Rocha..... 12

CAPÍTULO 2

AGOSTO LILÁS O ANO INTEIRO: atendimento, acolhimento e conscientização acerca da violência contra a mulher

Ana Carla Gomes de Sousa

Alexssandro dos Santos

Beatryz Maria Oliveira Rodrigues

Cristian Klaus Temóteo Paes

Eli no Victor Muniz dos Santos

Felipe Manoel dos Santos

Gabriela de Castro D. Cavalcante

Igor Guilherme Santos da Costa

Jhémylli Soares Santos Silva

Miguel Arcanjo Bispo de Lira

Renner Rilk Teodósio C. Filho

Tyerre Rondynelle Gomes Santos

Vitória Mariana Goes B. de Araújo

Orientadora: Maria Larissa dos Santos..... 31

CAPÍTULO 3

COMO VIVEM OS INDÍGENAS XUCURU-KARIRIS-PANKARU DA COMUNIDADE LUZIA NO PROCESSO DE RETOMADA TERRITORIAL NO POVOADO CAPELA MUNICÍPIO DE PENEDO/ALAGOAS?

Aline Soares de Souza

Ane Karine dos Santos

Any Jersyca dos Santos	
Beatriz Santos Silva	
Brennda Helena Santos Teles	
Carline Rodrigues dos Santos	
Danieli dos Santos	
Jessica Karolyne Lima Silva	
Layse Maria Moraes Almeida	
Livia Querino Barros	
Márian Rafaela Vasconcelos Silva	
Maria Heloíse dos Santos Barros	
Marta Maria da Silva	
Ramon da Silva Souza	
Rikely da Silva	
Sineide Santos Cruz	
Suellen Naely dos Santos Lima	
Vitor Igor Pedro Jessé	
Orientadora: Maria Lúcia Pereira Silva Lima.....	46

CAPÍTULO 4

AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL NO ENSINO

FUNDAMENTAL I: atividades lúdicas e práticas

educativas na rede municipal

Alanna Vitória Santos Pereira	
Beatriz dos Santos Oliveira	
Bruna Silva Santos	
Giulia Ellen Ferreira Bezerra	
Izabelly Ribeiro Santos	
Lucélia Lima Farias Santiago	
Maíra Lira Figueirêdo Santos	
Mirela Márcia Mendonça Pinheiro	
Rosana Xavier da Silva	
Orientadora: Vanda Duarte de Andrade.....	65

CAPÍTULO 5

CAMINHOS DE VIDA: SAÚDE MENTAL, EMOÇÕES E PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Daniel Fernandes Feitosa Lima

Jarlene Regina Batista Guimarães

Renan Mota Soares

Yannis Gabriela Flor Santos

Orientadora: Gleide Selma Lima Ferreira..... 82

CAPÍTULO 6

CAMPANHAS MENSAIS DE SAÚDE COMO PROTAGONISMO DE PREVENÇÃO E

CONSCIÊNCIA: um alerta para o cuidado integral à saúde

Martha Isabelle dos Martyres Oliveira

Fammara Sulla da Silva Menezes

Ana Aparecida se Andrade Santos

Bruna Iasmim Lobato dos Santos

Josué Luz Coutinho Júnior

Robert Rogério De Souza Santos

Ana Luiza Marinho de Souza

Claudia Dos Santos Souza

Orientador: Danilo Barbosa Morais..... 95

CAPÍTULO 7

CONTRIBUIÇÕES DO LÚDICO PARA O

ENVELHECIMENTO ATIVO: práticas educativas para a terceira idade da Associação Beneficente Dr. Joaquim

Peixoto.

Emmily Adriarly Pinheiro dos Santos

Hiara Borges Honorato

João Paulo Andrade Santos

Orientador: Woshington Ribeiro Rocha..... 112

CAPÍTULO 8

DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: um olhar jurídico sobre a dignidade da mulher

Jamyle Vitoria Isidorio do Nascimento

Natalia Aparecida Brasil Ferro

Kauana Braga Batista Oliveira

Adrielle Luiza da Silva Ferreira

Orientadora: Angela Maria de Oliveira Santos..... 127

CAPÍTULO 9

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÉLVICA: a atuação da Fisioterapia nas disfunções Uroginecológicas de mulheres atendidas nas Unidades Básicas de Saúde de Penedo - AL

Ana Luiza Marinho de Souza

Claudia dos Santos Souza

Orientador: Woshington Ribeiro Rocha..... 145

CAPÍTULO 10

ENVELHECIMENTO E FRAGILIDADE: VULNERABILIDADE CLÍNICO FUNCIONAL NA GERAÇÃO BABY BOOMERS E GERAÇÃO X

Antônia Luiza Ferreira dos Santos

Clevison Santos da Silva

Dayanne Victoria da Silva Feitosa

Deborah Lidhiely Vasconcelos Santos Araujo

Elisangela dos Santos

Maria Clara Leite Bastos

Potira Monteiro de Moura

Rafaela Iris Ferreira Silva

Roseane dos Santos Padilha

Vanderley Brito Salgueiro

Orientador: Danilo Barbosa Morais..... 165

CAPÍTULO 11

MONITORIA ACADÊMICA E PROTAGONISMO

DISCENTE: a experiência da monitoria na identidade profissional do enfermeiro

Sabrina Silva Santos

Paulo Henrique Ribeiro Rocha

Emilly Kaillane Dantas Matos

Sthéfanie Ferreira dos Santos Rodrigues

Carlos Eduardo Gonçalves Santos

Orientador: Danilo Barbosa Morais..... **181**

CAPÍTULO 12

POSTURA CORPORAL NA INFÂNCIA: ação

fisioterapêutica lúdica com estudantes do 3º Ano de Escolas

Públicas de Penedo – AL

Claudiane Vitor dos Santos

Evyllin Sabrina Ciriaco Marques

Orientador: Woshington Ribeiro Rocha..... **190**

CAPÍTULO 13

SOPRO DE VIDA: promoção da saúde pulmonar e

diagnóstico precoce de doenças respiratórias na comunidade.

Cleverton Araújo Costa

Keylla Larissa da Silva Roberto

Themise Vecio Higino de Oliveira

Luany Lara Vieira Lima Vasconcelos

Alisson Felipe Estácio de Castro

Lynda Hevelyn Costa Santos

Karen Gabrielly Brito Ramos

Anny Vitória Cardoso Souza

Criza Santana Pereira Santos Balbino

Ellen Rayane Monteiro dos Santos

Kelly Vitória Feitosa Barbosa

Orientador: Danilo Barbosa Morais..... **204**

CAPÍTULO 14

O USO DA LIBRAS PARA AUTISTAS NÃO-VERBAL

Antonia Luiza dos Santos

Antonio Franciscisco dos Santos Ribeiro

Bianca Santos Ramos

Dayanne Victoria da Silva Feitosa

Deborah Lidhiely Vasconcelos Santos Araújo

Iasmin Gomes da Silva

Izadora Lima da Silva

Júlia Silva Macena

Mary Carmen Ferreira Santos da Silva

Maria Clara Leite Bastos

Maria Rosa Araújo Freire Santos Lessa

Potira Monteiro de Moura

Rafaela Iris Ferreira Silva

Samya Farias dos Santos

Vivian Bizerra Pereira Santos

Orientadora: Aline Karina Barbosa da Silva Lima..... **227**

CAPÍTULO 1

A PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS: uma ação educativa de acadêmicos de Enfermagem em Escolas particulares de Penedo - AL.

Emilly Nunes da Silva Cavalcante¹

Guilherme Faustino França¹

Isabela Gomes Chagas Pereira¹

Orientador: Woshington Ribeiro Rocha²

1 INTRODUÇÃO

A crescente disseminação dos dispositivos eletrônicos de liberação de nicotina, comumente conhecidos como cigarros eletrônicos, configura-se como relevante tema de saúde pública, sobretudo entre adolescentes e jovens. Estudos recentes realizados no Brasil indicam que a prevalência do uso de tais dispositivos alcança 6,7 % na vida e 2,32 % de uso atual em capitais brasileiras, sendo mais prevalente na faixa etária de 18 a 24 anos. Além disso, a literatura evidencia que o uso de cigarros eletrônicos acarreta efeitos adversos demonstrados no sistema respiratório, como inflamação crônica, imunossupressão e outras lesões pulmonares.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível promover ações educativas direcionadas à prevenção e à conscientização acerca da utilização desses dispositivos entre escolares, de modo a resguardar a saúde da juventude. Em particular, no município de Penedo (AL), as escolas que envolvem a iniciativa (Colégio Leonor Gonçalves, Escola Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio Diocesano de Penedo) representam ambientes estratégicos para intervenção, dado o alcance direto junto ao público em fase de vulnerabilidade à experimentação do uso.

¹ Acadêmicos em Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professor Especialista da Faculdade Raimundo Marinho – FRM

E-mail: prof.woshington.rocha@frm.edu.br

A justificativa para a temática do presente projeto reside no caráter preventivo e formativo que a enfermagem, em âmbito educativo, pode desempenhar. Ao mobilizar acadêmicos do curso de Enfermagem para atuarem em escolas particulares locais, propõe-se não apenas transmitir conhecimentos técnico-científicos acerca dos malefícios do uso desses dispositivos, mas também fomentar uma cultura de saúde que fortaleça o poder de escolha dos adolescentes.

Nesse sentido, indaga-se: como uma ação educativa conduzida por acadêmicos de Enfermagem em escolas particulares de Penedo pode contribuir para a prevenção e a conscientização acerca do uso de cigarros eletrônicos entre estudantes? A correção dessa questão enseja a articulação entre conhecimento e prática, face ao fato de que o uso de cigarros eletrônicos ainda pode ser percebido equivocadamente como menos nocivo ou até como alternativa segura ao tabagismo convencional.

Metodologicamente, o projeto desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica, que fundamentou teoricamente a intervenção, bem como de abordagem prática em campo junto aos estudantes das referidas instituições de ensino. A intervenção contemplou palestra expositiva sobre os malefícios dos cigarros eletrônicos com espaço para debate de mitos e verdades; dinâmicas de grupo que simularam situações de pressão social, com o intuito de estimular a reflexão e a prática de estratégias de recusa; quiz lúdico com premiação simbólica para reforço da aprendizagem; e a distribuição de material educativo (folhetos e cartazes elaborados pelos acadêmicos) contendo informações relevantes sobre o uso excessivo dos dispositivos. Essa combinação entre fundamentação teórica e ação direta objetiva consolidar uma intervenção educativa efetiva.

Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar a ação educativa desenvolvida por acadêmicos de Enfermagem em escolas particulares de Penedo (AL) visando à prevenção e à conscientização sobre o uso de cigarros eletrônicos entre estudantes, com vistas a promover comportamentos saudáveis e reduzir a probabilidade de iniciação ou continuidade desse hábito.

2. CIGARROS ELETRÔNICOS E ADOLESCÊNCIA: PERFIL DE USO E FATORES DE RISCO

O uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes tem se intensificado de maneira alarmante, impulsionado por fatores como a ampla variedade de sabores, a falsa percepção de segurança e a facilidade de aquisição, inclusive por meios digitais. Segundo Rauchbach *et al.* (2025), apesar da proibição da comercialização desses dispositivos no Brasil, seu consumo cresce entre os jovens, tornando-se um desafio emergente para a saúde pública. Essa popularização está diretamente relacionada à atratividade estética e à ideia equivocada de que os dispositivos são menos nocivos que o cigarro convencional, o que contribui para a iniciação precoce e para o aumento da exposição a substâncias tóxicas e potencialmente cancerígenas.

O crescimento do uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes reflete uma tendência preocupante, marcada pela influência da mídia e pela banalização dos riscos à saúde, especialmente os relacionados à dependência de nicotina e às lesões pulmonares. A popularização desses dispositivos exige respostas educativas urgentes e eficazes no contexto escolar (Rodrigues Júnior *et al.*, 2025).

Na Coreia do Sul, o uso dos então chamados "vapes" também é um assunto comentado e pesquisado por especialistas, pois o crescimento exponencial do produto em todo o mundo está se tornando preocupante.

Segundo Sunhee; Lee; Min (2017):

Dos usuários atuais de cigarros, 20% fumaram cigarros eletrônicos ao longo da vida, mas não nos últimos 30 dias (ex-usuários), e 42% fumaram cigarros eletrônicos ao longo da vida e nos últimos 30 dias (usuários atuais). Tanto o uso anterior quanto o atual de cigarros eletrônicos foram significativamente associados ao sexo masculino, notas mais altas, maior mesada semanal, residência em áreas urbanas, amigos fumando, tabagismo diário, maior número de cigarros fumados e tentativas de parar de fumar. Além disso, o uso atual de cigarros eletrônicos foi significativamente associado ao consumo de álcool em risco, uso de drogas ao longo da vida e relações sexuais ao longo da vida (Sunhee; Lee; Min, 2017, p. 22-26).

Tendo em vista a pesquisa associada, subentende-se que os usuários em sua maioria são pessoas do sexo masculino, com maiores condições financeiras e habitantes de meios em que existem outros consumidores do produto. Porém, não se aplica apenas a essa massa, é essencial reforçar a importância de uma conscientização para todos os jovens que esses elementos não dependem dos fatores citados acima.

3. RISCOS DO USO DOS CIGARROS ELETRÔNICOS

Perquirições realizadas apontam para as problemáticas e riscos do desenvolvimento de patologias causadas pelo consumo excessivo dos cigarros eletrônicos.

Consoante Brito *et al.* (2024):

A lesão pulmonar decorrente do uso de cigarros eletrônicos é uma condição grave que ressalta os perigos ligados à utilização desses aparelhos, particularmente quando eles contêm substâncias como acetato de vitamina E e THC. EVALI impacta de forma desproporcional jovens adultos, muitas vezes causando efeitos severos na função pulmonar e apresentando potencial para complicações a longo prazo. As evidências atuais indicam que, mesmo que os cigarros eletrônicos sejam anunciados como uma opção mais segura em relação aos cigarros tradicionais, eles podem constituir um grave perigo para a saúde pública (Brito *et al.*, 2024, p. 7).

Logo, os e-cigarettes deixam de ser algo inofensivo, uma alternativa para a suspensão dos cigarros tradicionais, e se torna também uma problemática na saúde social. A implementação dos vapes na rotina dos jovens, traz uma série de problemas não só para o sistema respiratório, mas também comunitário. Além disso, o uso do cigarro eletrônico pode reduzir a sensibilidade do reflexo da tosse, mesmo após apenas uma sessão (Dicpinigaitis *et al.*, 2016).

Segundo Tunes (2022, p. 23), “outra substância nociva identificada em líquidos de cigarros eletrônicos é o aromatizante diacetil. Ele também está relacionado a uma doença pulmonar aguda: a bronquiolite obliterante. Também conhecida como: ‘pulmão de pipoca’.” Essa condição, embora rara,

é irreversível e compromete os pequenos brônquios, levando à redução severa da função pulmonar. O nome curioso da doença vem de casos relatados em funcionários de fábricas de pipoca de micro-ondas, expostos ao mesmo composto químico.

4. IMPACTOS À SAÚDE NO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS

Nos cigarros eletrônicos das primeiras gerações, as concentrações de nicotina existentes no produto variavam entre 0,2 a 2 mg/ml equivalente a 2,4%, com o surgimento de outros dispositivos como da 4ª geração, a concentração encontrada pode chegar até 59 mg/ml, correspondente a 5%. A nicotina é um psicoestimulante que age sobre o sistema de recompensa do sistema nervoso central, liberando o neurotransmissor dopamina e proporcionando uma sensação de prazer momentâneo, levando o indivíduo a repetir o hábito de fumar e, conseqüentemente, desenvolver o vício (Morais, 2024).

Além da nicotina e de outras substâncias já conhecidas nos e-líquidos utilizados em cigarros eletrônicos, Neugebauer (2020) discorre da seguinte forma:

Estudos mais detalhados encontraram na composição básica dos e-líquidos e aerossóis: compostos orgânicos voláteis (propilenoglicol, glicerina e tolueno); aldeídos como o formaldeído (liberado quando o propilenoglicol é aquecido a altas temperaturas), acetaldeído e benzaldeído; acetona e acroleína; nitrosaminas cancerígenas; hidrocarbonetos aromáticos policíclicos; material particulado e metais (cromo, cádmio, níquel, chumbo, cobre, níquel e prata) sendo estes encontrados em concentrações maiores do que na fumaça de cigarros convencionais. Um exemplo é o níquel que foi detectado em quantidades até 100 vezes maiores no CE do que na fumaça do cigarro convencional (Neugebauer, 2020, p. 13).

Essas substâncias em altas temperaturas podem trazer muitos danos à saúde, principalmente a longo prazo, o benzaldeído causa irritação nos olhos e mucosas das vias respiratórias. O mentol tem grande potencial para danificar os pulmões. Orto-vanila pode agregar nos defeitos do

desenvolvimento de embriões. A acetona, pode causar inflamação nos bronquíolos, além de estar associada a bronquiolite obliterante. E pulegona, substância presente no óleo de menta, que aumenta a possibilidade de desenvolver câncer (Morais, 2024).

5. INFLUÊNCIA DO MARKETING, REDES SOCIAIS E AMBIENTE FAMILIAR NO CONSUMO DE E-CIGARETTES

Segundo uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em parceria com a Ipsos e financiada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, mostrou que 8,7% dos adolescentes entre 14 e 17 anos usaram vapes no último ano, um número maior do que o uso de cigarros tradicionais nessa faixa etária. Entre os adolescentes, o uso é ainda mais frequente, mostrando uma tendência preocupante de adoção desses produtos pelos jovens.

Muitos fabricantes, normalmente ligados à indústria do tabaco, estimulam canais do Instagram e YouTube a divulgar os vapes, criando grupos de informação que defendem os produtos com argumentos imprecisos, dizendo que seriam uma “alternativa saudável ao tabagismo”. Esse tipo de marketing e exposição nas redes sociais faz com que muitos jovens passem a acreditar que os e-cigarettes são menos perigosos que os cigarros comuns, aumentando a experimentação e a continuidade do uso desses produtos (Sayad, 2022).

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2020), os dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), como os cigarros eletrônicos, são divulgados no mundo todo com fortes estratégias de marketing da indústria do tabaco. Isso inclui patrocínios, eventos, promoções, lojas atraentes e propagandas em redes sociais, tornando o produto mais popular e aceito, principalmente entre os jovens. O objetivo é aumentar o lucro e o mercado, criando a falsa ideia de que os DEFs são menos perigosos que os cigarros comuns. Para isso, usam sabores agradáveis, aparência moderna e termos que escondem a ligação com o tabaco. Além de incentivar o uso, essas estratégias acabam fazendo o ato de fumar parecer normal e socialmente aceitável (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020).

As redes sociais reforçam ainda mais essa influência. Pesquisas de Nakamura (2024) mostram que, mesmo com a Meta proibindo anúncios pagos de cigarros eletrônicos no Facebook, Instagram e WhatsApp, muitas lojas e marcas conseguem driblar as regras. No Brasil, a loja Love Disk, que vendia vapes no Instagram, foi bloqueada, mas voltou a atuar com uma nova página. A marca Nikbar criou pelo menos 44 contas e fez parcerias com mais de 25 influenciadores para alcançar milhões de jovens. Além disso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em relatório de 2024, apontou que há muitas contas vendendo vapes no Instagram, facilitando o acesso, principalmente para adolescentes.

A Organização Pan-Americana da Saúde (2024) afirma que a propaganda e as promoções de produtos de tabaco fazem mais pessoas começarem a usar e dificultam que os fumantes parem. Bloquear totalmente essas propagandas ajuda a reduzir o consumo, tanto de anúncios diretos, como TV, rádio, jornais, revistas e outdoors, quanto de formas indiretas, como brindes, descontos, exposição dos produtos em lojas, patrocínios e promoções disfarçadas de ações sociais. No entanto, até hoje, apenas 48 países, que representam 18% da população mundial, proibiram todas essas formas de divulgação, mostrando que ainda há muito a ser feito.

Problemas familiares, como rompimento, estresse ou perdas, podem aumentar a vulnerabilidade ao uso de drogas. O comportamento dos pais também influencia a decisão dos filhos de usar ou evitar essas substâncias. Às vezes, o uso pelo dependente mantém uma “homeostase” familiar ou chama a atenção dos pais para buscar tratamento. Outros familiares podem, sem perceber, reforçar comportamentos que perpetuam o vício. Por isso, trabalhar com a família é essencial tanto para prevenir quanto para intervir em casos de dependência (Schenker e Minayo, 2003).

O uso de e-cigarettes não é só uma escolha pessoal. Ele acontece por causa da combinação de propaganda das empresas, exposição nas redes sociais e influência de familiares e amigos. Esses fatores juntos facilitam que os jovens comecem a usar cedo, por isso é importante ter regras, prevenção e educação para reduzir o consumo. Além disso, o acesso facilitado a esses dispositivos agrava ainda mais o cenário, tornando o controle mais difícil.

6. PREVENÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE CIGARROS ELETRÔNICOS ENTRE ADOLESCENTES

De acordo com Velasco e Carneiro (2025, p. 207), “no ano de 1990, a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, tornou-se proibido vender, fornecer ou entregar, à criança ou ao adolescente, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica”. Apesar desse marco legal, a última Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) revelou que, em 2019, 16,8% dos escolares de 13 a 17 anos já haviam experimentado o cigarro eletrônico (Brasil, 2024).

Ações de promoção da saúde e prevenção do tabagismo em escolas e outras instituições constituem estratégias fundamentais para prevenir o uso de produtos derivados de tabaco e a dependência à nicotina.

Nessa perspectiva, Harvey e Chadi (2016) destacam que:

O aconselhamento pode ajudar a combater ou abordar as atitudes, crenças e conhecimentos de um adolescente sobre o tabagismo e suas consequências, especialmente quando são equivocados ou influenciados por fatores sociais ou ambientais, como o marketing do tabaco (Harvey e Chadi, 2016, p. 212).

A articulação intersetorial também é uma estratégia que fortalece a capacidade de resposta frente à crescente popularidade do cigarro eletrônico, sobretudo entre adolescentes. Seguindo esse viés, em junho de 2023 foi publicada a Portaria GM/MS nº 502, de 1º de junho de 2023 que instituiu o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e traz responsabilidades e obrigações compartilhadas entre os entes federativos.

A normativa tem por objetivo reduzir a prevalência de usuários de produtos de tabaco e dependentes de nicotina e a consequente morbimortalidade relacionada ao consumo, à dependência e à exposição ambiental à fumaça do tabaco. Para isso, prevê a implementação de ações de promoção da saúde, prevenção e tratamento do tabagismo e da dependência à nicotina (Brasil, 2023).

Ademais, desde 2024, a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 855/2024 reforça a proibição da comercialização, importação, o armazenamento, o transporte e a propaganda dos DEF no Brasil, além de vedar seu uso em recintos coletivos fechados, públicos ou privados, devido à falta de evidências científicas robustas sobre a segurança no uso destes dispositivos e a eficácia deles na cessação do tabagismo (Brasil, 2024; Bertoni; Szklo, 2021).

No âmbito legislativo, observa-se o avanço de iniciativas voltadas ao fortalecimento das políticas de controle. Recentemente, a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2158/24, que pretende incluir o controle dos dispositivos eletrônicos para fumar no Programa Saúde na Escola e transformar em lei a proibição já prevista nas resoluções da ANVISA nº 46/2009 e nº 855/2024 (Agência Câmara de Notícias, 2025).

Em paralelo, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 3483/25 que estabelece regras para a comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil, incluindo a proibição do uso de essências doces, frutadas e mentoladas. A proposta também determina embalagens padronizadas, sem apelo visual para jovens e prevê, a partir do sexto ano escolar, a inclusão de conteúdos específicos sobre os riscos do cigarro e dos cigarros eletrônicos no currículo (Agência Senado, 2025).

7 METODOLOGIA

O presente projeto de extensão foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase em ações educativas e de sensibilização voltadas à prevenção do uso de cigarros eletrônicos entre estudantes do ensino básico. A metodologia adotada articulou pesquisa bibliográfica e intervenção prática, permitindo a integração entre teoria e prática na formação dos acadêmicos de Enfermagem e a promoção da educação em saúde no contexto escolar.

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de embasar teoricamente as ações propostas. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica constitui-se em um estudo sistemático de material já

publicado (livros, artigos científicos e documentos) que possibilita a construção de um referencial teórico consistente e o aprofundamento de conhecimentos sobre o tema investigado. Para tanto, foram consultadas bases científicas como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), que reúnem publicações atualizadas e relevantes na área da saúde e da educação. A revisão da literatura permitiu compreender o fenômeno do uso de cigarros eletrônicos, seus impactos à saúde e as estratégias educativas mais eficazes na prevenção entre adolescentes e jovens.

A segunda etapa consistiu na execução das ações práticas em três instituições de ensino particulares do município de Penedo (AL): o Colégio Leonor Gonçalves, a Escola Nossa Senhora Auxiliadora e o Colégio Diocesano de Penedo. Nessas escolas, os acadêmicos de Enfermagem, orientados pelo Professor Woshington Ribeiro Rocha, planejaram e aplicaram atividades de caráter educativo e participativo, incluindo palestra expositiva dialogada sobre os malefícios do cigarro eletrônico, dinâmicas de grupo, quiz interativo e distribuição de materiais informativos elaborados pelos próprios estudantes. Cada ação foi estruturada de forma a favorecer o diálogo, a reflexão crítica e o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem.

A intervenção educativa foi organizada em encontros previamente agendados com as instituições participantes e conduzida em ambiente escolar, em horário regular de aula, com turmas do ensino fundamental II e médio. Durante as atividades, os acadêmicos atuaram como mediadores do conhecimento, estimulando a participação ativa dos estudantes e a construção coletiva de saberes sobre os riscos do uso de cigarros eletrônicos e as formas de resistência à pressão social.

Por fim, os dados qualitativos referentes à recepção e ao envolvimento dos participantes foram registrados em relatórios descritivos elaborados pelos extensionistas, permitindo a reflexão crítica sobre os resultados alcançados e sobre a relevância da atuação educativa da Enfermagem na promoção da saúde escolar.

8. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A ação educativa desenvolvida pelos acadêmicos de Enfermagem em três escolas particulares do município de Penedo (AL) possibilitou a observação de resultados qualitativos relevantes quanto à conscientização dos estudantes sobre o uso de cigarros eletrônicos e à efetividade da intervenção enquanto estratégia de promoção da saúde. De forma geral, as atividades foram bem recebidas pelas instituições participantes, que destacaram a pertinência do tema e a importância da presença da universidade no ambiente escolar.

Tabela 1- Equipe técnica participante da ação extensionista

Nome	Vínculo	Função
Woshington Ribeiro Rocha	Docente da FRM	Coordenador do projeto
Angelica Trindade Henrique	Coordenadora de Extensão da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Kassia Alice Anjos de Lima	Coordenadora do Curso de Enfermagem da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Acsa Lima, Alice Calixto, Aline Rodrigues, Aline Teles, Ana Pinheiro, Ana Pereira, Ana Souza, Andrielle de Sá, Bianca Boto, Bruna Santos, Caroline Calixto, Edilson Santos, Edrieny Farias, Emilly Nunes, Emily Santana, Evelyn Ferreira, Everton Santos, Guilherme Faustino, Hellen Souza, Isabela Gomes, Isis Nascimento, Izabelly Menezes, José dos Santos,	Discentes do Curso Superior de Enfermagem	Extensionistas

Joyce Silva, Kaline Farias, Karolainny Matos, Kauan Santos, Kelly da Silva, Lara Soares, Lariasmin Ferreira, Larissa Santos, Leyla Ribeiro, Lídia Menezes, Lívia Santos, Luana dos Santos, Lyriel de Andrade, Maria Ribeiro, Maria Eduarda Santos, Maria Santos, Maria dos Santos, Nadja dos Santos, Neuma dos Santos, Nívea dos Santos, Rhilary dos Anjos, Roberta Santos, Rúbia Lázaro, Tayla Mathias, Thayná da Corrente, Thaysa Tavares, Willis da Silva, Yasmin Santos		
---	--	--

Fonte: Autores (2025)

Durante as palestras e dinâmicas, observou-se que parte significativa dos estudantes demonstrava conhecimento limitado acerca dos riscos associados aos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs). Desse modo, muitos relataram acreditar que os cigarros eletrônicos eram menos prejudiciais que os cigarros convencionais, percepção frequentemente reforçada por conteúdos presentes nas redes sociais. Esse dado qualitativo evidencia o impacto do marketing digital e da desinformação no comportamento juvenil, corroborando as análises de Sayad (2022) e da ANVISA (2020), que apontam a banalização do uso desses produtos entre adolescentes.

Ao longo das intervenções, foi possível perceber uma mudança gradual nas percepções dos estudantes. Assim, a abordagem dialógica adotada (pautada em trocas e questionamentos) mostrou-se eficaz para desconstruir mitos e promover o engajamento dos participantes. Esse resultado dialoga com as proposições de Harvey e Chadi (2016), segundo os quais o aconselhamento e o diálogo crítico contribuem para modificar atitudes e crenças equivocadas sobre o tabagismo e seus derivados.

As dinâmicas de grupo, que simulavam situações de pressão social, também se destacaram como instrumentos de aprendizado ativo. Os acadêmicos relataram que, ao representar cenas cotidianas (como convites de amigos para “experimentar o vape”), os estudantes refletiram sobre as estratégias de resistência e as consequências de suas escolhas. Essa atividade despertou empatia, solidariedade e senso de pertencimento, ao mesmo tempo em que fortaleceu a autonomia dos adolescentes frente às influências externas. Diante disso, a utilização de metodologias participativas, portanto, reafirmou o potencial das práticas educativas das experiências dos sujeitos.

Outro aspecto relevante identificado foi o envolvimento emocional e reflexivo dos acadêmicos de Enfermagem, que relataram o quanto a experiência ampliou sua compreensão sobre o papel social da profissão e a importância da atuação educativa. Nesse tocante, a vivência permitiu aos extensionistas desenvolver competências comunicativas, empáticas e pedagógicas, articulando o conhecimento técnico-científico com a prática humanizada. Assim, a integração entre formação acadêmica e compromisso social está em consonância com os princípios da extensão universitária, que visam à transformação mútua entre universidade e comunidade.

Em termos qualitativos, a análise dos relatos e observações mostrou que os estudantes apresentaram maior interesse por temas relacionados à composição dos cigarros eletrônicos, aos efeitos da nicotina no sistema nervoso e aos danos pulmonares causados pelas substâncias químicas presentes nos e-líquidos. Esse interesse denota a importância de trabalhar a prevenção a partir de uma perspectiva científica e acessível, aproximando o conhecimento acadêmico do cotidiano dos adolescentes. Posto isso, tal estratégia contribui para tornar a informação mais significativa e duradoura, reduzindo o risco de adesão futura ao uso.

Além disso, o quiz interativo e a distribuição dos materiais educativos se mostraram ferramentas eficazes para fixação dos conteúdos. Durante os jogos, observou-se entusiasmo, competitividade saudável e cooperação entre os grupos. O reforço positivo, por meio das premiações simbólicas, estimulou o aprendizado lúdico e a retenção das informações abordadas nas palestras. Essas observações corroboram o que defende Moran (2015), ao afirmar que as metodologias ativas tornam o aluno protagonista do próprio aprendizado e

favorecem a construção do conhecimento de forma participativa, dinâmica e significativa.

Por fim, a análise qualitativa dos dados reforça a necessidade de continuidade e ampliação de ações semelhantes, com inserção de novas abordagens, como rodas de conversa, oficinas de produção de mídia crítica e campanhas integradas com famílias e professores. Logo, a educação em saúde, ao promover o empoderamento e a autonomia dos sujeitos, constitui um caminho essencial para o enfrentamento do uso de cigarros eletrônicos e para a consolidação de uma cultura de cuidado e responsabilidade coletiva.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento ao uso de cigarros eletrônicos entre adolescentes constitui um desafio crescente para a saúde pública e requer estratégias contínuas de prevenção e conscientização. A experiência desenvolvida neste projeto evidencia que a educação em saúde, quando conduzida de forma participativa e contextualizada, é capaz de promover mudanças de percepção e fortalecer o senso crítico dos jovens diante das influências sociais e midiáticas. Nesse viés, a sensibilização sobre os riscos associados ao uso desses dispositivos representa não apenas uma ação informativa, mas um investimento na formação de hábitos saudáveis e na valorização da vida.

Com base nessa perspectiva, reafirma-se que o ambiente escolar é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas voltadas à promoção da saúde. O trabalho conjunto entre profissionais, acadêmicos e comunidade escolar permite a construção de um saber coletivo que ultrapassa os limites da sala de aula, favorecendo a prevenção de comportamentos de risco e o fortalecimento da autonomia dos estudantes. Assim, a intervenção demonstrou que o diálogo, a ludicidade e o protagonismo juvenil são ferramentas eficazes para abordar temas complexos, como o uso de substâncias psicoativas e os impactos do marketing sobre a saúde.

Nesse contexto, destaca-se o papel social da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) como instituição comprometida com a formação cidadã e o desenvolvimento regional. Ao incentivar projetos de extensão como este, a FRM reafirma sua função transformadora e seu compromisso com a

construção de uma sociedade mais informada, crítica e saudável. Posto isso, a atuação dos acadêmicos de Enfermagem nas escolas de Penedo evidencia o quanto a universidade pode contribuir para a mudança de realidades locais, fortalecendo laços comunitários e disseminando o conhecimento científico de maneira acessível e significativa.

Por fim, conclui-se que a ação educativa sobre o uso de cigarros eletrônicos reforça o papel da Enfermagem como agente de promoção da saúde e de transformação social. Ao unir ciência, diálogo e compromisso ético, o projeto evidencia que a extensão universitária é um espaço vital para o exercício da cidadania e para a consolidação de práticas de cuidado coletivo. Assim, a experiência realizada representa um passo importante na construção de uma cultura de prevenção, autonomia e consciência crítica, reafirmando o compromisso da FRM e de seus acadêmicos com a saúde e o bem-estar da comunidade Penedense.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Estratégias promocionais. **Relatório Preliminar de Avaliação de Impacto Regulatório, 2020**. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/cigarro-eletronico/arquivos/sei_25351-911221_2019_74-tarjado_portal_parte5.pdf/@@download/file. Acesso em: 18 ago. 2025.

BERTONI, Neilane; SZKLO, André Salém. Dispositivos eletrônicos para fumar nas capitais brasileiras: prevalência, perfil de uso e implicações para a Política Nacional de Controle do Tabaco. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 7, jul. 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00261920. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete da Ministra. **Portaria GM/MS nº 502, de 1º de junho de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ninho.inca.gov.br/jsp/ui/bitstream/123456789/14185/1/Portaria%20n.%20502-23.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde e INCA lançam campanha de prevenção ao uso de cigarros eletrônicos**. 29 maio 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/ministerio-da-saude-e-inca-lancam-campanha-de-prevencao-ao-uso-de-cigarros-eletronicos>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRITO, Douglas Guimarães; SIQUEIRA, Lowhana Farias; BARRADAS, Jéssica Lima; COSTA, Maria Clara da Cunha Mendes; SIQUEIRA, Vanessa Greiner; OLIVEIRA, Vanessa de Arêa Leão Ramos; SANTOS, Isabell Peixoto dos; ALVES, Luciana Rocha; MOREIRA, Gabriel Chagas; VASCONCELOS NETO, José Gumercindo de; GOMES, Breno Freitas; MESQUITA NETO, Epitácio Fernandes de. Lesão pulmonar associada ao uso de cigarro eletrônico (EVALI): características e repercussões. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 10, 31 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n10p4658-4664>. Acesso em: 16 ago. 2025.

Comissão aprova projeto que torna lei a proibição a cigarros eletrônicos no Brasil - Notícias. Agência Câmara de Notícias, 2025. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1127233-comissao-aprova-projeto-que-torna-lei-a-proibicao-a-cigarros-eletronicos-no-brasil/>>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Confúcio Moura defende combate ao cigarro eletrônico. Agência Senado, 2025. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/08/18/confucio-moura-defende-combate-ao-cigarro-eletronico>>. Acesso em: 19 ago. 2025.

DICPINIGAITIS, Peter; CHANG, Alfredo Lee; DICPINIGAITIS, Alis; NEGASSA, Abdissa. Effect of e-cigarette use on cough reflex sensitivity. **Chest**, [s. l.], v. 149, n. 1, p. 161-165, jan. 2016. DOI:10.1378/chest.15-0817t. Acesso em: 18 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

HARVEY, Johanne; CHADI, Nicholas. Preventing smoking in children and adolescents: Recommendations for practice and policy. **Paediatrics Child Health**, v. 21, n. 4, p. 209-214, 10 maio 2016. DOI: 10.1093/pch/21.4.209. Acesso em: 18 ago. 2025.

MORAIS, Ana Érica Gonçalves. **A química por trás do cigarro eletrônico e narguilé: intervenções pedagógicas no ensino médio**. Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Curso de Química, 2024. 55 p. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5877>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: Foca Foto – PROEX/UEPG, 2015. v. 2, p. 15-33. (Coleção Mídias Contemporâneas). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

NAKAMURA, Pedro. **Instagram ajuda brasileiros a driblar proibição nacional de venda de vapes**. Rest of world, 2024. Disponível em: <https://restofworld.org/2024/brazil-vape-ban-instagram/pt/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

NEUGEBAUER, Vinicius Rodrigues. **Benefícios e malefícios do uso de cigarro eletrônico**. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Curso de Farmácia-Bioquímica, 2020. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/a68b52e5-b224-4783-bdc5-686f3d9066e1/3063103.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Tabaco**. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/tabaco>. Acesso em: 18 ago. 2025.

RAUCHBACH, João Augusto Perico; SOMMER, Igor Rosa; OLIVEIRA, Simone Martins. Doenças cardiorrespiratórias relacionadas ao uso de cigarro eletrônico em pessoas jovens e de meia idade: uma revisão de literatura. **Revista Foco**, v. 18, n. 6, p. 1–15, 2025. DOI:10.54751/revistafoco.v18n6-024. Acesso em: 14 set. 2025.

RODRIGUES JÚNIOR, Aauri Silveira; CORRÊA NETO JÚNIOR, Ademir; RODRIGUES, Bruna Kely; RODRIGUES, Patrícia Elaine; CORRÊA NETO, Larissa Rodrigues; RODRIGUES, Renata Kely Conceição. Malefícios do cigarro eletrônico: uma revisão bibliográfica comparativa e seus impactos na saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 11, n. 7, p. 1727 - 1734, jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i7.20305>. Acesso em: 14 set. 2025.

SAYAD, Alexandre. **Baforadas midiáticas: o papel da mídia na moda dos cigarros eletrônicos**. Fundação Roberto Marinho (FRM), 2022. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/professores/artigo/baforadas-midiaticas-o-papel-da-midia-na-moda-dos-cigarros-eletronicos>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília De Souza. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência & saúde**

Coletiva, v. 8, n. 1, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000100022>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SUNHEE, Parque; LEE, Haein; MIN, Soyeon. Factors associated with electronic cigarette use among current cigarette-smoking adolescents in the Republic of Korea. **Addictive Behaviors**, v. 69, p. 22-26, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2017.01.002>. Acesso em: 18 ago. 2025.

TUNES, Suzel. Vício a todo vapor. **Pesquisa Fapesp**, v. 319, p. 16–23, set. 2022. Disponível em: https://issuu.com/pesquisafapesp/docs/pesquisa_319. Acesso em: 18 ago. 2025.

VELASCO, Sofia Rafaela Maito; CARNEIRO, Caroline Dantas Albuquerque. Desafios e perspectivas das políticas de saúde pública em relação aos dispositivos eletrônicos de fumo. In: **Impactos do narguilé e dos dispositivos eletrônicos de fumo sobre a condição oral e maxilofacial**. Campo Grande: UFMS, 2025. p. 205–218. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/11680>. Acesso em: 19 ago. 2025.

CAPÍTULO 2

AGOSTO LILÁS O ANO INTEIRO: atendimento, acolhimento e conscientização acerca da violência contra a mulher.

Ana Carla Gomes de Sousa¹
Alexssandro dos Santos¹
Beatryz Maria Oliveira Rodrigues¹
Cristian Klaus Temóteo Paes¹
Elino Victor Muniz dos Santos¹
Felipe Manoel dos Santos¹
Gabriela de Castro D. Cavalcante¹
Igor Guilherme Santos da Costa¹
Jhémylli Soares Santos Silva¹
Miguel Arcanjo Bispo de Lira¹
Renner Rilk Teodósio C. Filho¹
Tyerre Rondynelle Gomes Santos¹
Vitória Mariana Goes B. de Araújo¹
Maria Larissa dos Santos²

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui uma das mais graves violações dos direitos humanos e representa um desafio persistente à efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Apesar dos avanços legislativos, como a promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), os índices de violência física, psicológica, sexual e patrimonial permanecem alarmantes em todo o país, configurando um problema de natureza jurídica, social e de saúde pública.

¹ Acadêmicos de Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professora Mestre da Faculdade Raimundo Marinho – FRM

Segundo Moraes (2024, p. 16), “a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas”. Essa concepção evidencia o dever do Estado e da sociedade de garantir condições para que a mulher viva livre de qualquer forma de opressão, discriminação ou violência, reafirmando o compromisso com os direitos fundamentais e com a igualdade de gênero.

Nesse contexto, o projeto de extensão “Agosto Lilás o Ano Inteiro”, desenvolvido por alunos do 6º período do curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, sob orientação da Dra. Larissa Santos, constitui uma iniciativa que alia o conhecimento jurídico à prática social. O projeto tem como propósito conscientizar a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre os impactos da violência contra a mulher, além de divulgar os meios legais e institucionais de enfrentamento disponíveis. Dessa forma, reafirma-se o papel da extensão universitária como instrumento de transformação social, integrando ensino, pesquisa e extensão como pilares indissociáveis da formação acadêmica e cidadã.

Mesmo diante dos avanços legais e das campanhas de conscientização, a violência contra a mulher ainda é um fenômeno amplamente disseminado, marcado por fatores culturais, estruturais e educacionais. Nesse sentido, questiona-se: como ações de extensão universitária podem contribuir efetivamente para a conscientização social e a redução da violência contra a mulher, promovendo o respeito à dignidade e aos direitos humanos das vítimas?

O presente artigo tem como objetivo promover a conscientização sobre a violência contra a mulher por meio do projeto de extensão “Agosto Lilás o Ano Inteiro”, buscando fomentar o conhecimento jurídico, social e humano acerca do tema e estimular atitudes de respeito, empatia e prevenção dentro da comunidade, como:

- Divulgar informações sobre os tipos de violência contra a mulher previstos na Lei Maria da Penha;
- Sensibilizar estudantes, profissionais e a comunidade sobre a importância da denúncia e do acolhimento às vítimas;

- Estimular o debate sobre igualdade de gênero e direitos humanos nas instituições de ensino;
- Contribuir para a formação cidadã e crítica dos alunos do curso de Direito, integrando teoria e prática;
- Fortalecer a presença da universidade como agente de transformação social no combate à violência de gênero.

O projeto “Agosto Lilás o Ano Inteiro” foi desenvolvido por meio de ações extensionistas de caráter educativo e preventivo, realizadas em escola pública e espaços comunitários nos municípios de Piaçabuçu e Igreja Nova. As atividades envolveram palestras, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos, com linguagem acessível e abordagem interdisciplinar. Além disso, os alunos do curso de Direito atuaram de forma ativa na elaboração dos conteúdos, sob orientação docente, promovendo o diálogo entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais locais. A metodologia adotada fundamenta-se na educação popular e na aprendizagem significativa, valorizando a troca de saberes e o protagonismo social dos participantes.

2. A CONSCIENTIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 5º, caput, o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. No entanto, conforme destaca Piovesan (2003, p. 188), “todo ser humano tem uma dignidade que lhe é inerente, sendo incondicionada, não dependendo de qualquer outro critério senão o de ser humano”. A violação desse princípio reflete-se, de modo contundente, na persistência da violência doméstica e familiar contra a mulher, fenômeno que compromete a integridade física, psicológica, sexual e social da vítima, configurando uma afronta direta à dignidade da pessoa humana.

Estudos de Mattos, Ribeiro e Camargo (2012) demonstram que a violência física e psicológica figura entre os tipos mais recorrentes de agressão contra mulheres, atingindo, principalmente, aquelas em idade adulta. Segundo os autores, a violência de gênero constitui um grave problema de saúde pública e de responsabilidade social, cuja superação exige

uma abordagem intersetorial e interdisciplinar, envolvendo as áreas da educação, do direito, da assistência social e das políticas públicas.

Nesse contexto, Cerqueira et al. (2015) analisam a efetividade da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e ressaltam que, embora os instrumentos legais tenham contribuído para o enfrentamento da violência doméstica, ainda é necessária uma atuação preventiva e educativa mais ampla, capaz de alcançar a sociedade em espaços formais e informais de convivência. É justamente nesse espaço que as universidades assumem papel central, por meio de projetos de extensão que unem teoria e prática e levam o conhecimento jurídico para além dos muros acadêmicos.

O projeto “Agosto Lilás o Ano Inteiro” surgiu com essa proposta: promover a conscientização contínua sobre a violência contra a mulher e fortalecer a cultura de respeito e igualdade de gênero. Desenvolvido pelos alunos do 6º período do curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, sob orientação da professora Maria Larissa, o projeto representou uma vivência prática do papel transformador da educação jurídica.

A execução do projeto permitiu uma reflexão aprofundada sobre princípios constitucionais essenciais ao Estado Democrático de Direito, especialmente a dignidade da pessoa humana, eixo central do ordenamento jurídico brasileiro. Esse princípio funciona como fundamento ético e jurídico que orienta a interpretação de toda a Constituição, assegurando que a pessoa em sua integralidade física, psíquica, social e moral seja respeitada em todas as dimensões da vida pública e privada.

Além disso, foram abordados os direitos fundamentais, compreendidos como garantias imprescindíveis ao pleno exercício da cidadania. Entre eles destacam-se a igualdade, a liberdade, a integridade física e moral, bem como o direito à segurança e à proteção contra qualquer forma de violência. A Constituição de 1988 estabeleceu um marco robusto de defesa dos direitos humanos, estruturando-se como instrumento de transformação social e promoção da justiça.

Nesse contexto, os estudantes foram estimulados a compreender a função desses direitos como mecanismos não apenas jurídicos, mas também sociais e culturais, voltados à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A vivência prática junto à comunidade reforçou a importância da

materialização desses princípios em ações concretas de prevenção, educação e conscientização.

Além disso, o projeto contou com a colaboração da Dra. Eliana, que ministrou uma formação teórica preparatória em sala de aula, e com a Dra. Graziela Feitosa, que participou da roda de conversa na comunidade de Perucaba, proporcionando trocas de experiências e esclarecimentos jurídicos relevantes. Essas ações contribuíram para que os alunos percebessem o impacto social do Direito e a importância da escuta ativa e da empatia como instrumentos de transformação.

O trabalho realizado na Escola Municipal Padre Luís em Piaçabuçu (AL), e na Escola Dr. Carlos Benigno Pereira de Lira, em Igreja Nova (AL), demonstrou que a educação é um caminho eficaz para romper o ciclo da violência, sobretudo quando promove reflexões críticas e incentiva a denúncia e o acolhimento das vítimas.

Conforme destaca Modesti (2013, p. 211), “a atenção à dignidade da mulher compreende o respeito, o reconhecimento e a proteção, pois a pessoa privada de liberdade não está privada de sua dignidade”. Essa perspectiva reforça que a luta contra a violência de gênero ultrapassa a dimensão jurídica e alcança o campo ético, cultural e educacional, exigindo o engajamento coletivo.

Assim, ao articular teoria e prática, o projeto “Agosto Lilás o Ano Inteiro” consolidou-se como um instrumento de educação em direitos humanos, promovendo um ambiente de diálogo, respeito e aprendizado mútuo. A experiência revelou que o combate à violência contra a mulher depende não apenas da aplicação das leis, mas também da formação de uma consciência social baseada na igualdade, solidariedade e valorização da dignidade humana.

3. PROTEÇÃO JURÍDICA DA MULHER

A proteção jurídica da mulher constitui um dos capítulos mais relevantes dentro da agenda constitucional dos direitos fundamentais, especialmente diante da histórica desigualdade de gênero e da persistência da violência doméstica e familiar. A Constituição Federal consagra o princípio

da igualdade material, determinando ao Estado a adoção de políticas públicas que assegurem condições reais para que mulheres vivam com liberdade, segurança e autonomia.

Diversos instrumentos legais reforçam esse compromisso, destacando-se:

- Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) – reconhecida internacionalmente por seu papel na prevenção e repressão à violência doméstica e familiar, cria mecanismos de proteção, medidas protetivas de urgência, políticas integradas e atendimento humanizado.
- Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) – tipifica o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, reconhecendo a gravidade da violência de gênero.
- Lei nº 14.188/2021, que institui o Programa Sinal Vermelho e criminaliza a violência psicológica contra a mulher.
- Políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal voltadas ao acolhimento, orientação jurídica, atendimento psicossocial e promoção do empoderamento feminino.

Ao promover rodas de conversa, palestras e oficinas educativas, os discentes atuaram diretamente na difusão desses direitos, fortalecendo a conscientização sobre os canais de denúncia, como o *Ligue 180*, aplicativos de proteção e delegacias especializadas. Essa atuação reforça o papel transformador da educação jurídica e a responsabilidade social da universidade na construção de um ambiente comunitário mais seguro e igualitário.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste projeto pauta-se nos pressupostos da pesquisa-ação, qualitativa e descritiva, com abordagem extensionista, caracterizada pela indissociabilidade entre a produção de conhecimento e a intervenção social. Tal escolha justifica-se pelo propósito de articular a

reflexão teórica sobre a violência contra a mulher e o princípio da dignidade da pessoa humana com práticas educativas concretas em comunidades escolares, visando promover conscientização, prevenção e transformação social. Inicialmente, foi realizada uma formação teórico-prática em sala de aula com a Dra.

Eliana, voltada aos alunos do 6º período do curso de Direito da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo, com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), dos mecanismos de enfrentamento à violência de gênero e da importância da atuação jurídica e cidadã na proteção dos direitos das mulheres. Essa etapa formativa foi essencial para preparar a turma para a execução das ações extensionistas em campo.

As atividades práticas ocorreram em 30 de setembro de 2025, na Escola Municipal Padre Luís Barbosa Leite, localizada no município de Piaçabuçu (AL), com aproximadamente 130 estudantes, com idades entre 12 e 16 anos, regularmente matriculados do 8º ao 9º ano. Nessas ocasiões, foram desenvolvidas palestras dialogadas e oficinas educativas que abordaram os diferentes tipos de violência contra a mulher, as formas de denúncia e a relevância do respeito à dignidade humana e à igualdade de gênero.

Além disso, foi realizada uma ação de conscientização e orientação jurídica aberta ao público na comunidade de Perucaba, município de Igreja Nova (AL), na Escola Dr. Carlos Benigno Pereira de Lira. A atividade contou com a presença da Dra. Graziela Feitosa, que participou da roda de conversa sobre o tema, contribuindo para o esclarecimento de dúvidas e o diálogo com os participantes. Nessa oportunidade, também foi realizada panfletagem informativa na comunidade local, distribuindo materiais sobre os direitos das mulheres e os canais de denúncia disponíveis.

O desenvolvimento do projeto envolveu, ainda, o planejamento e a organização prévia das ações, com levantamento de dados institucionais, articulação com diretores e docentes da escola envolvida e definição conjunta dos cronogramas de execução. Para subsidiar as atividades, foram elaborados materiais didáticos — como slides e Panfletos — que apresentaram, de forma clara e acessível, o princípio da dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de

1988 e as disposições da Lei Maria da Penha.

As ações foram conduzidas de modo participativo, priorizando a escuta ativa e o diálogo aberto com os estudantes e a comunidade, de forma a consolidar o papel da extensão universitária como ferramenta de transformação social e promotora de uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

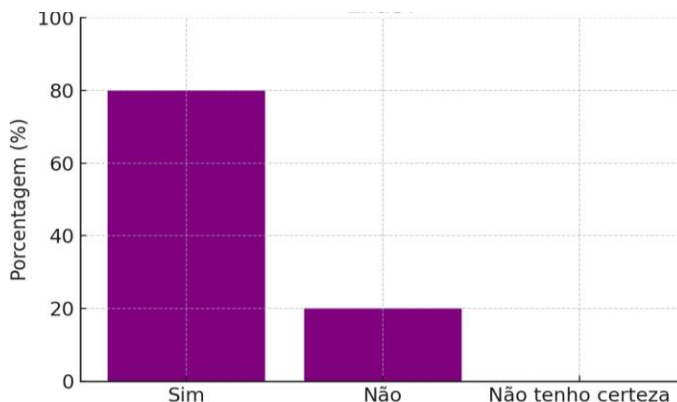
A atividade de extensão foi realizada em dois municípios alagoanos, Piaçabuçu e Igreja Nova, contemplando diferentes públicos e contextos sociais, o que possibilitou uma análise ampla sobre os impactos do projeto “Agosto Lilás o Ano Inteiro” na conscientização acerca da violência contra a mulher e na promoção da cidadania.

A primeira ação ocorreu na cidade de Piaçabuçu, no dia 30 de setembro de 2025, na Escola Municipal Padre Luís Barbosa Leite, contando com a participação de aproximadamente 130 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, com idade entre 12 e 16 anos. Após a realização das palestras dialogadas e oficinas educativas, foi aplicado um questionário diagnóstico estruturado, composto por seis questões objetivas de múltipla escolha, de caráter pedagógico, anônimo e não identificável

Durante a apresentação, os acadêmicos abordaram, de forma didática e interativa, os princípios constitucionais violados pela violência doméstica, especialmente o direito à dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Foram também discutidas as formas de prevenção e enfrentamento à violência, os mecanismos de proteção às vítimas, e os canais de denúncia como o Disque 180 e o 190.

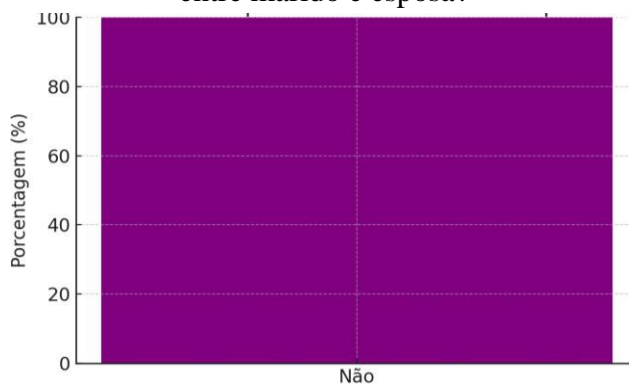
A atividade contou com o uso de recursos visuais e materiais informativos, como slides e panfletos educativos, que auxiliaram na compreensão dos conteúdos. Ao final da ação, foi aplicado um questionário diagnóstico com cinco perguntas de múltipla escolha aos estudantes teve que caráter pedagógico, anônimo e não identificável, com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento prévio e posterior sobre o tema. Resultados do Questionário sobre Violência Doméstica e a Campanha Agosto Lilás:

Pergunta 1: Você já ouviu falar sobre a campanha Agosto Lilás?

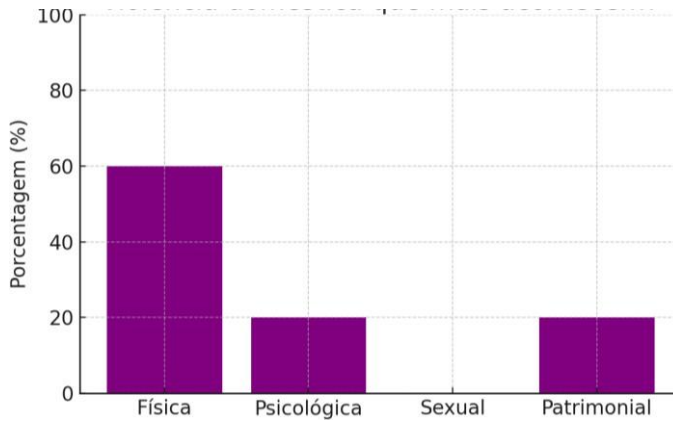


Dos aproximadamente 130 estudantes participantes, 48% afirmaram conhecer previamente a campanha Agosto Lilás. Após a intervenção, esse percentual aumentou para cerca de 80%

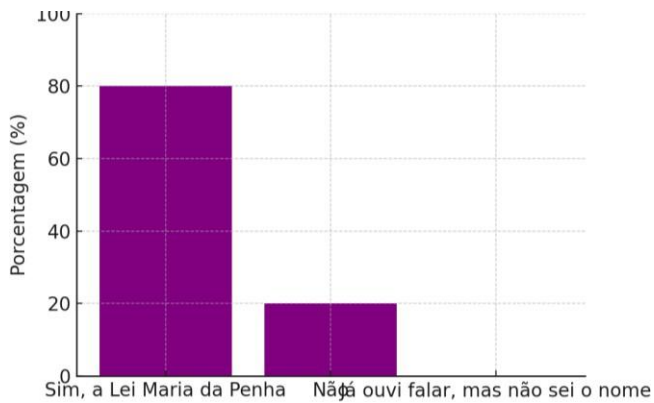
Pergunta 2: Você acha que a violência doméstica pode acontecer apenas entre marido e esposa?



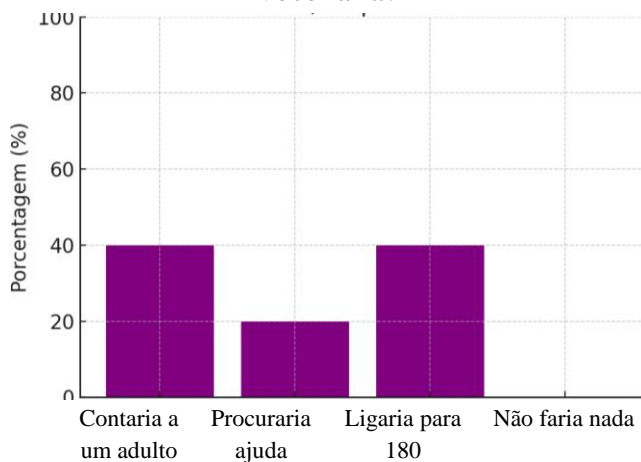
Pergunta 3: Em sua opinião, quais são as formas de violência doméstica que mais acontecem?



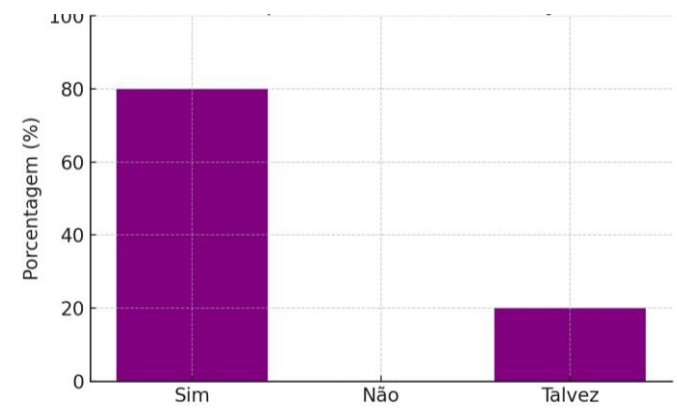
Pergunta 4: Você sabe qual é a lei que protege as mulheres contra a violência doméstica no Brasil?



Pergunta 5: Se você presenciasse um caso de violência doméstica, o que você faria?



Pergunta 6: Você acha importante que as escolas debatam sobre o tema da violência doméstica e os direitos previstos na Constituição?



A interação final, realizada em formato de perguntas anônimas, permitiu aos alunos expressarem dúvidas, curiosidades e relatos pessoais, o que foi conduzido com sensibilidade pelos acadêmicos de Direito. Essa etapa revelou alto nível de engajamento dos estudantes e consolidou o projeto como um espaço de diálogo e escuta ativa, contribuindo para o fortalecimento da consciência crítica e cidadã dos participantes.

A segunda ação ocorreu na Perucaba, zona rural do município de Igreja Nova (AL), na Escola Dr. Carlos Benigno Pereira de Lira. A atividade foi aberta ao público e contou com a participação da Dra. Graziela Feitosa, que conduziu uma roda de conversa sobre o tema “Violência contra a Mulher e os Meios de Enfrentamento”, esclarecendo dúvidas da população local. Paralelamente, foi realizada uma panfletagem informativa com a distribuição de materiais sobre os direitos das mulheres, os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha e os canais de denúncia disponíveis.

A ação em Perucaba teve como foco aproximar o saber jurídico da comunidade, promovendo o diálogo direto entre o público e os acadêmicos. Observou-se grande interesse da população, especialmente de mulheres que relataram já ter presenciado situações de violência em seu entorno e desconheciam os mecanismos de proteção e apoio existentes. Essa aproximação fortaleceu o vínculo entre a universidade e a sociedade, reafirmando o papel transformador da extensão universitária.

Em ambas as ações, constatou-se que o projeto “Agosto Lilás o Ano Inteiro” cumpriu seu objetivo de sensibilizar, informar e mobilizar a comunidade para o enfrentamento da violência de gênero. O impacto social foi perceptível tanto na mudança de percepção dos estudantes de Piaçabuçu quanto no empoderamento e na conscientização dos moradores de Perucaba, consolidando a iniciativa como uma prática de educação em direitos humanos e promoção da dignidade da pessoa humana.

Os dados obtidos corroboram os estudos de Cerqueira et al. (2015), ao evidenciar que o desconhecimento sobre direitos e canais de denúncia ainda é expressivo, sobretudo em contextos escolares e comunitários, reforçando a necessidade de ações educativas contínuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão “Agosto Lilás o Ano Inteiro” demonstrou que ações educativas baseadas na pesquisa-ação são instrumentos eficazes para a promoção da conscientização sobre a violência contra a mulher e para o fortalecimento da educação em direitos humanos. A sistematização dos dados coletados por meio do questionário diagnóstico permitiu evidenciar impactos

concretos na ampliação do conhecimento dos participantes, especialmente no que se refere à identificação das formas de violência, aos mecanismos legais de proteção e aos canais de denúncia.

A principal contribuição científica deste estudo reside na sistematização de uma prática extensionista com evidências empíricas de sua eficácia educativa, reforçando o papel da universidade como agente de transformação social, os resultados indicam que a extensão universitária constitui estratégia relevante de prevenção e enfrentamento da violência de gênero.

O projeto de extensão “Agosto Lilás o Ano Inteiro” consolidou-se como uma ferramenta eficaz de promoção da cidadania, da educação em direitos humanos e do fortalecimento dos direitos das mulheres. Por meio da articulação entre teoria e prática, os alunos do 6º período de Direito tiveram a oportunidade de aplicar conhecimentos jurídicos em situações concretas, promovendo um ambiente de diálogo, conscientização e aprendizado mútuo tanto com os estudantes das escolas quanto com a comunidade em geral.

As atividades realizadas em Piaçabuçu e Perucaba demonstraram que a educação e a informação são instrumentos poderosos na prevenção e no enfrentamento da violência de gênero. A aplicação de questionários, a condução de rodas de conversa e a distribuição de materiais educativos revelaram não apenas a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os direitos das mulheres, mas também a importância de criar espaços seguros para que dúvidas e experiências sejam compartilhadas e discutidas. Observou-se que o engajamento da comunidade e a participação ativa dos estudantes foram determinantes para o sucesso das ações, refletindo diretamente na conscientização sobre a gravidade da violência doméstica e na disseminação de informações corretas sobre os meios de denúncia.

O projeto evidenciou que, embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei Maria da Penha representem avanços significativos na proteção das mulheres, sua efetividade depende de ações contínuas e integradas de educação, sensibilização e prevenção, especialmente em contextos escolares e comunitários. A universidade, ao promover a extensão acadêmica, cumpre um papel social estratégico, contribuindo para a formação cidadã dos alunos, a mobilização da sociedade e o fortalecimento de uma cultura de respeito,

igualdade e dignidade humana.

Além disso, a principal contribuição científica deste estudo reside na sistematização de uma prática extensionista baseada em pesquisa-ação, demonstrando evidências empíricas de sua eficácia educativa. O projeto permitiu refletir sobre os desafios persistentes na implementação de políticas públicas e de conscientização social, como o preconceito estrutural, a naturalização da violência e a falta de acesso à informação. A atuação prática proporcionou aos alunos de Direito a compreensão de que o combate à violência de gênero requer ação multidisciplinar, engajamento comunitário e persistência educativa, reforçando que a transformação social exige constância, empatia e colaboração entre diferentes setores da sociedade.

Por fim, o projeto “Agosto Lilás o Ano Inteiro” representa não apenas uma experiência acadêmica, mas também um modelo de intervenção social capaz de inspirar outras iniciativas de extensão. Recomenda-se a continuidade e ampliação das ações, incluindo novos públicos, parcerias com órgãos públicos e ONGs, bem como a realização de pesquisas de acompanhamento e avaliação do impacto. Dessa forma, será possível garantir que a extensão universitária permaneça como instrumento efetivo de promoção da igualdade de gênero, de prevenção à violência e de fortalecimento da cidadania em todo o município e região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins; MARTINS, Ana Paula Antunes; JUNIOR, Jony Pinto. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha.** Brasília: Ipea, 2015. (Texto para discussão, n. 2048).

LEITE, George Salomão (Org.). **Dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição.** São Paulo: Malheiros, 2003. p. 188.

MATTOS, Paulo Roberto de; RIBEIRO, Ivoney da Silva; CAMARGO, Vania Carla. **Análise dos casos notificados de violência contra mulher.** Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 738–744, out./dez. 2012.

MODESTI, Marli Canello. **Mulheres aprisionadas: as drogas e as dores da privação da liberdade.** Chapecó: Argos, 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional** – 40ª Edição 2024. 40. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. p. 43. ISBN 9786559776375.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776375>.

Acesso em: 31 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.**

Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <https://www.unesco.org>. Acesso em: 31 ago. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e princípio da dignidade da pessoa humana.**

CAPÍTULO 3

COMO VIVEM OS INDÍGENAS XUCURU-KARIRIS-PANKARU DA COMUNIDADE LUZIA NO PROCESSO DE RETOMADA TERRITORIAL NO POVOADO CAPELA MUNICÍPIO DE PENEDO/ALAGOAS?

Aline Soares de Souza¹
Ane Karine dos Santos¹
Any Jersyca dos Santos¹
Beatriz Santos Silva¹
Brennda Helena Santos Teles¹
Carline Rodrigues dos Santos¹
Danieli dos Santos, Jessica Karolyne Lima Silva¹
Layse Maria Moraes Almeida¹
Livia Querino Barros¹
Márian Rafaela Vasconcelos Silva¹
Maria Heloíse dos Santos Barros¹
Marta Maria da Silva¹
Ramon da Silva Souza¹
Rikely da Silva¹
Sineide Santos Cruz¹
Suellen Naely dos Santos Lima¹
Vitor Igor Pedro Jessé¹
Maria Lúcia Pereira Silva Lima²

1 INTRODUÇÃO

O direito dos povos originários às suas terras de ocupação tradicional é um tema central, complexo e historicamente conflituoso na formação do Estado brasileiro. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 231, reconhece a esses povos os direitos inalienáveis sobre as terras que tradicionalmente ocupam, estabelecendo o dever da União de demarcá-las e protegê-las.

¹ Acadêmicos pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professora Mestre da Faculdade Raimundo Marinho – FRM

No entanto, a efetivação desses direitos enfrenta obstáculos significativos, marcados pela morosidade dos processos de demarcação, disputas judiciais e a pressão constante de interesses econômicos, como o agronegócio e a mineração

As retomadas indígenas representam um movimento de luta pela garantia dos direitos territoriais ancestrais, frequentemente negados e violados ao longo da história do Brasil. Este projeto de extensão se justifica pela necessidade de a universidade, como instituição, se aliar a esses povos, contribuindo para a visibilidade de suas lutas. A ação extensionista oferece uma oportunidade de diálogo intercultural, onde saberes acadêmicos e tradicionais se encontram para fortalecer a resistência indígena.

A temática desse artigo surgiu a partir do desenvolvimento do projeto de extensão relacionado a análise das lutas pela demarcação e proteção das Terras Indígenas no Brasil e pela urgente intervenção para a garantia dos direitos dos povos indígenas, que estão em processo de retomada no município de Penedo.

Aos caminhos para a construção do artigo foram pautados na investigação dos desafios da comunidade indígena no processo de retomada, principalmente sobre educação, alimentação e seus direitos sobre a terra, em conhecer os saberes ancestrais dos povos indígenas, na realização de atividades educativas, oficina e roda de conversa, estimulando o diálogo e o fortalecimento da comunidade e organização de campanhas de alimentação, roupas, brinquedos e material de higiene pessoal.

Tudo isso com a intenção de fortalecer a parceria entre universidade e a comunidade indígena, ampliando o intercâmbio de experiências e conhecimentos. Nesse contexto, a relevância do trabalho com aqueles povos se deu a partir da relação com os problemas apresentados e a busca de possíveis soluções.

2 IMPORTÂNCIAS DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A educação superior brasileira tem sido desafiada a ampliar sua atuação para além dos limites institucionais, fortalecendo o compromisso social das universidades. Nesse contexto, a extensão universitária emerge

como uma dimensão essencial, articulando ensino e pesquisa às demandas concretas da sociedade. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), em sua Meta 12.7, determina a inserção mínima de 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação em atividades de extensão, reafirmando sua relevância no processo formativo (BRASIL, 2014).

A extensão universitária contribui para a democratização do conhecimento, ao possibilitar a troca de saberes entre a universidade e a comunidade, promovendo ações voltadas à transformação social, discutindo a importância das atividades de extensão universitária, destacando seus impactos na formação acadêmica dos estudantes e no desenvolvimento social.

A Política Nacional de Extensão Universitária define a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, promovendo uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade (Forproex, 2012, p.14).

Essa concepção rompe com a lógica assistencialista, valorizando a participação ativa da comunidade na construção do conhecimento. Nesse sentido, a participação em projetos extensionistas favorece o desenvolvimento de competências profissionais, habilidades sociais e senso crítico, preparando os discentes para uma atuação ética e comprometida com a transformação social. Segundo Silva e Vasconcelos (2019), a extensão universitária contribui para a formação integral do estudante, ao estimular a reflexão crítica, a responsabilidade social e o engajamento cidadão.

Sendo assim, a extensão universitária é importante para promover o desenvolvimento social e a democratização do conhecimento, conectando a universidade com a comunidade. Para nós alunos, ela oferece a aplicação prática do que aprendemos na teoria, o desenvolvimento de habilidades e a experiência profissional, além de contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes. Para a sociedade, a extensão possibilita a resolução de problemas locais e o aprimoramento de práticas, com ações que atendem a diversas necessidades.

O Regulamento das Ações de Extensão na FRM, no capítulo I que fala da constituição, natureza, princípios, diretrizes e objetivas, destaca em seu Art. 1º:

As Atividades Extensionistas e Culturais no âmbito da Faculdade Raimundo Marinho- FRM tomam como referência as Diretrizes para a Política de Extensão na Educação Superior Brasileira, Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018, e a Política Nacional de Extensão Universitária, cuja filosofia e linhas programáticas definidas, estimulam a participação na elaboração e implementação de projetos e ações em qualidade de vida e sustentabilidade voltadas à população, com a disponibilização de novos meios, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber, à cultura e ao desenvolvimento tecnológico e social da comunidade (Penedo, 2022).

Nesse contexto, a Resolução 07 Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, enfatiza em seu Art. 3º que a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Então, promover o debate acadêmico e social sobre o ensino e a pesquisa e os direitos territoriais indígenas, a história das retomadas e os desafios é essencial para construir um espaço de diálogo e troca de conhecimentos entre a universidade, a comunidade acadêmica e a comunidade indígena em processo de retomada.

3 PROCESSO DE RETOMADA INDÍGENA

É amplamente conhecido o drama histórico vivenciado pelos povos indígenas no Brasil, marcado pelo confinamento em pequenas parcelas de seus antigos territórios tradicional ou pela imposição de ocupação em áreas

impróprias à reprodução de seus modos de vida. Tal situação compromete não apenas a subsistência material desses povos, mas também a preservação de suas práticas culturais, sociais e espirituais, que estão intrinsecamente ligadas à terra. Conforme aponta Little (2002), o território indígena não se reduz a um espaço físico, mas constitui um território sociocultural, fundamental para a identidade e continuidade desses povos.

Para além das dificuldades cotidianas de viver com dignidade, produzir seus próprios alimentos e manter suas tradições, os povos indígenas enfrentam constantes embates políticos e jurídicos na luta pela retomada de suas terras tradicionais. O processo de demarcação dessas terras é regulamentado pelo Decreto nº 1.775/1996, instrumento que estabelece os procedimentos administrativos para o reconhecimento territorial. Ademais, a Constituição Federal de 1988 representa um marco jurídico fundamental ao reconhecer, em seu artigo 231, os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, reafirmando o dever do Estado em protegê-las.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Brasil, 1988).

Entretanto, apesar do reconhecimento constitucional, observa-se que tais direitos são frequentemente suspensos ou negados na prática, obrigando os povos indígenas a recorrerem a estratégias de resistência, como a mobilização social, a retomada de territórios e, em alguns casos, a desobediência civil. Essas ações podem ser compreendidas à luz do direito de resistência, conceito discutido por autores como Bobbio (1992), que o entende como resposta legítima diante da negação sistemática de direitos fundamentais por parte do Estado.

Nesse sentido, Gonçalves (2020, p. 15) destaca que a Constituição de 1988 representou uma importante vitória para os povos originários, ao romper com paradigmas assimilacionistas e abandonar concepções obsoletas que tratavam os indígenas como sujeitos em processo de integração. A Carta Magna inaugurou um modelo de proteção indigenista pautado no reconhecimento da diversidade étnica e cultural, assegurando aos povos indígenas a condição de cidadãos de direitos, capazes de interagir com o Estado sem abrir mão de suas identidades, territórios e formas próprias de organização social.

4 DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE A TERRA

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no Brasil, ao estabelecer um novo paradigma fundamentado no respeito à diversidade étnica e cultural e na preservação de seus modos próprios de vida. O principal dispositivo constitucional sobre o tema é o **art. 231**, que reconhece aos povos indígenas seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, incumbindo ao Estado o dever de demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a Constituição assegura, entre outros, os seguintes direitos fundamentais:

a) Organização social – direito de manter e exercer livremente sua organização social, política e econômica própria;

b) Costumes, línguas, crenças e tradições – garantia do respeito às manifestações culturais, linguísticas, religiosas e aos sistemas tradicionais de conhecimento;

c) Direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas – **reconhecimento da** posse permanente e do usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, assegurando a reprodução física, cultural e espiritual desses povos (BRASIL, 1988).

Corroborando essa compreensão, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece que o direito de resistência dos povos indígenas decorre da própria ordem constitucional vigente, estando relacionado a institutos como o direito

à autodeterminação dos povos, o direito à objeção de consciência e as práticas de desobediência civil frente a situações de violação de direitos fundamentais. Tais mecanismos configuram formas legítimas de defesa dos territórios e dos modos de vida tradicionais diante de ameaças externas, especialmente aquelas decorrentes de interesses econômicos e políticos.

Dessa forma, os direitos territoriais dos povos indígenas assumem caráter essencial para a garantia de sua existência, identidade cultural e bem-estar coletivo, sendo protegidos tanto pela legislação nacional quanto por normas internacionais. O reconhecimento e a efetivação desses direitos contribuem para o enfrentamento da histórica discriminação sofrida pelos povos originários e para a construção de uma sociedade plural, que respeite a diversidade étnica e cultural, assegurando-lhes o direito de viver conforme seus costumes e tradições em seus territórios ancestrais.

Além do reconhecimento constitucional, os direitos territoriais indígenas possuem natureza **originária**, isto é, são anteriores à formação do próprio Estado brasileiro. Conforme explica Silva (2014, p. 28), as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas não são concedidas pelo Estado, mas apenas por ele reconhecidas, o que reforça o caráter permanente e imprescritível desses direitos. Tal entendimento rompe com concepções integracionistas anteriores e consolida a terra como elemento indissociável da identidade coletiva e da reprodução física, social, cultural e espiritual dos povos indígenas.

No âmbito internacional, a proteção aos direitos territoriais indígenas é reafirmada por instrumentos como a **Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, ratificada pelo Brasil em 2002, que assegura o direito à autodeterminação, à consulta prévia, livre e informada, bem como ao uso e controle dos territórios tradicionalmente ocupados. Segundo Ramos (2018, p. 32), esses dispositivos fortalecem o ordenamento jurídico nacional ao estabelecer padrões mínimos de proteção aos povos indígenas, contribuindo para a superação de práticas discriminatórias e para a efetivação de uma cidadania multicultural, baseada no reconhecimento da diversidade étnica e cultural existente no país.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando o método de Estudo de Caso, por possibilitar a análise aprofundada de uma realidade social específica, considerando suas múltiplas dimensões históricas, culturais e sociais. Conforme Yin (2015), o estudo de caso é adequado quando se busca compreender fenômenos contemporâneos inseridos em contextos reais, sobretudo quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas.

Nesse sentido, a pesquisa concentrou-se na análise detalhada dos desafios enfrentados no processo de retomada territorial da comunidade indígena Xucurus-Kariris-Pankararu, enfatizando as particularidades de cada situação, os obstáculos vivenciados e as estratégias de resistência sociocultural adotadas pela comunidade.

A investigação foi estruturada em etapas metodológicas interdependentes, respeitando o rigor científico e os princípios éticos da pesquisa social. A fase de planejamento consistiu na definição dos objetivos e metas do estudo, bem como na identificação dos recursos necessários e na elaboração de um cronograma com prazos estabelecidos, conforme orientações metodológicas propostas por Gil (2019). Na etapa de execução, foram realizadas ações como a investigação dos desafios relacionados à educação e à alimentação na comunidade, por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças indígenas, instrumento que, segundo Minayo (2014), favorece a compreensão das percepções e experiências dos sujeitos sociais. Complementarmente, foram promovidas rodas de conversa com a comunidade, campanhas solidárias para aquisição de alimentos, vestimentas, materiais de higiene pessoal e brinquedos, além de momentos lúdicos com as crianças, possibilitando a troca de saberes e o fortalecimento dos vínculos comunitários, em consonância com os princípios da educação intercultural (Brandão, 2007, p. 18).

Por fim, a etapa de registro da experiência teve como finalidade documentar todo o processo desenvolvido, incluindo relatos e depoimentos dos participantes, a fim de evidenciar o impacto social das ações realizadas. Essa sistematização resultou na produção de um texto acadêmico no formato

de artigo científico, contribuindo para a reflexão crítica sobre os direitos territoriais indígenas, a educação e a segurança alimentar, além de fortalecer a visibilidade das lutas e resistências dos povos originários, conforme defendem Freire (1996) e Santos (2007).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A retomada, por si só, exige coragem, união e enfrentamento diário das condições adversas. O que se vê nas imagens não é apenas pobreza material, mas também a força ancestral de um povo que, mesmo com tão pouco, mantém sua dignidade, sua cultura e sua esperança de reconstrução territorial e social.

Ao chegar ao território onde os indígenas Xucurus-Kariri-Pankararu estão em processo de retomada, a realidade visível encontrada revela um cenário de vulnerabilidade social crucial. As moradias improvisadas, erguidas com madeira e lonas plásticas, mostram a ausência de infraestrutura básica e a dificuldade das famílias em manter um espaço minimamente seguro contra intempéries.

As casas não possuem fechamento adequado, ventilação adequada ou proteção eficiente, deixando claro que a comunidade vive em condições frágeis, marcadas pela urgência habitacional e pela necessidade de apoio contínuo. Além disso, a necessidade gritante de alimentação fica bem visível nas falas dos líderes da comunidade.

Na primeira visita, que foi realizado o diagnóstico por meio de entrevista, questionados sobre quais os seus maiores desafios, eles responderam que além das necessidades básicas enfrentam o preconceito. Relataram que, muitas vezes, suas crianças sofrem discriminação na escola por causa da cor da pele, do cabelo ou da forma de falar. Isso faz com que se sintam envergonhadas da própria origem. Faltam mais respeito e valorização da cultura indígena. É preciso conscientizar as pessoas sobre a importância da diversidade e da igualdade.

Questionados sobre alimentação, saúde, vestimentas, educação e materiais de higiene pessoal, o Cacique e sua esposa relataram: “Essas coisas

são muito escassas por aqui, o que conseguimos é por meio de doações”. E quando questionados sobre a ajuda, de onde vem, eles relataram:

É a professora Lúcia, ela sempre está na linha de frente nos ajudando. Ela se comprometeu desde quando estávamos lá na vila e, até hoje, sempre nos ajuda, nos dá todo o suporte. E até nos momentos em que ela se afasta da gente, por motivos da correria dela, a gente sente falta. “Onde está aquela senhora, a professora?” Até as crianças sentem falta. Quando ela chega, é sempre uma alegria para a gente, assim como a vinda de vocês também nos alegra. “Pessoas como vocês, que nos ajudam e fazem o bem, sempre serão bem-vindas aqui para a gente” (Cacique Olho D’água, 2025).

Sobre os cuidados com a saúde, eles ressaltaram que agora são atendidos pelo posto próximo e que, quando precisam de remédios, as mulheres levam as crianças para acompanhamento médico. Mas relataram a falta de acompanhamento numa questão de praga que se espalhou naquele território, atingindo cruelmente as crianças, os adultos e até os animais, que é a pulga do bicho- de- pé. Relataram que a situação é gritante, pois todos os dias as mães precisam tirar várias pulgas dos pés das crianças e que muitas provocam grandes inflamações. Além disso, existe grande quantidade de mosquitos que picam muito durante a noite, às vezes até interrompendo o sono, causando alergia e coceira no corpo.

Figuras de 1 a 3 - O bicho –de- pé nos humanos e nos animais da comunidade indígena



Figuras de 4 a 6: Entrevista com as lideranças da comunidade indígena



Fonte: Pesquisa dos autores (2025)

Durante a visita, na interação com os indígenas através de roda de conversa, foi evidenciado o acolhimento, força cultural e, ao mesmo tempo, sinais de desgaste físico e emocional, especialmente entre os mais velhos. Os idosos demonstram gratidão ao diálogo e às doações, mas carregam no rosto e no corpo marcas das dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, especialmente após a perda territorial e a luta constante por reconhecimento e sobrevivência. Suas falas expressam tanto a resistência quanto carência de cuidados em saúde, alimentação regular, segurança estrutural, higiene pessoal. Também falaram do preconceito da sociedade pelo fato de serem indígenas e estarem em processo de retomada territorial.

Os homens presentes, alguns com adornos tradicionais e elementos culturais visíveis, reafirmam o pertencimento à ancestralidade e fortalecem a identidade étnica da comunidade. Eles participam ativamente da ação, recebendo alimentos e outros itens fundamentais para o sustento das famílias. Sua presença simboliza a retomada não apenas territorial, mas também cultural, reafirmando os laços com os ancestrais e os direitos originários.

Figuras de 7 a 9: conversa com os líderes da comunidade sobre suas formas de resistência apesar do cansaço



Fonte: Pesquisa dos autores (2025)

As mulheres daquela retomada aparecem nas imagens como pilares das famílias. São elas que, majoritariamente, recebem as doações, conduzem as crianças e organizam o cotidiano, mesmo em circunstâncias limitadas. Seus

olhares revelam responsabilidade, esperança e a necessidade urgente de apoio material e institucional. Apesar das adversidades, mantêm firme a identidade cultural e a disposição de reconstruir a vida no território retomado.

As crianças da Comunidade Luzia, das etnias Pankararu-Xucuru-Kariri, observam com curiosidade e atenção. A forma como acompanham a distribuição evidencia as limitações de acesso a brinquedos, alimentação adequada, escolarização contínua e espaços de convivência infantil estruturados. Vivendo em um território em reorganização, elas dependem profundamente das ações de apoio e representam a parcela mais vulnerável da comunidade.

Com o objetivo de levar alegria, diversão e momentos de descontração aquelas crianças, realizamos uma tarde de brincadeiras simples, mas cheias de significado. A intenção foi proporcionar momentos leves e felizes, já que muitas vezes a realidade vivida por essas crianças é marcada por desafios e dificuldades. As brincadeiras escolhidas buscaram promover a socialização, o respeito mútuo e o fortalecimento dos laços comunitários.

Entre as atividades desenvolvidas estavam a corrida do ovo, a dança da cadeira e o estoura o balão. Cada uma delas teve um propósito específico dentro do momento de convivência. A corrida do ovo teve como objetivo trabalhar a coordenação motora, o equilíbrio e a concentração das crianças, incentivando também o espírito de cooperação e o respeito às regras. A dança da cadeira buscou estimular a atenção, o ritmo e a agilidade, além de promover a interação social, o trabalho coletivo e a memória de músicas daquela etnia. Já o estoura o balão foi uma brincadeira voltada para o desenvolvimento da coordenação motora, da percepção espacial e da alegria de brincar em grupo. As crianças reagiram com muita empolgação e entusiasmo.

Figuras 10 a 15: Atividades desenvolvidas com as crianças da comunidade indígena



Fonte: Pesquisa dos autores (2025)

As ações de entrega de alimentos, roupas e outros materiais essenciais proporcionaram um alívio imediato às famílias. Os gestos registrados demonstram atitudes de reconhecimento da urgência vivida pelos Xucurus-Kariri-Pankararu, fortalecendo o vínculo entre o projeto e a comunidade. Em uma das entregas, a senhora indígena mais velha afirmou: “As vezes vocês chegam aqui a gente nem tem botado nada no fogo, aí quando a gente vê as coisas que vocês trazem, a gente se alegra”.

Figuras 16 a 27: Doações das campanhas realizadas



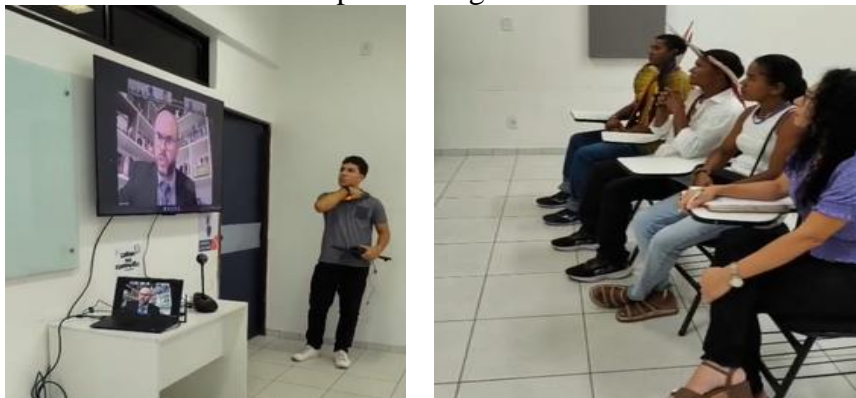
Fonte: Pesquisa dos autores (2025)

Essas ações também reforçam a importância da presença contínua do Estado e de organizações parceiras na garantia dos direitos fundamentais dessa população, que se encontra em processo ativo de reorganização, afirmação identitária e resistência.

O nosso contexto de atuação também instigou a realização de uma reunião entre indígenas, FNAI, Ministério Público, CODEVASF e Prefeitura de Penedo (de forma remota) para buscar soluções imediatas àquela situação visualizada e divulgada. A reunião ocorreu na FRM com a representação da

coordenadora do Projeto de Extensão realizado na Comunidade indígena—
Professora Mestra em Antropologia Social Lúcia Pereira.

Figuras 28 e 29: Reunião de representantes do poder Público e FUNAI com os povos indígenas



Fonte: Ricardo - TI da FRM/Penedo, (2025)

Essas ações também reforçam a importância da presença contínua do Estado e de organizações parceiras na garantia dos direitos fundamentais dessa população, que se encontra em processo ativo de reorganização, afirmação identitária e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nossas atividades de extensão naquela comunidade indígena em processo de retomada de territórios foram cruciais, pois ajudaram na efetivação de seus direitos originários a terra, a preservação de sua identidade cultural e a promoção de seu bem-estar físico e social. Conforme seus depoimentos, o nosso apoio durante a extensão foi vital para superar os desafios impostos por falta de acesso a serviços básicos. Sendo assim, a continuidade dessas iniciativas é fundamental para garantir que os indígenas Xucurus-Kariri-Pankararu tenham acesso às condições necessárias para a permanência e fortalecimento de sua retomada.

Em um processo de retomada territorial dos povos indígenas, o diálogo contínuo desafia estereótipos e promove o respeito à

diversidade cultural, além das intervenções necessárias para que eles possam resistir. É importante destacar que a luta pela terra é um movimento contínuo por justiça social, cultural e ambiental, que beneficia a comunidade indígena.

Finalmente, cabe ressaltar as retomadas como parte de um processo necessário de reparação social, cultural e espiritual dos povos indígenas, que precisam de alguém para apoiá-los em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BRASIL, PARECER CNE Nº 14/99 – CEB –Aprova Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena - Brasília, 1999.

_____, **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dar outras providências. Brasília, 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Beatriz. 7 direitos dos povos indígenas que você precisa conhecer. Fundação 1 de maio, 2020. Disponível em:

<https://www.fundacao1demaio.org.br/7-direitos-dos-povos-indigenas-que-voce-precisa-conhecer/>. Acesso em: 09 out. 2025.

GREFF, André Luiz Carvalho; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. **Direito de resistência e a retomada de terras pelos indígenas, no estado de Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul, 2023.

LOURENÇO, Alexandra (Org.). **História e Cultura dos Povos Tradicionais**. Editora Atena, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra, 1989.

PENEDO/AL, **Regulamento das Ações de Extensão na FRM**, 2022.

RAMOS, Alcida Rita. **Indigenismo: discursos, práticas e desafios contemporâneos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. R.; VASCONCELOS, E. M. **Extensão universitária e formação acadêmica: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 10, n. 2, p. 45–58, 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

CAPÍTULO 4

AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I: atividades lúdicas e práticas educativas na rede municipal

Alanna Vitória Santos Pereira¹
Beatriz dos Santos Oliveira¹
Bruna Silva Santos¹
Giulia Ellen Ferreira Bezerra¹
Izabelly Ribeiro Santos¹
Lucélia Lima Farias Santiago¹
Maíra Lira Figueirêdo Santos¹
Mirela Márcia Mendonça Pinheiro¹
Rosana Xavier da Silva¹
Vanda Duarte de Andrade²

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Fundamental constitui uma fase crucial do desenvolvimento humano, na qual se consolidam habilidades cognitivas, sociais e emocionais que impactam toda a vida. Entre elas, a autorregulação emocional ocupa lugar central, pois envolve reconhecer, compreender e manejar as próprias emoções, ajustando-as às demandas do ambiente (Linhares; Martins, 2015; Sousa et al., 2023, p. 33). Esse processo, embora de base biológica, é profundamente influenciado pelas interações sociais, especialmente no contexto familiar e escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) destaca que o Ensino Fundamental deve garantir direitos de aprendizagem que promovam a convivência, a participação, a exploração, a expressão e o autoconhecimento, valorizando o desenvolvimento da autorregulação emocional durante essa etapa escolar.

¹ Acadêmicos pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professora Mestre da Faculdade Raimundo Marinho – FRM

Nesse contexto, a escola se torna um espaço essencial para ajudar os alunos a lidarem com suas emoções, refletirem sobre suas ações e desenvolverem relações mais saudáveis com os colegas.

Projetos que utilizam brincadeiras, jogos e atividades interativas têm apresentado resultados positivos, prevenindo comportamentos agressivos e promovendo o crescimento socioemocional dos estudantes (Bonfatti et al., 2021). Essas iniciativas não substituem o papel da família, mas o complementam, fortalecendo vínculos e ampliando o repertório emocional dos alunos. Assim, escola e família atuam de forma integrada na formação de crianças mais conscientes de suas emoções e preparadas para se relacionar de modo saudável.

Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda global voltada a desafios sociais, ambientais e educacionais. Destacam-se o ODS 3, que busca assegurar vida saudável e promover o bem-estar em todas as idades, e o ODS 4, que visa garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (Unic Rio, 2016).

Em consonância com esses objetivos, este projeto de extensão propôs o desenvolvimento e a implementação de uma atividade psicoeducativa voltada à autorregulação emocional no Ensino Fundamental, em parceria com a rede municipal de Penedo-AL. A iniciativa buscou promover habilidades de autorregulação emocional em crianças do Ensino Fundamental I, por meio da criação, aplicação e avaliação de uma proposta psicoeducativa voltada ao bem-estar emocional, social e acadêmico.

Para alcançar tal propósito, o projeto realizou um diagnóstico das principais necessidades emocionais das crianças da rede municipal, a partir de observações diretas e diálogos com alunos e professores. Com base nesse levantamento, foi desenvolvida e aplicada uma proposta psicoeducativa estruturada em atividades lúdicas voltadas à estimulação da autorregulação emocional, favorecendo vivências que integraram aspectos emocionais, cognitivos e sociais no ambiente escolar.

Dessa forma, o projeto contribuiu significativamente para o fortalecimento do desenvolvimento integral das crianças, apoiando os educadores na construção de práticas pedagógicas mais conscientes e

efetivas. Ao promover o bem-estar infantil e fortalecer o vínculo entre Psicologia e Educação, a experiência mostrou-se alinhada aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às diretrizes da BNCC, reforçando a importância das competências socioemocionais no currículo escolar (Brasil, 2014).

2 AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL NA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 Relevância teórica, social e práticas interventivas no contexto escolar

As escolas são instituições sociais cuja função primordial é oferecer às crianças oportunidades para que possam desenvolver suas capacidades e potencialidades. Nesse sentido, Pacheco et al. (2021) destacam que a instituição escolar tem como propósito central promover aprendizagens que possibilitem o pleno desenvolvimento do indivíduo. A Constituição Federal de 1988 já prevê e garante a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, estabelecendo em seu artigo 205 que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 124).

Dentro dessa perspectiva, o Ensino Fundamental representa uma fase decisiva no desenvolvimento humano, pois as habilidades cognitivas, sociais, emocionais e até mesmo econômicas adquiridas nesse período influenciam diretamente a trajetória futura da criança (Sousa et al., 2023). Para assegurar o bem-estar integral de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8.069/1990) estabelece direitos e garantias fundamentais, definindo criança como pessoa até doze anos incompletos e adolescente entre doze e dezoito anos (art. 2º), além de assegurar a todos o direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade (art. 3º) (Brasil, 1990, p. 9).

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990, p. 9).

A Constituição e o ECA reforçam a importância de condições que assegurem o desenvolvimento integral, garantindo que a educação seja meio de cidadania, dignidade e inclusão social. Em sintonia, a BNCC (Brasil, 2017) determina que o Ensino Fundamental promova direitos de aprendizagem que envolvem conviver, participar, explorar, expressar, argumentar e desenvolver habilidades socioemocionais, com foco na autorregulação emocional.

Estudos recentes evidenciam a relevância da autorregulação emocional, associando-a ao bem-estar e ao sucesso escolar. Adynski (2024) destaca seu papel no desempenho acadêmico; Bonfatti et al. (2021) comprovam a eficácia de intervenções psicoeducativas com atividades lúdicas; e Aghaziarati e Nejatifar (2023) apontam a influência de fatores familiares, culturais e tecnológicos, reforçando a necessidade de práticas educativas intencionais desde a infância.

Mesmo diante dessas evidências, ainda há pouca implementação de ações voltadas à autorregulação emocional, especialmente nas redes públicas em contextos vulneráveis (Cunha; Cunha, 2020). Moreira e Simão (2019) destacam que a escola é um espaço fundamental para o desenvolvimento da autorregulação, pois oferece oportunidades de aprendizagem mediadas por interações sociais que favorecem o controle emocional, a autonomia e a reflexão sobre o próprio comportamento.

A autorregulação é entendida como a capacidade de monitorar e ajustar emoções, cognições e comportamentos conforme metas e demandas sociais (Linhares; Martins, 2015). Esse processo inicia-se na infância e se amplia no Ensino Fundamental, evoluindo para o autocontrole, o planejamento e a resolução de conflitos, orientando práticas pedagógicas adequadas a cada fase.

Entre as iniciativas nacionais, o Programa de Intervenção para Promoção de Autorregulação Infantil (PIPA) reuniu 33 atividades em quatro

módulos, reconhecimento emocional, jogos, reflexão sobre consequências e estratégias de controle, apresentando avanços em funções executivas, habilidades pró-sociais e saúde mental (León et al., 2023). Bonfatti et al. (2021) também demonstraram resultados positivos com oficinas lúdicas de autorregulação e resolução de problemas, adaptáveis ao Ensino Fundamental.

No Nordeste, estudos relacionam desenvolvimento motor, funções executivas e vulnerabilidade social (Silva et al., 2022; UPE/UFPB, 2023), evidenciando a importância de intervenções contextualizadas. Documentos curriculares de Pernambuco (2019) e Ceará (2021) já incorporam competências socioemocionais e autorregulatórias como metas do Ensino Fundamental, alinhadas à BNCC.

Meta-análises internacionais confirmam a eficácia de atividades que integram jogos cognitivos, práticas motoras, estratégias emocionais e recursos artísticos (Pauli-Pott et al., 2021; Mao et al., 2024; Lancaster et al., 2024), com efeitos positivos sobre autorregulação, prontidão escolar e saúde mental.

Assim, a fundamentação teórica do projeto baseia-se em três pilares: a autorregulação como competência essencial ao desenvolvimento e bem-estar; evidências que validam intervenções escolares lúdicas; e a necessidade de estratégias voltadas a crianças em vulnerabilidade social no Nordeste. O Quadro 1 sintetiza ações, exemplos e evidências adaptáveis ao Ensino Fundamental.

Quadro 1 – Intervenções, tipos, exemplos e evidências científicas (Adaptação para o contexto no Ensino Fundamental).

Fonte: Elaboração própria com base em autores citados.

Intervenção	Tipo de atividade	Exemplo prático	Evidência (autor-ano)
Jogos de Funções Executivas (FE)	Inibição, flexibilidade, memória de trabalho	“Semáforo”; “Troca de Regras”; “Repete a sequência”	Linhares & Martins (2015); Bonfatti et al. (2021); Pauli-Pott et al. (2021)
Reconhecimento e nomeação de emoções	Cartas/termômetro; histórias	Cartas de emoções; termômetro; leitura dialogada	León et al. (2023); Bonfatti et al. (2021)
Resolução de Problemas Interpessoais (RPI)	Fantoches; histórias abertas; 4 etapas	Conflito do brinquedo; criar finais; identificar→pensar→prever→escolher	Bonfatti et al. (2021); Clarke et al. (2014)
Circuitos motores lúdicos	Psicomotor + comando cognitivo	Circuito com obstáculos; Congela-Descongela; ritmos	Mao et al. (2024)
Oficinas de artes expressivas	Desenho, colagem, máscaras	Desenho das emoções; máscaras + dramatização; mural coletivo	Sousa et al. (2023)
Higiene emocional	Respiração; escuta ativa; relaxamento	Sopro mágico; identificar sons; relaxamento guiado	Malboeuf-Hurtubise et al. (2024)

2.2 Relevância científica e social da autorregulação emocional no contexto escolar

A primeira infância é um período sensível do desenvolvimento humano, em que se consolidam competências cognitivas, socioemocionais e comportamentais que servirão de base para a vida escolar e social. Estudos demonstram que dificuldades nesse processo podem repercutir em problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e comportamentos agressivos, além de comprometer o desempenho acadêmico ao longo do Ensino Fundamental I (Linhares; Martins, 2015; Adynski, 2024).

Embora a autorregulação emocional se inicie na primeira infância, seu desenvolvimento continua ao longo do Ensino Fundamental, quando as crianças enfrentam novas demandas cognitivas, sociais e escolares.

Pesquisas nacionais, como o estudo de Bonfatti et al. (2021), evidenciam que intervenções lúdicas em escolas públicas favorecem a apropriação de estratégias emocionais pelas crianças, prevenindo comportamentos de risco e fortalecendo relações interpessoais positivas. Internacionalmente, meta-análises confirmam a eficácia de programas que combinam jogos cognitivos, atividades motoras, práticas de regulação emocional e artes expressivas na promoção de saúde mental e prontidão escolar (Pauli-Pott et al., 2021; Mao et al., 2024).

Sendo assim, além de responder a uma demanda concreta, o projeto busca contribuir para a formação crítica e cidadã dos estudantes universitários, permitindo-lhes aplicar na prática os conteúdos aprendidos em sala de aula. Ao mesmo tempo, proporciona à comunidade envolvida o acesso a novas experiências, saberes e práticas que podem fortalecer a qualidade de vida local.

No cenário brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) já destaca a importância da promoção de competências socioemocionais desde a Educação Infantil, reconhecendo a autorregulação como elemento fundamental para a aprendizagem e a convivência saudável. Contudo, a lacuna entre diretrizes curriculares e práticas pedagógicas efetivas ainda persiste, especialmente nas redes municipais, onde há sobrecarga de demandas e escassez de recursos.

Diante desse contexto, justifica-se a implementação de um programa psicoeducativo de autorregulação emocional no Ensino Fundamental I, integrado à rede municipal, com o intuito de aproximar o conhecimento acadêmico na área de Psicologia ao contexto socioemocional escolar. A atividade psicoeducativa permitiu avaliar o nível de capacidade das crianças em gerir e modular o próprio comportamento, emoções e pensamentos, oferecendo suporte orientado pelos alunos de Psicologia do 2º período da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) de Penedo.

3 METODOLOGIA

O projeto foi realizado no Complexo Educacional Escola em Tempo Integral da Escola Municipal de Educação Básica João XXIII, com foco em

crianças de 10 a 12 anos, em turmas de no mínimo 10 e no máximo 20 participantes. A ação teve caráter educativa e lúdica voltada para o desenvolvimento socioemocional, com objetivo de estimular a expressão emocional, a socialização, a autorregulação e o respeito às diferenças individuais.

3.1 Treinamento e controle de viés

Antes do início das intervenções, a dupla de observadores participará de um treinamento e de simulações para padronizar os critérios de registro e reduzir possíveis vieses de aferição. Em cada encontro, esses dois observadores preencherão individualmente os instrumentos de avaliação, posicionando-se discretamente nos locais de aplicação e sem trocar informações durante a sessão. Ao final da coleta, a concordância entre os observadores será discutida qualitativamente em uma reunião de calibragem, contribuindo para assegurar a validade interna da intervenção e responder às críticas sobre a necessidade de controle de viés.

3.2 Estratégias e Procedimentos

As atividades ocorrerão em dois momentos. Momento 1 – Ambiente interno: dinâmicas lúdicas em espaço controlado, com aplicadores caracterizados com as cores das emoções do filme *Divertida Mente*. As intervenções incluem jogos de funções executivas, reconhecimento e nomeação de emoções, resolução de problemas interpessoais e práticas de higiene emocional (cf. Linhares & Martins, 2015; Bonfatti et al., 2021; Mao et al., 2024; Malboeuf-Hurtubise et al., 2024).

Momento 2 – Ambiente externo: mesmas atividades em espaço aberto, permitindo verificar a influência do ambiente no engajamento e nas interações sociais. A proposta dialoga com Wyckoff (1952) sobre o papel da observação em estímulos discriminativos. As ações envolvem jogos de funções executivas, leitura dialogada, análise de conflitos, circuitos motores, artes expressivas e práticas de respiração e relaxamento, favorecendo autorregulação e cooperação.

3.3 Participantes e Parcerias

Os participantes do projeto foram crianças de 10 a 12 anos, organizadas em turmas de até 20 alunos. A equipe escolar colaborou na organização e acompanhamento das atividades, garantindo a integração ao cotidiano pedagógico. Dois aplicadores foram responsáveis pela condução das ações, enquanto uma dupla de observadores registrou os comportamentos e interações durante as intervenções. Assim, cada envolvido teve um papel claramente definido: os professores ofereceram apoio logístico, os aplicadores realizaram as dinâmicas e os observadores ficaram responsáveis pela coleta e registro dos dados.

3.4 Instrumentos de Coleta e Avaliação

A coleta será realizada por:

- Observação direta, com registros fotográficos;
- Formulário Individual, registrando participação, engajamento, emoções e autocontrole;
- Formulário Coletivo, com escala de 1 a 5 para clima emocional, cooperação, engajamento e respeito às regras.

Os dados serão analisados qualitativamente, sem escores numéricos, priorizando interpretações das interações e emoções. As narrativas serão sistematizadas para identificar padrões de participação, expressão emocional e cooperação, sendo discutidas à luz da literatura. A confiabilidade será analisada em reuniões de calibragem. Os critérios de avaliação considerarão participação, engajamento, interações sociais e expressão emocional. A escolha pela observação fundamenta-se em Wyckoff (1952), permitindo compreender como ambientes distintos influenciam o comportamento e o desenvolvimento socioemocional.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Primeiro dia de Encontro – 23/10

O primeiro encontro contou com a presença de 11 crianças. O clima emocional foi positivo, com alto engajamento e participação espontânea. O grupo demonstrou alegria, cooperação e baixo nível de dispersão, retornando ao foco com facilidade. Durante a contação de história, uma aluna chorou, e os colegas inicialmente reagiram com risadas, mas ao final mostraram empatia e compreensão, aprendendo a acolher emoções de frustração. Não houve explosões de raiva ou comportamentos agressivos, predominando expressões de leveza e contentamento. Esse resultado corrobora Denham et al. (2012), que destacam que a competência emocional na infância envolve reconhecer e expressar as próprias emoções e compreender as dos outros.

A interação social foi satisfatória: as crianças respeitaram regras, escutaram e compartilharam ideias, demonstrando empatia e autorregulação ao retomar o foco após momentos de excitação. Nas observações individuais, notaram-se diferenças comportamentais. Antony Gabriel foi participativo, ainda que às vezes irritado; Fabrício Fabian, mais reservado, interagiu com Antony; Sarah mostrou liderança e expressividade; Layla foi sensível e tímida, chorando em um momento; Arthur mostrou agitação; Adelmo manteve-se introspectivo; e Christian, competitivo, destacou-se nas atividades.

A interação com os educadores foi positiva, ainda que marcada por alguma timidez inicial, por se tratar do primeiro contato com a equipe extensionista. As crianças receberam uma atividade para casa voltada à reflexão sobre o aprendizado emocional, e os registros foram feitos por observações diretas e gravações em vídeo. De modo geral, o grupo apresentou engajamento satisfatório, clima emocional equilibrado e interações construtivas. Essa postura cooperativa reforça a relevância do ambiente educativo. Saravali e Guimarães (2010) defendem que contextos que promovem cooperação, respeito e liberdade de expressão favorecem o desenvolvimento moral e social. Assim, a condução do encontro, pautada em

escuta e acolhimento, contribuiu para o clima de harmonia e empatia observado.

4.2 Segundo dia de Encontro – 31/10

O segundo encontro ocorreu em um ambiente aberto, com 14 crianças (de um total de 16), incluindo quatro novas participantes. O espaço mais amplo trouxe desafios à concentração e à regulação do grupo. No início, observou-se que as crianças lembravam o nome dos colegas e das emoções trabalhadas anteriormente, o que demonstra retenção de aprendizado. Sarah foi a única que recordou a “historinha da nuvem”. O aluno Everton, recém-integrado, exerceu grande influência sobre o grupo, impactando a dinâmica coletiva e gerando mudanças na interação.

Durante as atividades, o nível de dispersão foi maior, com conversas paralelas sobre temas alheios às tarefas (como “lobisomem”) e comportamentos de irritação, especialmente de Anthony e Christian, que se estressavam durante os jogos. Christian apresentou episódios de hiperatividade e impulsividade, empurrando colegas e agindo de forma agressiva. Houve relatos de comentários negativos dirigidos a Anthony, o que o deixou entristecido, ainda que tentasse disfarçar.

Percebeu-se que os colegas frequentemente imitavam os comportamentos de Sarah e Anthony, indicando a influência de ambos na dinâmica grupal. Maria Clara mencionou dificuldades de memória; Arthur teve um episódio de raiva; Layla, por questões cardíacas, não participou de algumas dinâmicas; e Pabrcício e Christian protagonizaram breves discussões. Observou-se também a formação de dois subgrupos, divididos por gênero: um liderado por Sarah (feminino) e outro por Anthony (masculino), o que tornou as interações mais competitivas.

O clima emocional geral foi positivo, com entusiasmo e risos, mas marcado por momentos de raiva e disputa. O grupo mostrou engajamento e vocabulário emocional expressivo, reconhecendo emoções próprias e alheias. Contudo, ainda evidenciou necessidade de fortalecer empatia e autorregulação. A cooperação foi moderada, com respeito razoável às regras e capacidade parcial de resolução de conflitos. O padrão de liderança

consolidou-se nos polos Sarah e Anthony, modificando a estrutura observada no primeiro encontro.

A dinâmica em ambiente aberto mostrou-se mais desafiadora, favorecendo dispersões e comportamentos competitivos. Santos (2016) ressalta que os espaços escolares não são neutros, podendo estimular ou inibir comportamentos e aprendizagens conforme sua organização. O ambiente externo amplia a liberdade e a experimentação, mas também exige maior mediação docente e autorregulação infantil. Assim, o aumento da agitação e da competitividade observados está diretamente ligado ao espaço livre, que favoreceu expressão corporal e social, mas demandou mais maturidade emocional do grupo.

Em contrapartida, essa liberdade gerou oportunidades significativas de aprendizagem social. Saravali e Guimarães (2010) afirmam que o ambiente educativo influencia a forma como as crianças constroem relações e interpretam regras e papéis sociais. Quando há espaço para o diálogo, o erro e a negociação, a criança aprende não apenas conteúdos, mas também a lidar com a diversidade e com as emoções dos outros, desenvolvendo empatia e cooperação.

4.3 Comparativo entre o Primeiro e o Segundo Encontro

A comparação entre os encontros de 23/10 e 31/10 evidencia mudanças significativas na dinâmica do grupo, tanto emocionais quanto comportamentais. No primeiro encontro, observou-se maior coesão, foco e equilíbrio, com interações respeitadas e comportamento colaborativo. O ambiente fechado favoreceu a concentração, a escuta e o cumprimento das regras. Já no segundo, realizado em espaço aberto, houve maior dispersão, agitação e competitividade entre as crianças, exigindo mais controle emocional e atenção às mediações.

Conforme Santos (2016), o espaço físico integra o processo educativo, podendo ampliar ou limitar experiências. Ambientes externos promovem liberdade e descoberta, mas requerem mediação pedagógica sensível. Assim, o primeiro encontro estimulou calma e cooperação, enquanto o segundo demandou maior autorregulação e controle de impulsos. De modo semelhante, Saravali e Guimarães (2010) destacam que ambientes

cooperativos favorecem empatia e resolução de conflitos, enquanto mudanças nas condições de interação podem gerar desafios de socialização.

Em síntese, o primeiro encontro foi marcado por harmonia e cooperação, e o segundo por maior complexidade emocional e social. Essas diferenças refletem o processo natural de adaptação do grupo, ainda em formação de vínculos e desenvolvimento de competências socioemocionais. Como enfatiza Santos (2016), o aprendizado vai além das paredes da sala de aula, sendo construído nas interações, no corpo e nas experiências compartilhadas coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto sobre autorregulação emocional no Ensino Fundamental I apresentou resultados positivos no desenvolvimento socioemocional das crianças. Observou-se avanço na identificação e expressão das emoções, na empatia e na autorregulação diante de conflitos, confirmando os objetivos propostos e a importância de trabalhar competências emocionais na escola.

Verificou-se que o ambiente e a mediação pedagógica influenciam diretamente o comportamento do grupo. O primeiro encontro, em sala fechada, mostrou maior concentração e equilíbrio. No segundo, em espaço aberto, houve mais dispersão e competitividade, exigindo maior controle emocional. Essa diferença evidencia a necessidade de planejar os espaços e estratégias conforme o contexto.

O vínculo entre educadores e alunos foi essencial para um ambiente acolhedor e de confiança. Assim, o projeto atingiu seus propósitos ao promover autoconhecimento, empatia e convivência respeitosa. Os resultados confirmam que a autorregulação emocional é fundamental para o desenvolvimento integral e o bem-estar coletivo, reforçando a importância de ampliar ações voltadas à educação emocional.

REFERÊNCIAS

ADYNSKI, H. The role of emotion regulation in early academic success. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 73, p. 381–392, 2024. Disponível

em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0883941724001377>.
Acesso em: 30 ago. 2025.

AGHAZIARATI, A.; NEJATIFAR, S. Emotional development and regulation in children: a review of recent advances. *PsychNexus Journal of Psychology and Behavioral Sciences*, v. 2, n. 1, p. 1–12, 2023. Disponível em: <https://journals.kmanpub.com/index.php/psychnexus/article/view/1893>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BONFATTI, J. S.; COSTA, A. G. M.; LUTZ, A. G.; BASTOS, M. O.; RODRIGUES, M. H. Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em pré-escolares: relato de experiência. *Psicologia Revista*, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 459–473, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2021v30i2p459-473>.

BONFATTI, J. S.; COSTA, A. G. M.; LUTZ, A.; BASTOS, M. O.; RODRIGUES, M. C. Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em pré-escolares: relato de experiência. *Psico-USF*, v. 26, n. 4, p. 713–724, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/51706>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação: PNE 2014–2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL – UNIC Rio. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 11 fev. 2016. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CLARKE, A. M. et al. A cluster randomized controlled trial of Zippy’s Friends for children’s emotional well-being. *Journal of Public Health*, v. 36, n. 4, p. 1–9, 2014.

CUNHA, E. P.; CUNHA, M. J. Políticas públicas educacionais e desigualdade social no Brasil: desafios para a efetivação do direito à educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e0224585, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6wFZsrRkBNy8Q6bk8PqMZ7t/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

DENHAM, S. A.; BASSSETT, H. H.; WYATT, T. The socialization of emotional competence. In: CAMERON, C. E.; MORRISON, F. J. (eds.). *Handbook of early childhood education*. New York: Guilford Press, 2012. p. 565–590.

LANCASTLE, S. et al. Emotional regulation interventions in early childhood: a systematic review. *Clinical eMentalHealth*, 2024.

LEÓN, C. B. R. et al. Desenvolvimento do Programa de Intervenção para Promoção de Autorregulação Infantil (PIPA). *Revista Psicopedagogia*, v. 40, n. 122, p. 204–219, 2023. DOI: 10.51207/2179-4057.20230018.

LINHARES, M. B. M.; MARTINS, C. B. S. O processo da autorregulação no desenvolvimento de crianças. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, Campinas, v. 32, n. 2, p. 281–293, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200011>.

MAO, F. et al. Effects of cognitively engaging physical activity interventions on executive function in children and adolescents: a meta-analysis. *Frontiers in Psychology*, 2024.

MALBOEUF-HURTUBISE, C. et al. Impact of a mindfulness-based intervention on well-being and mental health of elementary school children: results from a randomized cluster trial. *Scientific Reports*, 2024.

MOREIRA, J. S.; SIMÃO, A. M. V. Oportunidades de autorregulação em contexto pré-escolar: percepções e práticas de educadores de infância. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, p. e189254, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945189254>.

PACHECO, M. A. L.; CAVALCANTE, P. V.; SANTIAGO, R. G. F. P. A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5585>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PAULI-POTT, U. et al. Do cognitive interventions for preschoolers improve executive functions and reduce ADHD and externalizing symptoms? A meta-analysis. *European Child & Adolescent Psychiatry*, v. 30, n. 10, p. 1503–1521, 2021.

SAMEROFF, A. *The transactional model of development: how children and contexts shape each other*. Washington: APA, 2009.

SARAVALI, Eliane Giachetto; GUIMARÃES, Taislene. *Ambientes educativos e conhecimento social: um estudo sobre as representações de escola*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 157–184, abr.

2010. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/sGJ4ZjwBrChZpVzDgtyztTt/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 03 de nov. de 2025.

SANTOS, Ana Carolina de Jesus dos. *Além de quatro paredes: o espaço externo no cotidiano da Educação Infantil*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível:

<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/3199/3/ACJSantos.pdf>. Acessado em 03 de nov. de 2025.

SOUSA, J. G.; SANTOS, M. J.; MAGUETA, L. G.; LOPES, M. S. P.; BRITES, L. (Coords.). *Emoções, artes e intervenção: crianças e jovens em risco*. Coimbra: Edições Almedina, 2023.

WYCKOFF, L. B., Jr. *The role of observing responses in discrimination learning*. Part I. *Psychological Review*, v. 59, n. 6, p. 431-442, 1952. DOI: 10.1037/h0053932. Acesso em: 20 set. 2025.

CAPÍTULO 5

CAMINHOS DE VIDA: SAÚDE MENTAL, EMOÇÕES E PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Daniel Fernandes Feitosa Lima¹
Jarlene Regina Batista Guimarães¹
Renan Mota Soares¹
Yannis Gabriela Flor Santos¹
Gleide Selma Lima Ferreira ²

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o projeto de extensão Caminhos de Vida: Saúde Mental, Emoções e Permanência Escolar na EJA – Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido no município de Penedo, estado de Alagoas, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Douglas Apratto Tenório. A proposta centra-se na promoção do diálogo entre alunos, professores e toda comunidade escolar com foco no desenvolvimento da inteligência emocional e motivação. Essas vivências são fundamentais para a construção de ações de apoio à permanência e inclusão escolar pautadas na escuta ativa, na promoção da saúde mental e prevenção do suicídio.

A temática abordada se insere no campo da Educação e Saúde. Diante disso, o projeto delimita como objeto de estudo as práticas extensionistas voltadas à promoção de saúde mental e qualidade de vida.

O objetivo geral do projeto é desenvolver ações de promoção e conscientização, a prevenção do suicídio e o cuidado com a saúde mental entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de ações de extensão em Psicologia que incentivem o diálogo aberto, a escuta ativa e a empatia, além de favorecer o desenvolvimento da inteligência emocional, da motivação e da autoestima, contribuindo para a permanência escolar e a

¹ Acadêmicos pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professora Mestre da Faculdade Raimundo Marinho – FRM

inclusão educacional ao longo da vida. Como objetivos específicos, destacam-se: Promover espaços de diálogo e atividades interativas fortalecendo a saúde mental e a inteligência emocional dos estudantes da EJA. Implementar estratégias educativas e práticas voltadas à prevenção do suicídio, ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais (como concentração, memória e organização) e à capacitação dos discentes para lidar com desafios individuais e coletivos e favorecer a permanência e a inclusão escolar por meio do mapeamento das dificuldades emocionais, cognitivas e sociais, estimulando vínculos entre estudantes, professores e comunidade escolar

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com base na pesquisa participante e na abordagem direta. As ações foram desenvolvidas por meio de visitas técnicas, rodas de conversa, oficinas temáticas e palestras, realizadas entre os meses de setembro a novembro de 2025. A escuta ativa, a empatia e o respeito às particularidades compõem os principais procedimentos adotados durante a execução do projeto.

Ao propor a integração entre faculdade e comunidade, no caso específico comunidade escolar da Escola Municipal de Educação Básica Professor Douglas Apratto Tenório, o projeto reafirma o compromisso social da extensão universitária e evidencia a importância de práticas que aproximem o aprendizado acadêmico com a vivência no ambiente externo.

2 REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge no Brasil em um contexto de conscientização sobre o direito à educação e com a perspectiva de ofertar ensino de qualidade a quem não teve a oportunidade de estudar em idade regular, buscando quebrar o preconceito e a exclusão vivenciada por essas pessoas. Grande parte dos estudantes possuem semelhanças dentro de suas histórias, segundo Siqueira e Guidotti (2017, p. 17) “São jovens e adultos de camadas populares que, ao interromperem sua trajetória escolar, repetem histórias, muitas vezes coletivas e familiares, de negação dos direitos”, o que atribui a EJA uma característica social e de reparação, sob a perspectiva de que, ao completarem seus estudos, os alunos terão exercido seu direito de acesso à educação.

Para atingir esse objetivo, é importante criar estratégias de aprendizagem que se adaptem às reais necessidades dos alunos da EJA, de modo que eles tenham mais autonomia perante os desafios do cotidiano e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida. Diante disso, é importante destacar que a pedagogia aplicada na EJA difere daquela que é aplicada com crianças e adolescentes, já que os aspectos cognitivos de cada faixa etária devem ser respeitados dentro de suas especificidades. Assim, a metodologia dentro da Educação de Jovens e Adultos é pautada sob os interesses e necessidades apresentados pelos alunos, trazendo experiências integradas ao cotidiano deles, de modo a gerar um maior engajamento no processo de ensino-aprendizagem.

Apesar da valorização à educação e a busca por levar ensino de qualidade aos estudantes, nota-se uma crescente evasão entre os alunos dessa modalidade de ensino. Muitos acabam por desistir dos estudos novamente por questões profissionais e familiares, como aponta Lima (2019, p. 257) “Para os estudantes, ‘tinha dia que dava para vir e tinha dia que não’ (muitos eram pais e mães, filhos e filhas de alguém). A escolarização era apreciada, considerada importante, mas, nos momentos de aperto financeiro e familiar, podia ser deixada de lado”. É possível observar que aspectos emocionais também influenciam na evasão, de maneira que muitos alunos, ao verem colegas abandonarem os estudos por questões particulares, tendem a se

perguntar os motivos que o levaram a essa decisão e se talvez deveriam fazer o mesmo. Além disso, o desânimo e a desmotivação costumam aparecer de maneira frequente em relatos, demonstrando que a falta de apoio por parte de amigos e familiares também interfere significativamente nesse processo, levando o aluno a desacreditar em seu potencial de crescimento e observar o retorno aos estudos como “perda de tempo”.

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ela transcende a mera ideia da oferta de escolaridade, uma vez que ela se estabelece como um pilar estratégico na garantia do direito fundamental à educação ao longo de toda a vida. O público alvo da modalidade, são indivíduos que por diversas razões, acabaram tendo sua trajetória escolar interrompida, e por isso acabaram não concluindo os estudos na idade considerada regular.

Historicamente, a EJA é o reflexo de processos profundos de negação de direitos, exclusão educacional e marcantes desigualdades sociais. É por essa razão que a mesma se configura como um espaço de reparação social, dignidade e reconstrução de trajetórias, tanto individualmente quanto coletivamente. Siquera e Guidotti (2017) afirmam que a maioria dos estudantes da EJA carrega consigo um histórico complexo de histórias familiares e comunitárias, frequentemente permeado por rupturas escolares, e as diversas formas de vulnerabilidades que dificultam o acesso à escola e afetam a permanência e a qualidade da aprendizagem.

Sendo um grupo constituído por características específicas de desenvolvimento cognitivo, social e emocional que demanda uma abordagem distinta da convencional usada com crianças e adolescentes. Como destaca Freire (2019), a prática educativa com a EJA exige a adoção de metodologias dialógicas, participativas e profundamente enraizadas na realidade concreta dos discentes, sendo crucial um processo de ensino que valorize e reconheça a autonomia do sujeito e suas experiências pessoais.

Desse modo, apesar dos significativos avanços nas políticas educacionais, a evasão escolar ainda persiste como um dos principais pontos a serem superados. É destacado por Lima (2019) que a descontinuidade dos

estudos é frequentemente influenciada por fatores: emocionais, familiares e sobretudo, econômicos. Sendo comum a evasão por trabalho, desânimo ou ausência de uma rede de apoio efetiva.

Dessa maneira, garantir a permanência escolar na EJA exige mais que apenas a matrícula. Depende fundamentalmente da criação de condições pedagógicas genuinamente inclusivas que respeitem o ritmo e conhecimento prévio do aluno, assim como iniciativas de apoio integral que considerem e atendam às dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais complexas do processo educativo. Sendo o EJA em sua essência um compromisso social com a equidade, que abraça as potencialidades de cada indivíduo para transformar o caminho de sua vida.

2.2 SAÚDE MENTAL, EMOÇÕES E O ALICERCE DA PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EJA

A saúde mental é um pilar fundamental que sustenta a aprendizagem e o desenvolvimento humano em todas as etapas da vida. Na EJA, este aspecto ganha uma relevância, pois a escola frequentemente acolhe estudantes que carregam consigo um histórico complexo de vulnerabilidades. Muitos discentes chegam a EJA com experiências acumuladas de sofrimento emocional, ansiedade, baixa autoestima, sobrecarga laboral e conflitos familiares.

Com isso, toda essa carga psicossocial impacta diretamente fatores cruciais para o sucesso acadêmico. Afetando a motivação e concentração, dificultando o foco no aprendizado; a permanência escolar é afetada, aumentando o risco de evasão. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), a importância de integrar a promoção da saúde mental nos espaços educativos. Sendo isso feito através de estratégias robustas de prevenção ao sofrimento psíquico, acolhimento humanizado e o fortalecimento das redes de apoio intra e extraescolares.

A teoria da socioconstrutivista, por meio de Vigotski (2022), enfatiza que as emoções não são dispensáveis, mas sim uma parte construtiva do processo de desenvolvimento, influenciando profundamente a relação do sujeito com o conhecimento e com o mundo. Complementando essa visão,

Morin (2020) defende que a integração das dimensões emocionais nos processos educativos é um estimulante para o desenvolvimento do sujeito, aprimoramento da consciência crítica e a construção de relações mais empáticas e humanizadas no ambiente escolar.

Portanto, o trabalho pedagógico na EJA deve necessariamente incluir o desenvolvimento da inteligência emocional, o fortalecimento da autoestima e a criação de vínculos comunitários sólidos, sendo elementos cruciais para alavancar a permanência dos estudantes.

Estudos na área da saúde coletiva destacam eficácia de práticas integradas de promoção da saúde mental no contexto educativo, que contribuem para a redução de riscos psicossociais e para a valorização da vida (Minayo, 2023; Brasil, 2018). Sendo as práticas: rodas de conversa e grupos de apoio, criando espaços de troca e pertencimento; Dinâmicas de expressão emocional e momentos de escuta ativa, sendo eles espaços de acolhimento individual e coletivo, servindo como canais para externalizar sentimentos de forma segura.

Nesse panorama, as ações extensionistas no campo da psicologia que promovem diálogo, acolhimento e o senso de pertencimento revelam-se estratégias eficazes para o combate da desmotivação, o isolamento e vulnerabilidade emocional, fatores que frequentemente antecedem a evasão escolar. Em suma, compreender a profunda e complexa relação entre a saúde mental e a permanência escolar na EJA é crucial. Essa compreensão deve nortear o desenvolvimento de intervenções pedagógicas e psicossociais que não apenas ampliem as oportunidades educativas, mas que contribuam para a construção da trajetória e caminho de vida mais saudável, resiliente e significativo, ou seja melhora na qualidade de vida dos jovens e adultos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação, que possibilita a integração entre teoria e prática por meio da participação ativa dos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2023). As ações foram realizadas pelo 4º período do curso de Psicologia da Faculdade Raimundo Marinho – FRM e supervisão da Professora Especialista Gleide Selma Lima

Ferreira, entre os meses de agosto e novembro de 2025, com os estudantes da EJA na Escola Municipal de Educação Básica Professor Douglas Apratto Tenório na cidade de Penedo/AL. Fundamentou-se ainda nos princípios da extensão universitária de impacto na formação do estudante e impacto e transformação social, priorizando a escuta ativa e empatia.

Foram utilizados como instrumentos: observação participante; rodas de conversa; oficinas temáticas; dinâmicas socioemocionais; entrevistas espontâneas; registros fotográficos; e relatos reflexivos dos estudantes extensionistas. A escuta ativa, a empatia e o respeito às particularidades dos participantes orientaram todo o processo.

O tratamento dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo identificar categorias emergentes relacionadas às emoções, às relações sociais e aos impactos das ações na permanência escolar. Todos os procedimentos respeitaram os princípios éticos, garantindo sigilo e anonimato.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

As ações do projeto foram desenvolvidas ao longo de quatro meses, envolvendo momentos de acolhimento, atividades lúdicas, oficinas de expressão emocional e diálogo sobre saúde mental e valorização da vida. A Tabela 1 apresenta o cronograma das atividades realizadas.

Tabela 1 – Cronograma das ações do projeto de extensão

Data	Atividade	Descrição
04/08	Primeiro encontro em sala de aula.	Apresentação da disciplina, explicação dos objetos da extensão e divisão dos grupos.
11/08	Identificação de demandas e construção coletiva, em grupo, do projeto.	Levantamento inicial de locais possíveis para aplicação do projeto a ser desenvolvido.
18/08	Apresentação dos projetos	Após a escolha de tema e local de aplicação, cada grupo apresentou a proposta em sala

		para votação e escolha de um único projeto. Em votação, foi definido a união de três projetos que se completavam.
22/08	Elaboração coletiva do projeto único para ser executado pelo 4º período de psicologia.	Foi redefinido os objetivos e ações a serem executadas.
25/08	Visita à escola selecionada	Primeira visita para conhecer a escola, apresentar a proposta à equipe pedagógica, verificar a real necessidade da aplicação do projeto na instituição.
01/09	Apresentação, em sala de aula, das ações que seriam desenvolvidas na escola selecionada.	Os grupos, nesse momento dividido em três, levou propostas de dinâmicas e atividades que foram executadas ao longo das ações.
01/10	Palestra de abertura do projeto	Palestra ministrada na Escola Douglas Apratto, aos discentes da EJA, pela Profª Elfrida Gregório da FRM. Nesse momento, falou-se sobre saúde mental, educação, realização de sonhos.
10/10	Aplicação das dinâmicas: Abraço, Aperto de mão ou Dança Teia das emoções Adivinhar nome	Atividades lúdicas para fortalecer relações, boas convivências, incentivo ao afeto e respeito entre os participantes.
13/10	Dinâmica do Rio Risoterapia	Atividades de desenvolvimento pessoal e relaxamento.
24/10	Dinâmica dos Balões Dinâmica das Lembranças	Estimular a reflexão.
03/11	Festa Junina	Como atividade de encerramento foi produzida uma festa junina, os envolvidos foram incetivados a usar roupas típicas. Durante a ação, os participantes puderam

		colocar suas pontuações a respeito do projeto, como se sentiram durante as ações.
09/11	Produção do Relatório Final	Sistematização coletiva das experiências vivenciadas, avaliação do projeto e elaboração do material síntese com propostas para continuidade.

Fonte: Acervo do projeto (2025)

A análise dos resultados demonstrou que, desde os primeiros encontros, houve aumento gradual da participação dos estudantes, especialmente daqueles que inicialmente se mostravam retraídos. As dinâmicas socioemocionais favoreceram a expressão de sentimentos e promoveram interações mais positivas entre os participantes, fortalecendo vínculos e gerando senso de pertencimento.

As rodas de conversa revelaram relatos de desânimo, sobrecarga emocional e inseguranças, confirmando os apontamentos de Lima (2019) sobre os fatores afetivos que contribuem para a evasão na EJA. Entretanto, também evidenciaram a importância da escola como espaço de apoio e acolhimento.

A palestra sobre saúde mental ampliou a compreensão dos discentes sobre os canais de apoio e sobre a necessidade de buscar ajuda profissional quando necessário, alinhando-se aos princípios da OMS (2019) e às políticas nacionais de promoção da saúde (BRASIL, 2018).

Como síntese, os resultados indicam que as ações extensionistas contribuíram para:

- fortalecimento da autoestima;
- melhora da expressão emocional;
- maior integração entre estudantes;
- conscientização sobre saúde mental;
- valorização da permanência escolar.

Tais achados reforçam o papel da extensão universitária como ferramenta de transformação social, especialmente no contexto da EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas no projeto de extensão voltado aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos permitiram alcançar os objetivos propostos, demonstrando a pertinência das intervenções planejadas. As atividades realizadas confirmaram a hipótese inicial de que práticas fundamentadas em escuta ativa, dinâmicas socioemocionais e fortalecimento de vínculos contribuem significativamente para a promoção da saúde mental e para a permanência escolar na EJA.

Os resultados apontaram progressão no engajamento dos participantes. Inicialmente, observou-se heterogeneidade comportamental, com estudantes mais extrovertidos e outros mais reservados. No decorrer das ações, verificou-se aumento na participação, na interação e no apoio mútuo, indicando o desenvolvimento de empatia e de cuidado coletivo. Ademais, evidenciaram-se melhorias na autoestima, na motivação e na compreensão sobre saúde mental, bem como maior disposição para buscar apoio especializado a partir do reforço dos canais de ajuda existentes.

Conclui-se que o projeto contribuiu de maneira significativa para o fortalecimento emocional dos estudantes e para a sua permanência no ambiente escolar, atendendo ao objetivo geral da proposta. Observou-se desenvolvimento da inteligência emocional, expresso na melhora da gestão das próprias emoções e na qualificação da comunicação interpessoal, aspectos que favorecem a prevenção do sofrimento psíquico e, conseqüentemente, do risco de suicídio, especialmente pelo fortalecimento dos vínculos comunitários e pelo aumento da participação nas atividades.

Recomenda-se a continuidade e a expansão do projeto para outras turmas e unidades da EJA, tendo em vista seu potencial de impacto no contexto educacional. Para assegurar a sustentabilidade dos resultados alcançados, destaca-se a necessidade de manter ações regulares de promoção do bem-estar, de forma institucionalizada, a fim de favorecer ambientes acolhedores e preventivos. Sugere-se, ainda, a integração sistemática do tema da saúde mental ao currículo da EJA, particularmente no componente “Projeto de Vida”, visando ao desenvolvimento do autoconhecimento, da capacidade de planejamento e da resiliência dos estudantes.

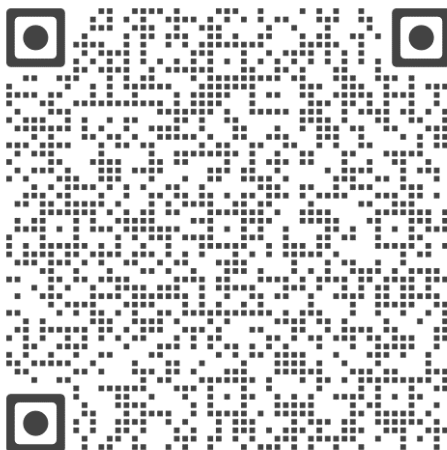
APÊNDICE A – DOCUMENTÁRIO DO PROJETO "CAMINHOS DE VIDA"



Fonte: Acervo próprio (2025)

O documentário completo, com duração de 12:26 minutos, encontra-se disponível na plataforma Instagram e pode ser acessado através do link ou do QR Code abaixo.

Link: <https://www.instagram.com/reel/DRmFjn-DT4z/>



REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Suicídio: saber, agir e prevenir**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar EJA 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Acesso em: 10 ago. 2025.

LIMA, A. **As origens emocionais da evasão: apontamentos etnográficos a partir da Educação de Jovens e Adultos**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 253-272, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/xgYYvQKqSgrkcWZmVYfbs3F/?lang=pt>. Acesso em: 17 out.2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Prevenção do suicídio: um manual para professores e educadores**. Genebra: OMS, 2019.

PSICOLOGIAFRM2024.1. **Caminhos de Vida: saúde mental, emoções e permanência escolar na EJA – educação de jovens e adultos**. **Instagram:**

@psicologiafrm2024.1, 28 nov. 2025. 1 vídeo (Reel). Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DRmFjn-DT4z/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

SIQUEIRA, A. R.; GUIDOTTI, V. **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. p.13-18. ISBN 9788595020535. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595020535/>. Acesso em: 17 out. 2025.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

CAPÍTULO 6

CAMPANHAS MENSAIS DE SAÚDE COMO PROTAGONISMO DE PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO: um alerta para o cuidado integral à saúde

Martha Isabelle dos Martyres Oliveira¹
Fammara Sulla da Silva Menezes¹
Ana Aparecida de Andrade Santos¹
Bruna Iasmim Lobato dos Santos¹
Josué Luz Coutinho Júnior¹
Robert Rogério de Souza Santos¹
Ana Luiza Marinho de Souza¹
Claudia dos Santos Souza¹
Danilo Barbosa Morais²

INTRODUÇÃO

O mês de agosto, mais conhecido como “Agosto Dourado” é dedicado a promoção do aleitamento materno. O termo “dourado” foi escolhido para representar a amamentação como um padrão ouro de nutrição infantil, o leite materno é o alimento ideal para os recém-nascidos, fortalecendo o sistema imunológico e promovendo um vínculo afetivo profundo entre mãe e filho.

Segundo a organização mundial da saúde (OMS), o aleitamento materno deve ser o alimento exclusivo até os seis meses de vida do bebê, sendo assim essencial para o desenvolvimento saudável da criança. Nesse contexto, o agosto dourado visa sensibilizar a sociedade sobre a importância do aleitamento materno, destacando seus benefícios para a saúde do bebê e da mãe, bem como promover o apoio social e profissional as mulheres lactantes.

¹ Graduandos do Curso de Bacharelado em Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) de Penedo

² Docente da disciplina de atividade extensionista II, do Curso de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) / E-mail: prof.danilobarbosa@frm.edu.br

Durante o mês de agosto, o Ministério da Saúde realiza campanhas destinadas a aumentar a conscientização da população sobre os benefícios do aleitamento materno e a importância do apoio necessário às mães no início da amamentação. Este esforço é particularmente relevante em um contexto global de crescente desnutrição e doenças preveníveis. O agosto dourado vai além de uma simples campanha; é um chamado à sociedade para valorizar e apoiar a prática do aleitamento materno, essencial para o desenvolvimento saudável das crianças.

Desde 1981, o Ministério da Saúde vem coordenando estratégias de proteção e promoção do aleitamento materno no Brasil. Segundo o ministério, o país conta com 301 hospitais Amigos da Criança que promovem dez passos para o sucesso do aleitamento materno. Anualmente, são repassados 18,2 milhões de reais a essas unidades (Maestá *et al.*, 2022).

Segundo a Revista Nursing “A Rede Brasileira de Bancos de Leite Materno (rBLH – BR) é uma iniciativa do Ministério da saúde por meio do Instituto Fernández Figueira (IFF/Fiocruz) e atualmente faz parte da Política Nacional Integral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (PAISC)” (Maestá *et al.*, 2022).

Iniciativas como a "Rede Amamenta Brasil" e o trabalho dos Bancos de Leite Humano em Alagoas têm sido fundamentais para apoiar e promover a amamentação. Essas iniciativas oferecem orientação prática e emocional às mães, além de promover campanhas de conscientização sobre a importância do aleitamento materno exclusivo.

Amamentar os bebês imediatamente após o nascimento pode reduzir a mortalidade neonatal – aquela que acontece até o 28º dia de vida. E a amamentação pode oferecer várias vantagens, como proteção contra alergias graves e infecções, fortalece a criança com anticorpos maternos prevenindo problemas como diarreias, pneumonias, otites e meningites (Carvalho & Passos, 2021). Além disso, a amamentação contribui para o desenvolvimento ósseo e muscular da face, favorecendo a fala, a respiração e a dentição (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2024).

O objetivo da ação de extensão foi realizar uma educação em saúde com panfletagem na ala da maternidade na Santa Casa de Misericórdia do município de Penedo – Alagoas, assim como ensinar e conscientizar as mães

sobre a importância do aleitamento materno para o bebê, destacando como esse leite é fundamental para o crescimento e desenvolvimento saudável da criança.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2012), as doenças cardiovasculares (DCV) são as causas mais comuns de morbidade e a principal de mortalidade em todo mundo, destacando a cardiopatia isquêmica, acidentes vasculares cerebrais e hipertensão arterial como responsáveis por 15,9 milhões de óbitos por ano.

No entanto, mesmo com a exposição desses dados, o crescimento da doença é contínuo dia após dia, uma vez que os principais intensificadores do desenvolvimento da doença são os hábitos alimentares inadequados, o sedentarismo e a obesidade, o estilo de vida com a presença do tabagismo e a falta de controle do estresse psicoemocional, pois o padrão comportamental e os hábitos de vida impactam diretamente no cuidado ou na falta dele com a doença, assim como esses aspectos estão estreitamente relacionados com condições objetivas de oferta, consumo, modismo e representações sociais da cultura e das relações sociais estabelecidas na sociedade (Ribeiro *et al.*, 2012).

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), as doenças cardiovasculares são um grupo de doenças do coração e dos vasos sanguíneos, como: doença coronariana, doença cerebrovascular, doença arterial periférica, doença cardíaca reumática, cardiopatia congênita, trombose venosa profunda e embolia pulmonar, e, ataques cardíacos e acidentes vasculares resultam no bloqueio da passagem sanguínea para o coração ou cérebro, que são causados devido ao acúmulo de gordura nas paredes internas desses órgãos ou por hemorragia.

De acordo com Gomes *et al.*, (2016), o estresse libera hormônios como a adrenalina que atua aumentando os batimentos cardíacos e a pressão arterial, o que pode caminhar em um ataque cardíaco e até levar à morte, sendo assim, é necessário a inclusão de se trabalhar aspectos psicossociais em um estilo de vida, pois esses aspectos se ligam fortemente a saúde cardíaca. Essas condições podem ser alertadas de maneira simples e eficaz com uma série de medidas de informação e conscientização.

A prevenção é, sem dúvida, a maneira mais segura e eficaz de garantir um coração saudável e em pleno funcionamento. Alguns dos hábitos que

podem ser adotados são: a prática regular de atividade física: manter uma rotina de exercícios é essencial para a saúde do coração; dieta balanceada: consumir alimentos que ajudam a reduzir o colesterol LDL (colesterol ruim) e limitar o consumo de sal e açúcar; gerenciamento do estresse: buscar técnicas para reduzir o estresse e adotar um estilo de vida mais tranquilo; evitar tabagismo e moderar o consumo de álcool: abster-se de fumar e consumir álcool com moderação e fazer consultas e exames médicos regulares, o monitoramento regular e individualizado é essencial para garantir a saúde do coração.

Assim, exames simples, quando realizados periodicamente, podem oferecer muitos benefícios. Verificações como a aferição da pressão arterial, avaliação dos níveis de colesterol e controle do açúcar no sangue são importantes para identificar precocemente condições que, se não tratadas, podem causar sérios problemas de saúde.

Desse modo, a divulgação do Setembro Vermelho é de grande relevância para a população brasileira, em especial, no município de Penedo, no estado de Alagoas. Muitas pessoas desconhecem os sinais de alerta de problemas cardiovasculares e a gravidade dessas doenças. A campanha atua como um lembrete crucial para que todos cuidem da saúde do coração, realizando check-ups regulares e adotando hábitos saudáveis. Além disso, a disseminação de informações confiáveis ajuda a combater mitos e desinformações, permitindo que a população tome decisões informadas sobre sua saúde. A conscientização coletiva contribui para a redução de casos de doenças cardiovasculares, melhorando a saúde pública no município como um todo.

Através de campanhas de informação, o Setembro Vermelho busca mobilizar a sociedade para que todos estejam mais atentos à saúde do coração. O envolvimento de todos é essencial para promover mudanças significativas e garantir que mais pessoas tenham acesso a informações e cuidados necessários para a prevenção e o manejo das doenças cardiovasculares.

A ação proposta teve como objetivo realizar uma ação de extensão com orientações e panfletagem para o público em geral na região central do município de Penedo – Alagoas.

O câncer, também conhecido como neoplasia maligna, é uma patologia conhecida e estudada há muitos anos, ocupando uma posição de destaque nos índices de morbidade e mortalidade do país, uma vez que se tornou um grave problema de saúde pública devido ao aumento de casos apresentados nos últimos anos no Brasil e no mundo (Oliveira; Muniz; Andrade, 2017; Alves, 2017).

Dentre os variados tipos de câncer diagnosticados na atualidade, o câncer de mama tem se apresentado como um dos principais e mais recorrentes, sendo o segundo câncer mais frequente no mundo e o primeiro no gênero feminino, representando aproximadamente 28% dos casos diagnosticados anualmente. O câncer de mama também pode ocorrer em homens, no entanto, é raro, equivalendo a apenas 1% dos casos diagnosticados (Pires *et al.*, 2011; INCA, 2018).

Apesar de ser uma doença de caráter mundial, o câncer de mama é predominante em países desenvolvidos, como EUA, Canadá, Reino Unido e Austrália, e esses dados sugerem que a doença, de certa forma, está mais associada ao estilo de vida do portador do que ao baixo acesso à saúde de qualidade, fato comum em países subdesenvolvidos (Bernardina *et al.*, 2012).

O movimento popular internacionalmente conhecido como Outubro Rosa é comemorado em todo o mundo. O nome remete à cor do laço rosa, que simboliza mundialmente a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades. Esse movimento começou nos Estados Unidos, onde vários estados tinham ações isoladas referentes ao câncer de mama e à mamografia no mês de outubro. Posteriormente, com a aprovação do Congresso Americano, o mês de outubro se tornou o mês nacional de prevenção do câncer de mama.

A história do Outubro Rosa remonta à última década do século XX, quando o laço cor-de-rosa foi lançado pela Fundação Susan G. Komen for the Cure e distribuído aos participantes da primeira Corrida pela Cura, realizada em Nova York, em 1990, e promovida anualmente na cidade desde então (Susan, 1990). Em 1997, entidades das cidades de Yuba e Lodi, nos Estados Unidos, começaram efetivamente a comemorar e fomentar ações voltadas à prevenção do câncer de mama, denominando o evento como Outubro Rosa. Todas as ações eram, e são até hoje, direcionadas à conscientização da

prevenção pelo diagnóstico precoce. Para sensibilizar a população, inicialmente as cidades se enfeitavam com laços rosas, principalmente nos locais públicos. Posteriormente, surgiram outras ações, como corridas, desfiles de moda com sobreviventes do câncer de mama, partidas de boliche, entre outras (Pink,1997).

A primeira iniciativa da campanha Outubro Rosa no Brasil ocorreu em 2002, quando um grupo de mulheres, que queria trazer o movimento para o país, conseguiu o apoio privado para iluminar de rosa, durante todo um mês, o Mausoléu do Soldado Constitucionalista, conhecido como Obelisco do Ibirapuera, em São Paulo. Em outubro de 2008, diversas entidades relacionadas ao câncer de mama iluminaram de rosa monumentos e prédios em suas respectivas cidades, iniciativa que foi repetida em outubro de 2009, e, desde 2010, o INCA participa do movimento, promovendo espaços de discussão sobre o câncer de mama, divulgando e disponibilizando seus materiais informativos para profissionais e para a sociedade.

O câncer de mama é o mais comum entre as mulheres no Brasil, com uma estimativa de 52.680 novos casos anuais para 2012 e 2013, segundo o INCA. Apesar de seu bom prognóstico quando detectado precocemente, a mortalidade no Brasil é alta devido a diagnósticos tardios. Nos países desenvolvidos, a taxa de sobrevivência de cinco anos é de 85%, enquanto nos países em desenvolvimento é de 60%. A mamografia é crucial para a detecção precoce e redução da mortalidade. No Brasil, o controle do câncer de mama passou por três fases: antes do SUS, pós-SUS e pós-Consenso. A partir de 2013, com o Programa Nacional de Qualidade em Mamografia, espera-se uma melhoria na qualidade dos serviços de saúde (INCA, 2011).

Dada a relevância do tema, este estudo tem como objetivo realizar uma ação de extensão para o público em geral na região central do município de Penedo – Alagoas.

O Novembro Azul é uma campanha global que visa aumentar a conscientização sobre o câncer de próstata e promover a saúde masculina. Lançada inicialmente na Austrália em 2003, a campanha rapidamente ganhou força em outros países, incluindo o Brasil, onde se tornou um movimento significativo. O câncer de próstata é o segundo tipo de câncer mais comum entre homens, depois do câncer de pele não melanoma (INCA, 2023). De

acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), a detecção precoce pode reduzir a mortalidade associada à doença, tornando as campanhas de conscientização, como o Novembro Azul, essenciais para a saúde pública (SBU, 2023).

O Novembro Azul surgiu como uma resposta à necessidade de aumentar a conscientização sobre o câncer de próstata e promover a saúde masculina, refletindo a importância da prevenção e do diagnóstico precoce (INCA, 2023, p. 12).

A detecção precoce do câncer de próstata é crucial para aumentar as chances de tratamento eficaz e sobrevivência. Estudos indicam que o câncer de próstata em estágio inicial pode ser assintomático, o que torna a conscientização e o rastreamento regulares essenciais (Hoffman *et al.*, 2020). O exame de PSA (antígeno prostático específico) e o exame de toque retal são métodos amplamente utilizados para a triagem da doença, embora existam debates sobre a eficácia e os possíveis riscos desses exames (Ost *et al.*, 2021).

Apesar dos benefícios comprovados da detecção precoce, muitos homens ainda relutam em realizar os exames recomendados. Estudos mostram que fatores como medo, falta de informação, e estigmas associados aos exames podem contribuir para a baixa adesão (Smith *et al.*, 2022). Além disso, a resistência cultural e a percepção de invulnerabilidade são barreiras significativas que precisam ser abordadas por campanhas de conscientização como o Novembro Azul (Roe *et al.*, 2021).

Campanhas como o Novembro Azul têm mostrado um impacto positivo na conscientização e na taxa de adesão aos exames de rastreamento. Dados mostram que, durante o mês de novembro, há um aumento significativo nas consultas e exames relacionados ao câncer de próstata (Gonçalves *et al.*, 2023). No entanto, para que o impacto seja sustentável, é crucial que as campanhas sejam apoiadas por políticas públicas e iniciativas contínuas de educação e suporte (Pereira *et al.*, 2024).

A campanha mensal do Novembro azul teve como objetivo realizar orientações com a entrega de panfletos para o público em geral na região central do município de Penedo – Alagoas.

METODOLOGIA

O projeto Agosto Dourado, realizado na Santa Casa de Misericórdia de Penedo, na ala de maternidade, foi de grande importância para promover a adesão ao aleitamento materno para mães e bebês.

Durante a ação, foram realizadas atividades práticas e didáticas sobre a pega correta do bebê e a posição ideal para amamentação. Uma mama artesanal em crochê foi confeccionada para tornar a demonstração mais lúdica e simples, capturando a atenção das mães, que se mostraram interessadas e satisfeitas com a abordagem.

A distribuição de panfletos teve como objetivo principal fornecer informações sobre os benefícios da amamentação e como o aleitamento materno pode auxiliar na recuperação pós-parto. Os panfletos destacaram a importância do leite materno, especialmente nos primeiros meses de vida, devido à sua riqueza nutricional.

Como forma de carinho, foram distribuídos mimos – brincos de pérola – para as lactantes, acompanhantes e funcionários. Este gesto trouxe um toque especial e apreciado à ação, promovendo um ambiente acolhedor e positivo para todos os envolvidos.

Tendo em vista a natureza da Ação do Setembro Vermelho, que visa analisar e elaborar e transmitir informações, na intenção de alertar a população sobre o cuidado com o coração, o presente trabalho assume a abordagem de caráter descritivo e informativo que ocorreu através da distribuição de panfletos contendo alertas e recomendações no centro da cidade de Penedo. O método escolhido fez uso de pesquisas bibliográficas que esclareceram características conceituais e estatísticas das doenças cardiovasculares, com seus efeitos e impactos, além da aplicação de dinâmicas interativas, com foco na participação e comunicação com a população penedense, tal como na promoção de alertas e cuidados, na intenção de alcançar uma mudança no padrão habitual dos cidadãos. Buscando destacar a importância de iniciativas interativas como essa para promoção de bem-estar, cuidado e incentivo ao seguimento de uma boa qualidade de vida, assim como mostrar a necessidade da presença de ações que trabalhem a comunicação com os indivíduos.

A aplicação do projeto se deu com os alunos do 2º período do curso de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM), confecção de folders informativos e conteudistas e uso do diálogo, promovendo experiência e conhecimento tanto para os alunos do segundo período do curso de Fisioterapia da Faculdade Raimundo Marinho como para a população envolvida na ação. O projeto ocorreu em três etapas: A primeira etapa esteve relacionada às pesquisas feitas sobre o tema e a relação das principais informações. A segunda etapa foi direcionada às atribuições da equipe quanto ao desenvolvimento do projeto, como o que considera importante abordar para a população. A terceira etapa foi a execução do projeto com confecção dos folders e a combinação para realização da ação de extensão.

Primeira etapa: Pesquisa e seleção das informações.

Analisar materiais, como artigos, sites, PDFs relacionados ao tema, selecionando as informações mais atrativas em termos de conhecimento e de melhor compreensão para o público que será beneficiado com as explicações e indicações.

Segunda etapa: Direcionamento e ideias de abordagens com a equipe.

Dialogar e pontuar ideias consideradas atraentes para o leitor que receberá o conteúdo. Como o debate sobre quais informações chamam atenção e instiga a leitura, o que fornecer junto ao material informativo, como distribuí-lo e quais dicas são indispensáveis para manutenção de uma vida saudável, menos prejudicial ao coração, e trocar reflexões a respeito do principal intuito do projeto.

Terceira etapa: Execução do projeto e distribuição dos materiais.

Decidir ação estratégica e com disponibilidade do grupo para realizar a distribuição dos materiais confeccionados. Foi desenvolvido folders interativos a respeito da existência da campanha, assim como alerta aos sinais mais alarmantes do corpo e como prevenir o desenvolvimento de doenças cardíacas, além de explicar de maneira objetiva o conteúdo presente no folder e o principal motivo da distribuição, que é alertar a população no intuito de obter melhorias na saúde da população.

O projeto Outubro Rosa foi conduzido com o objetivo de analisar o impacto da Campanha Mensal de Saúde do como estratégia de prevenção e

conscientização sobre o câncer de mama, enfatizando a importância do cuidado integral à saúde. O projeto foi realizado no Centro Histórico de Penedo, Alagoas, um local estratégico para alcançar um público diversificado, em gênero e faixa etária.

A abordagem metodológica adotada foi de caráter descritivo e exploratório. Optou-se por essa metodologia devido à sua capacidade de captar, de forma aprofundada, as percepções, atitudes das mulheres participantes em relação às atividades da campanha. A escolha por um estudo qualitativo se justifica pela necessidade de compreender o contexto social e cultural que permeia a adesão às práticas preventivas, além de explorar os fatores que influenciam o comportamento das mulheres em relação à sua saúde.

População e Amostra - O projeto de panfletagem foi idealizado com a intenção de atingir um público vasto e diversificado, focando especialmente em mulheres de diferentes faixas etárias que circulavam pelo Centro Histórico da cidade de Penedo/AL. A escolha desse estratégico local foi fundamental para maximizar o impacto da ação, aproveitando a movimentação intensa das pessoas ao longo do dia. Este contexto possibilitou um alcance expressivo em um curto período, demonstrando a eficácia de ações diretas em um curto período.

Ao longo da campanha, foram distribuídos 150 panfletos, números que reforçam a relevância do projeto e a capacidade de chamar a atenção do público-alvo. A seleção do Centro Histórico como local de panfletagem facilitou o contato com um público diversificado, incluindo turistas, trabalhadores e moradores locais, o que ampliou a visibilidade da ação e garantiu que a mensagem fosse amplamente divulgada.

O espaço, marcado pela passagem constante de pessoas, foi decisivo para garantir o sucesso do projeto. Este formato de abordagem, simples e direta, mostrou-se altamente eficaz ao captar a atenção de um público em constante movimento, valorizando o contexto dinâmico do Centro Histórico.

O último mês colorido traz a alusão ao Novembro Azul, no qual foi levado informações sobre os cuidados masculinos no que tange a saúde de forma integral. Foi realizado a distribuição de panfletos informativos na região central de Penedo – AL, durante a realização da feira livre.

Além da panfletagem, foi realizado cuidados com orientações para evitar diversos agravos que possam vir ocorrer na saúde masculina, outros fatores foram abordados como o sedentarismo, tabagismo, sobrepeso, entre outras patologias que muitas vezes tem tratamento específico na rede pública de saúde.

Os extensionistas buscaram atingir diversos homens para disseminar alguns cuidados preventivos, o grupo buscou abordar os homens com a entrega dos panfletos e orientações devidas, sendo didático nas explicações, e respondendo as possíveis dúvidas sobre a doença, diagnóstico, prevenção e o tratamento.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foi realizada a intervenção denominada Agosto Dourado na Santa Casa de Penedo–AL, na ala da maternidade, alcançando os resultados esperados. A iniciativa consistiu na distribuição de atenções e confortos às mulheres no pós-parto, visando proporcionar suporte emocional durante um período crítico e frequentemente complexo. Observou-se variabilidade na vulnerabilidade e receptividade das puérperas, o que é esperado no contexto puerperal. Enquanto algumas demonstraram maior abertura para interação e diálogo, outras manifestaram a necessidade de maior privacidade, comportamentos considerados normativos e respeitados nessa fase.

O aspecto mais relevante foi a capacidade de expressar empatia e atenção por meio da roda de conversa e dos agradecimentos oferecidos. A campanha do Agosto Dourado não apenas contribuiu para uma experiência mais agradável para as puérperas, mas também pode exercer efeitos prolongados sobre o bem-estar psicológico e emocional.

Com a aplicação do projeto Setembro Vermelho, foi possível vivenciar boas experiências ao obter atenção e compreensão da população, entendendo a importância da aplicação de medidas preventivas. Durante a execução, os estudantes se dividiram em duplas e distribuíram panfletos informativos por todo o centro para a população que nesse ambiente se encontrava, promovendo diálogo a respeito da composição e orientações nos panfletos, destacando que o desejo é fazer com que os indivíduos realizem

hábitos saudáveis que auxiliem no desenvolvimento de saúde e qualidade de vida, a ação demonstrou de certa forma alguns desconhecimentos por parte da população no que concerne a alusão ao setembro vermelho.

Durante o desenvolvimento do projeto Outubro Rosa, focamos em mulheres de diferentes faixas etárias que circulavam pelo Centro Histórico de Penedo, AL, durante a ação de conscientização. A reação das participantes foi notavelmente positiva, refletindo o interesse e a conscientização crescente sobre a importância do autocuidado e da prática regular do autoexame. Muitas delas examinaram imediatamente o conteúdo, demonstrando um desejo de compreender melhor o assunto e refletindo sobre a importância dos cuidados com a saúde feminina. Esse retorno espontâneo mostrou a eficácia do folheto como uma ferramenta de conscientização e sensibilização, pois facilitou o acesso direto a informações relevantes e práticas.

Outro aspecto importante foi à diversidade do público alcançado. Mulheres de diversas idades, níveis educacionais e realidades socioeconômicas demonstraram interesse. Além de aumentar o conhecimento sobre o autoexame, a ação também incentivou conversas sobre o acompanhamento médico regular, a importância de consultas de rotina e a realização de exames como a mamografia.

Esses projetos, que se voltam ao público de forma inclusiva e direta, desempenham um papel fundamental na promoção da saúde pública. A distribuição de materiais informativos e a abordagem humanizada com as participantes fortalecem o vínculo entre a população e as iniciativas de saúde, promovendo uma cultura de prevenção e autocuidado que se estende para além do evento. A presença de informações claras e acessíveis permite que mulheres de diferentes perfis incorporem práticas preventivas em suas rotinas diárias, contribuindo para a criação de uma conscientização coletiva sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama.

Os resultados também revelaram o valor das campanhas que conseguem alcançar a população em locais de grande circulação, como o Centro Histórico de Penedo/AL. Nesse contexto, o ambiente histórico e cultural favoreceu a proximidade entre as mulheres e a equipe responsável pela ação, criando um ambiente acolhedor que potencializou o impacto da

campanha. O envolvimento direto com as mulheres facilitou uma conexão empática e humanizada, onde elas se sentiam ouvidas e apoiadas.

As conversas e interações durante a campanha contribuíram para a criação de uma rede de apoio entre as mulheres participantes, reforçando o poder do coletivo na busca pelo bem-estar e pela saúde. Essa troca de informações e experiências entre as participantes cria um ciclo de conscientização que pode continuar a se espalhar na comunidade. Uma mulher bem informada se torna, por sua vez, uma disseminadora de informações entre suas amigas, familiares e vizinhas, expandindo o impacto da campanha para além do momento da ação.

Por fim, ações como essa mostram o valor de iniciativas de saúde pública bem estruturada e adaptada às necessidades da população. Campanhas que conseguem alcançar a população de forma acessível e dialogada contribuem para a democratização da informação e para a construção de uma sociedade mais consciente sobre a importância da prevenção. Ao priorizar o autocuidado e a prevenção, as campanhas de saúde pública promovem uma rede de apoio entre as mulheres e reforçam a ideia de que o cuidado com a saúde é um direito de todos.

Com a aplicação prática deste projeto de extensão Novembro Azul, foi verificado uma conscientização do público masculino alertado para os cuidados com sua saúde num aspecto geral. Os resultados revelaram que as campanhas que conseguem alcançar a população em locais de grande circulação, apresentam um maior nível de conhecimento por parte dos abordados. Nesse contexto, o ambiente histórico e cultural favoreceu a proximidade entre os homens e a atuação da equipe envolvida potencializando as ações de extensão nos homens envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, os projetos agregaram aprendizados valiosos aos alunos e aos participantes que se interessaram com o tema e absorveram as informações, sendo compreensível que a disponibilização de informações é indispensável para o conhecimento das pessoas.

Os projetos demonstraram que campanhas educativas bem estruturadas, que combinam informações acessíveis e práticas, podem gerar impactos significativos para os diversos públicos quanto ao autocuidado e à saúde preventiva.

Essas campanhas mensais, quando estruturadas para atender às necessidades locais e respeitando as especificidades culturais, tornam-se ferramentas eficazes na disseminação de informações sobre saúde. Essa proximidade com a comunidade permite um diálogo mais aberto e acessível, desmistificando diversos agravos que afetam saúde de populações.

Em síntese, os projetos dos extensionistas, reafirma a importância das campanhas de saúde pública como ferramentas de promoção da saúde e prevenção de doenças, na qual mostraram-se eficazes, incentivando decisões e práticas preventivas que salvam vidas. Para maximizar os impactos, se faz necessário que as campanhas sejam contínuas e abrangentes, e que todos os envolvidos, inclusive os participantes possam assumir o papel de protagonista no compromisso com o cuidado integral à saúde nos diversos meses coloridos, dentre eles o agosto dourado, setembro vermelho, outubro rosa e novembro azul.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mônica Oliveira; Magalhaes, Sandra Célia Muniz; Coelho, Bertha Andrade. A regionalização da saúde e a assistência aos usuários com câncer de mama. **Saúde soc., São Paulo**, v. 26,n. 1,p. 141-154,mar.2017.

Batiston, Adriane Pires et al. Conhecimento e prática sobre os fatores de risco para o câncer de mama entre mulheres de 40 a 69 anos. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife ,v. 11,n. 2,p. 163-171,jun.2011.

BRASIL. Doenças cardiovasculares, principal causa de morte no mundo, pode ser prevenida. Portal **Gov.br**, 29 set. 2022.

CARVALHO, L. M. N.; Passos, S. G. de. Os benefícios do aleitamento materno para a saúde da criança: revisão integrativa. **Revista Coleta**

Científica, v. 5, n. 9, p. 70-87, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.5281/zenodo.5117748> .

GOMES, Cármen Marilei et al. Estresse e risco cardiovascular: intervenção multiprofissional de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, p. 351-359, 2016.

GONÇALVES, A., et al. (2023). Impact of Awareness Campaigns on Prostate Cancer Screening Rates. **Public Health Reports**, 138(1), 65-73.

HOFFMAN, R. M., et al. (2020). Screening for Prostate Cancer: A Review of the Evidence. **Journal of Urology**, 204(2), 123-132.
Hospital De Amor. Inauguração do Hospital de Amor em Arapiraca. Disponível em: <https://hospitaldeamor.com.br/site/tag/arapiraca/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

INCA. (2023). Manual de Prevenção e Controle do Câncer de Próstata. **Instituto Nacional de Câncer**.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil. www.komen.org. Acesso em: 08 ago. 2024.

Maestá Agostinho, K.; Vivian De Jesus, S.; Silva De Souza, S. Agosto Dourado: O cuidado ao bebê desde o primeiro segundo de vida. **Nursing Edição Brasileira**, [S. l.], v. 25, n. 291, p. 8234–8236, 2022. DOI: 10.36489/nursing.2022v25i291p8234-8236. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2660> . Acesso em: 8 ago. 2024.

Organização Pan-Americana Da Saúde. Aleitamento materno e alimentação complementar. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/topicos/aleitamento-materno-e-alimentacao-complementar>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Ost, P., et al. (2021). Prostate Cancer Screening: Recommendations and Risks. **European Urology**, 79(5), 568-576.

PEREIRA, M.; ET AL. Future directions in prostate cancer awareness. **Health Policy Review**, v. 22, n. 2, p. 159-167, 2024.

RIBEIRO, amanda gomes; cotta, rosângela minardi mitre; ribeiro, Sônia Machado Rocha. A promoção da saúde e a prevenção integrada dos fatores de risco para doenças cardiovasculares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 7-17, 2012.

ROE, T., et al. (2021). Cultural Influences on Prostate Cancer Screening. **Journal of Men's Health**, 17(4), 341-348.

São Paulo Society Of Pediatrics. **Agosto Dourado**. Disponível em: <https://www.spsp.org.br/campanhas_spsp/agosto-dourado/>. Acesso em: 5 ago. 2024

Saúde. Agosto Dourado: a amamentação é importante para garantir saúde ao bebê e à **Governo do Estado do Espírito Santo**. Disponível em:

<https://saude.es.gov.br/Not%C3%ADcia/agosto-dourado-a-amamentacao-e-importante-para-garantir-saude-ao-bebe-e-a-mae>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SBU. (2023). Diretrizes da Sociedade Brasileira de Urologia. **Sociedade Brasileira de Urologia**.

SMITH, G., et al. (2022). Barriers to Prostate Cancer Screening: A Review. **Cancer Prevention Research**, 15(3), 212-219.

SOARES, Priscila Bernardina M et al. Características das mulheres com câncer de mama assistidas em serviços de referência do Norte de Minas Gerais. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 595-604, set. 2012.

SUSAN g. Komen for the cure. História do Outubro Rosa. Disponível em: www.komen.org. Acesso em: 08 ago. 2024.

Tribunal de justiça do distrito federal e dos territórios. Agosto Dourado 2024 - reduzindo as desigualdades no apoio à amamentação. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-acoas/pro-vida/dicas-de-saude/pilulas-de-saude/agosto-dourado-2024-reduzindo-as-desigualdades-no-apoio-a-amamentacao> . Acesso em: 05 ago. 2024.

CAPÍTULO 7

CONTRIBUIÇÕES DO LÚDICO PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO: práticas educativas para a terceira idade da Associação Beneficente Dr. Joaquim Peixoto.

Emmily Adriarly Pinheiro dos Santos¹

Hiara Borges Honorato¹

João Paulo Andrade Santos¹

Woshington Ribeiro Rocha²

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento ativo, conceito preconizado pela Organização Mundial da Saúde (2015), destaca a importância da autonomia, da participação social e do bem-estar físico e emocional na velhice. Esse processo vai além da ausência de doenças, abrangendo oportunidades de aprendizado contínuo, expressão criativa e fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários. No entanto, o aumento da expectativa de vida não tem sido acompanhado, para todos, de condições que assegurem um envelhecimento com qualidade. O isolamento social, a fragilização dos laços familiares e o declínio cognitivo ainda se configuram como desafios frequentes entre os idosos, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, observa-se que muitos idosos enfrentam barreiras para acessar espaços de convivência e atividades significativas, o que intensifica sentimentos de solidão, insegurança emocional e perda de funcionalidade.

¹Acadêmicos em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

²Professor Especialista da Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: prof.woshimgton.rocha@frm.edu.br

Diante dessa realidade, práticas educativas de caráter lúdico e humanizado têm se mostrado eficazes na promoção de habilidades cognitivas e socioemocionais, no resgate de memórias afetivas e no fortalecimento da autoestima, favorecendo um envelhecimento mais participativo e saudável.

Em Penedo – AL, destaca-se a atuação da Associação Beneficente Dr. Joaquim Peixoto, instituição de longa permanência que acolhe idosos em situação de vulnerabilidade social, muitos deles com vínculos familiares fragilizados ou inexistentes. A partir dessa realidade, emergiu a seguinte questão norteadora: de que maneira a participação em atividades artísticas, lúdicas e interativas pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos idosos residentes nessa instituição? A escolha dessa temática justifica-se pelo potencial transformador da pedagogia quando aplicada em contextos não formais, permitindo a valorização das experiências de vida e o fortalecimento das relações humanas por meio da ludicidade e da criatividade.

Metodologicamente, a ação extensionista envolveu acadêmicos do curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM), que realizaram um diagnóstico inicial do perfil, interesses e potencialidades dos residentes. Em seguida, foram desenvolvidas oficinas semanais de pintura, musicalização, contação de histórias com fantoches e produção colaborativa de um curta-metragem, culminando em um evento temático inspirado nas décadas de 1950 e 1960.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar e analisar a ação extensionista desenvolvida por acadêmicos do curso de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) junto aos idosos residentes na Associação Beneficente Dr. Joaquim Peixoto, no município de Penedo – AL, ressaltando a relevância das atividades artísticas, lúdicas e interativas como instrumentos de promoção do envelhecimento ativo, fortalecimento de vínculos afetivos e estímulo à socialização e ao bem-estar integral dessa população.

2 EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO ATIVO (AUTONOMIA, AFETIVIDADE E PROTAGONISMO SOCIAL)

O envelhecimento é um processo que ultrapassa dimensões biológicas e envolve aspectos sociais, culturais e educacionais. Nesse sentido, as práticas educativas voltadas à terceira idade assumem papel fundamental na promoção da autonomia, autoestima e qualidade de vida, permitindo que os idosos continuem exercendo sua cidadania de forma ativa e significativa, quebrando a visão de estagnação que, por vezes, é associada a essa fase da vida. Envelhecer não é sinônimo de doença, mas sim um processo natural que exige olhares atentos e respeitosos. Como reforçam Oliveira e Mendonça (2019) e Mendonça e Coutinho (2019), o afeto é decisivo para o bem-estar do idoso, estando diretamente ligado à saúde mental e ao fortalecimento de vínculos.

As ações educativas para idosos vão muito além da simples aquisição de novos conteúdos. Elas proporcionam experiências enriquecedoras, ampliam o convívio social, fortalecem vínculos afetivos e despertam novamente o sentimento de pertencimento à comunidade, muitas vezes enfraquecido ao longo do envelhecimento. A educação, neste sentido, funciona como instrumento de promoção do bem-estar físico, mental e social, alinhando-se à perspectiva de Freire (1987) e da Organização Mundial da Saúde (2015), que defendem um envelhecimento ativo baseado na participação social, na autonomia e no interesse pela vida.

O desenvolvimento humano, segundo Erikson (1998), na fase final da vida é marcado pelo confronto entre integridade do ego e desespero. A integridade surge quando a pessoa consegue olhar para sua trajetória com orgulho e serenidade, enquanto o desespero está ligado ao arrependimento e à sensação de vazio. Nesse cenário, ações educativas que estimulem a participação social e fortaleçam o sentimento de utilidade contribuem para a integridade do ego e para a aceitação da própria história. Oliveira e Mendonça (2019) reforçam que a afetividade, além de componente essencial, previne a solidão e promove qualidade de vida emocional. Jung (1964) também contribuiu ao afirmar que a velhice pode ser vivida como um período de plenitude e descobertas, não como declínio.

Como destaca Freire (1996), aprender é um ato político e emancipador, e não um simples acúmulo de conteúdos. No contexto da terceira idade, esse processo valoriza o idoso como protagonista de sua própria aprendizagem e agente transformador de sua comunidade, preservando e transmitindo saberes e experiências às novas gerações. Piaget (1978) lembra que “a inteligência é aquilo que usamos quando não sabemos o que fazer”, salientando que a capacidade de adaptação e de resolução de problemas permanece ao longo de toda a vida, fortalecendo a autonomia, a autoestima e a integração social. Neste sentido, Vygotsky (1991) complementa indicando que o aprendizado é construído socialmente, por meio de interações e experiências, o que reforça a relevância das práticas coletivas na educação de idosos.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) reconhece a importância de incluir o respeito e a valorização da pessoa idosa nos processos formativos, reforçando que a educação para essa fase não se limita ao ensino formal. Trata-se de um processo contínuo, permeado de memórias, afetos e vivências, capaz de romper estereótipos e consolidar a cidadania do idoso. Assim, a educação se revela como ponte entre gerações, espaço de diálogo e recurso essencial para a construção de uma velhice ativa, saudável e repleta de significado.

3 LUDICIDADE COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA E TRANSFORMADORA NA TERCEIRA IDADE

Dentro dessa perspectiva, a ludicidade se apresenta como um recurso pedagógico poderoso na educação de idosos. Ao inserir jogos, música, pintura e outras atividades criativas no contexto educativo, promove-se interação, estimula-se a mente e valoriza-se a socialização, construindo um ambiente participativo, dinâmico e inclusivo. Para Luckesi (2005), o lúdico é mais do que entretenimento: é um estado interno de plenitude que mobiliza corpo, mente e emoções de forma integrada, proporcionando aprendizagem prazerosa e significativa. Brougère (1998) acrescenta que o lúdico é uma forma de expressão cultural que promove interação e significado, fortalecendo os laços sociais e culturais.

Kishimoto (2006) enfatiza que a ludicidade é uma estratégia de mediação no processo educativo, pois favorece a comunicação, a expressão e o resgate da imaginação, aspectos que, na terceira idade, ganham especial relevância para manter vivacidade cognitiva e afetiva. De forma convergente, Vygotsky (1991) argumenta que o aprendizado é construído socialmente, a partir das interações e das experiências compartilhadas – princípio fundamental para o trabalho com idosos.

A famosa frase de Michelangelo, *Ancora Ímparo* (“Ainda estou aprendendo”), simboliza a ideia de que o desejo de aprender pode e deve ser cultivado em qualquer idade. Tal compreensão é essencial para o trabalho pedagógico com idosos, pois reconhece que o tempo de aprendizagem nessa fase é diferenciado e exige sensibilidade, escuta ativa e adaptação das metodologias. Dessa forma, evita-se a visão passiva da velhice e constrói-se um espaço educativo que respeita as histórias, limitações e potencialidades da terceira idade.

Piaget (1978) destaca que a inteligência se manifesta diante de novos desafios, perspectiva que também se aplica ao idoso. Ao propor atividades lúdicas e criativas, estimula-se a curiosidade, o raciocínio lógico e a capacidade adaptativa, o que impacta diretamente a autoestima e a saúde mental. Além disso, segundo Mendonça e Coutinho (2019), a afetividade é elemento essencial para promover qualidade de vida e bem-estar, estando diretamente associada às práticas lúdicas que incentivam conexões sociais e emocionais.

Para Gallahue, Ozmun e Goodway (2013), o convívio social e a prática regular de atividades físicas estão diretamente ligados ao bem-estar e à autoestima na terceira idade. Nesse sentido, a ludicidade assume papel estratégico, pois promove movimento, integração social e senso de pertencimento, além de favorecer a preservação de habilidades cognitivas e motoras. Oliveira (2011) reforça que tais ações intencionais contribuem para que o idoso compreenda seu contexto, exerça sua cidadania e participe ativamente da vida social, cultural e política de sua comunidade.

Assim, a união entre educação e ludicidade favorece a construção de uma terceira idade mais ativa, criativa e humanizada. Compreender o envelhecimento de forma ampla – envolvendo dimensões cognitivas, sociais,

afetivas e culturais – é essencial para romper estereótipos e incentivar a participação efetiva dos idosos. A educação, embasada em práticas lúdicas, não apenas transmite conhecimento, mas também devolve dignidade, resgata memórias e valoriza as histórias de vida, reafirmando que envelhecer é também continuar aprendendo, descobrindo e se reinventando.

4 METODOLOGIA

O presente projeto de extensão adotou uma abordagem qualitativa, de caráter educativo e interventivo, voltada à promoção do envelhecimento ativo por meio de práticas pedagógicas, culturais e lúdicas desenvolvidas com os residentes da Associação Beneficente Dr. Joaquim Peixoto, em Penedo - AL. A metodologia articulou pesquisa bibliográfica e prática extensionista, integrando teoria e ação pedagógica no contexto da terceira idade. Inicialmente, foi realizado um levantamento do perfil, histórias de vida e interesses dos idosos participantes, a fim de planejar atividades condizentes com suas necessidades afetivas, cognitivas e sociais. Paralelamente, os acadêmicos de Pedagogia desenvolveram uma pesquisa bibliográfica em bases científicas e documentos oficiais sobre pedagogia do envelhecimento, ludicidade, memória afetiva, inclusão social e educação não formal, que subsidiaram a construção das ações.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica constitui um estudo sistemático de materiais já publicados, permitindo a construção de um referencial teórico consistente e o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema. Sob essa ótica, os fundamentos teóricos orientaram o planejamento das oficinas e das estratégias educativas, garantindo que as atividades fossem conduzidas de forma criativa, participativa e adequada às particularidades da população idosa. As ações ocorreram semanalmente e incluíram oficinas de pintura, musicalização, contação de histórias com fantoches e a produção colaborativa de um curta-metragem, que favoreceu o resgate de memórias afetivas e o fortalecimento da autoestima.

Por fim, as atividades culminaram em um evento temático inspirado nas décadas de 1950 e 1960, que proporcionou momentos de celebração, convivência e pertencimento entre os participantes. Sendo assim, o processo

avaliativo ocorreu de forma contínua, por meio de observações qualitativas e feedbacks dos idosos e da equipe técnica da instituição, possibilitando identificar os impactos do projeto sobre o bem-estar, a integração social e a valorização das trajetórias pessoais dos residentes.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A ação extensionista foi desenvolvida na Associação Beneficente Dr. Joaquim Peixoto, localizada em Penedo - Al, com o objetivo de promover atividades educativas e de interação social voltadas ao público idoso. A iniciativa contou com a participação de 17 estudantes do curso de Pedagogia e 3 professores orientadores, alcançando diretamente 15 idosos integrantes da Associação.

Tabela 1 – Distribuição da equipe técnica

NOME	VÍNCULO	FUNÇÃO
Woshington Ribeiro Rocha	Docente da FRM	Coordenador do projeto
Angélica Trindade Henrique	Coordenadora de Extensão da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Gislene Muniz dos Santos	Coordenadora do Curso de Pedagogia	Apoiadora-Avaliadora
Carlos Eduardo de Oliveira Silva, Debora Caroline Vieira Cruz, Emmily Adriarly Pinheiro dos Santos, Emylle Vitória de França Cruz, Hiara Borges Honorato, Ingrid Nayara Fonseca dos Santos, Ítala Kananda Andrade Cruz, Jamily Kauane Souza Reis, João Paulo Andrade Santos, Kailany Feitosa Mendes, Kéren Hapuque Ferreira dos	Discentes do Curso de Pedagogia	Extensionistas

Anjos, Manuele Araújo Santos, Maria Helloisa da Silva Santos, Maria Isabella da Silva França, Rafaella Gonçalves França, Roberta Viana Vieira Silva, Valeska Conceição dos Santos		
--	--	--

Fonte: Autores (2025).

A ação extensionista desenvolvida na Associação Beneficente Dr. Joaquim Peixoto demonstrou resultados expressivos na promoção do envelhecimento ativo, na valorização das experiências individuais e na ampliação das interações sociais entre os residentes. Desde o primeiro encontro, foi possível observar o envolvimento dos idosos nas atividades e a criação de um ambiente de afetividade e respeito mútuo. Conforme defende Freire (1996), o processo educativo deve ser dialógico e libertador, construído a partir do reconhecimento do outro como sujeito de saberes. Nesse contexto, cada oficina e dinâmica aplicada se configurou como espaço de escuta, de trocas intergeracionais e de valorização das histórias de vida, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade coletiva entre os participantes.

Figura 1 – oficina de pintura



Fonte: Autores (2025).

No primeiro encontro, realizado em 2 de outubro, desenvolveu-se uma oficina de pintura associada à execução musical. A atividade, pautada na

ludicidade e na liberdade criativa, possibilitou aos idosos expressarem emoções, memórias e afetos por meio da arte. De acordo com Brougère (1998), o lúdico é uma forma de expressão cultural que promove interação e significado. Essa perspectiva se confirmou durante a ação: muitos participantes produziram mais de uma obra e demonstraram entusiasmo ao compartilhar suas criações. A música, presente durante a oficina, contribuiu para a criação de um ambiente acolhedor, estimulando lembranças e interações espontâneas. Assim como apontam Mendonça e Coutinho (2019), a afetividade exerce papel essencial na qualidade de vida na velhice, pois atua diretamente na saúde mental e no bem-estar (dimensões visivelmente fortalecidas ao longo da oficina artística).

O segundo encontro, ocorrido em 9 de outubro, foi marcado pela contação de histórias mediada por fantoches e pela encenação da personagem Emília, de Monteiro Lobato. A atividade teve forte impacto emocional e simbólico, despertando memórias afetivas da infância e reforçando o vínculo entre os idosos e os acadêmicos de Pedagogia. A ludicidade, segundo Kishimoto (2006), constitui-se em importante estratégia de mediação no processo educativo, pois favorece a comunicação, a expressão e o resgate da imaginação. Do mesmo modo, Vygotsky (1991) argumenta que o aprendizado é construído socialmente, a partir das interações e das experiências compartilhadas. Sob essa ótica, a ação educativa desenvolvida mostrou-se coerente com os pressupostos teóricos, uma vez que os idosos não apenas participaram como espectadores, mas também se tornaram agentes ativos das narrativas, reconstruindo lembranças e atribuindo novos significados às suas vivências.

O encerramento do projeto, em 16 de outubro, foi marcado por um evento temático inspirado nas décadas de 1950 e 1960, que incluiu um Show de Talentos, desfile e exibição de um curta-metragem produzido coletivamente. Esse momento simbolizou o ápice da integração social e cultural, representando o protagonismo e a autovalorização dos idosos. A participação espontânea e os depoimentos emocionados evidenciaram a importância do reconhecimento e da visibilidade social dessa população. Conforme Erikson (1998), o idoso alcança a integridade do ego quando consegue olhar para sua trajetória com satisfação e orgulho (sentimento

perceptível nas expressões e falas dos participantes durante o evento). Assim, a experiência reafirmou que a velhice não é um período de declínio, mas de potencialidades e descobertas, conforme reforça Jung (1964), ao compreender essa fase como plenitude da vida.

De modo geral, a observação qualitativa das atividades indicou que os objetivos iniciais do projeto foram plenamente atingidos. Os idosos demonstraram maior engajamento, autoestima elevada e disposição para interagir. As ações contribuíram para o fortalecimento das funções cognitivas, especialmente memória, atenção e criatividade, e possibilitaram a construção de vínculos afetivos significativos. A presença dos acadêmicos de Pedagogia da Faculdade Raimundo Marinho (FRM) foi essencial nesse processo, pois reafirmou o papel da universidade como espaço formador, capaz de articular teoria e prática em benefício da comunidade. Segundo Piaget (1978), a aprendizagem é um processo contínuo de adaptação e reorganização; logo, proporcionar novas experiências cognitivas e sociais ao idoso é uma forma de manter ativa sua capacidade de aprender, criar e se reinventar.

Ainda que os resultados tenham sido amplamente positivos, alguns desafios foram identificados. A limitação temporal (com apenas três encontros) restringiu a consolidação dos vínculos e o aprofundamento das experiências vivenciadas. Além disso, a infraestrutura física do espaço mostrou-se, em alguns momentos, inadequada para atividades de maior movimentação. Tais fatores apontam para a necessidade de planejamento contínuo e de políticas institucionais que assegurem a periodicidade dessas ações. Como defende Oliveira (2011), a educação voltada à terceira idade deve ser intencional, planejada e contínua, para que o aprendizado e a convivência se tornem instrumentos efetivos de emancipação e cidadania.

Por fim, as evidências observadas confirmam o potencial transformador da educação lúdica no contexto da terceira idade. O projeto demonstrou que atividades criativas e humanizadas, quando conduzidas com sensibilidade e respeito, são capazes de promover o desenvolvimento integral, reafirmar a dignidade humana e ressignificar o processo de envelhecimento. Assim, ao unir ludicidade, arte e afeto, a ação extensionista consolidou-se como um espaço de aprendizagem mútua, no qual os idosos foram reconhecidos como sujeitos de saberes e protagonistas de suas próprias

histórias, em consonância com os princípios defendidos por Freire (1987) e pela Organização Mundial da Saúde (2015) sobre o envelhecimento ativo e participativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção do envelhecimento ativo e saudável exige ações educativas contínuas e humanizadas. A experiência realizada na Associação Beneficente Dr. Joaquim Peixoto demonstrou que atividades lúdicas e artísticas fortalecem autoestima, estimulam memória e promovem socialização. Os idosos tiveram oportunidade de expressar emoções, compartilhar histórias e sentir pertencimento. Sendo assim, observou-se também que a interação com acadêmicos contribuiu para dinamizar o aprendizado. Assim, o projeto mostrou impactos positivos no bem-estar e na qualidade de vida dos participantes.

Posto isso, os espaços de convivência se revelaram estratégicos para ações que valorizem protagonismo, criatividade e diálogo. A ludicidade foi eficaz na estimulação cognitiva, na integração social e no desenvolvimento de habilidades emocionais. As atividades incentivaram participação ativa e despertaram interesse contínuo pelo aprendizado. Além disso, reforçaram que a velhice é uma etapa produtiva e significativa da vida, logo, a experiência evidencia a importância de projetos educativos estruturados e humanizados.

A Faculdade Raimundo Marinho (FRM) demonstrou seu papel social ao incentivar projetos de extensão voltados à terceira idade. A ação contribuiu para fortalecer vínculos intergeracionais e promover práticas educativas inclusivas. Os acadêmicos puderam aplicar conhecimentos teóricos em contexto real, favorecendo aprendizado mútuo. Assim, o projeto ressaltou a importância do respeito, cuidado e valorização da experiência de vida dos idosos.

REFERÊNCIAS

BISPO, M. S. G. **Bases da aprendizagem:** a importância da estimulação cognitiva e sua relação com ensino e a aprendizagem no decorrer da vida humana. 2022. Centro Universitário Internacional Uninter. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/1031>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BNCC (2017). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC .Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 26 ago. 2025.

BROUGÈRE, G. (1998). **A criança e a cultura lúdica**. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rfe/a/nprNrVWQ67Cw67MZpNShfVJ/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CACHIONI, M.; NERI, A. L. **Educação e envelhecimento:** possibilidades e desafios. Educação e Pesquisa, 2010. Disponível em:https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Educa%C3%A7%C3%A3o+e+envelhecimento:+possibilidades+e+desafios&author=Cachioni,+Meire&publication+year=2010. Acesso em: 21 ago. 2025.

ERIKSON, E. H. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/745859545/o-ciclo-de-vida-completo-e-erikson>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ERIKSON, E. H. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artmed, 1998. Acesso em 21 de agosto de 2025. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/778156412/Erikson-O-ciclo-e-vidacompleto>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ERIKSON, E.H. **Infância e sociedade:** o desenvolvimento psicossocial ao longo da vida. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/infancia-esociedade/83067926>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FERRACIOLLI, L. (1999). **Aprendizagem, Desenvolvimento e Conhecimento na obra de Jean Piaget: uma Análise do Processo de Ensino-Aprendizagem em Ciências.** Ver. Bras. Est. Pedagógicos, 80 (194), 5-18. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi16106>. Acesso em: 19 ago. 2025.

FERREIRA, O. G.; TAVARES, D. M. S. **Envelhecimento ativo e sua relação com a Independência funcional.** Texto & Contexto Enfermagem, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010407072012000300004>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FERREIRA, S. P. A.; LAUTERT, S. L. **A Tomada de Consciência Analisada a partir do Conceito de Divisão: Um Estudo de Caso.** Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/YCNqyHCvVT4QhhQ9GgfGhsm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52340/2/freirepedagogia-autonomia.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. Disponível em: https://fliphtml5.com/lgxqk/bsaz/Compreendendo_o_Desenvolvimento_Motor_-_gallahue/4. Acesso em: 18 ago. 2025.

GIL, A. C. . **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNG, C. G. **O desenvolvimento da personalidade.** Petrópolis: Vozes, 1964.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação** - Volume:0001 - 9 São Paulo: Cortez, 2006. 183p.

LUCKESI, C. C. **Ludicidade e atividades lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. In: Educação, ludicidade e prevenção de neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da biossíntese, 2005. Disponível em: <https://luckesi002.blogspot.com> Acesso em: 18 ago.2025.

LUCKESI, C. C. **Ludicidade e atividades lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. Salvador: GEPEL; Programa de Pós-Graduação em FAGED/UFBA, 2002. (Coletânea Educação e Ludicidade - Ensaio 02). Disponível em: <https://portal.unemat.br> Acesso em: 18 ago. 2025.

MENDONÇA, B. I. de O.; COUTINHO, D. M. B. (2019). **Processo criativo e envelhecimento em uma pesquisa-ação**. Revista De Psicologia, 28(1). Disponível em:<https://doi.org/10.5354/0719-0581.2019.53955>. Acesso em: 30 out. 2025.

OLIVEIRA, M.; MENDONÇA, L. **Envelhecimento ativo: aspectos afetivos e sociais**. São Paulo: 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075_MD2_S_A8_ID133_11092017142504.pdf Acesso em: 17 ago. 2025.

OLIVEIRA, R. de C. da S. **Educação e cidadania na terceira idade**. Curitiba: CRV, 2011. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo13_RITA-DE-C%C3%81SSIA-DA-SILVA-OLIVEIRA-PAOLA-ANDRESSA-SCORTEGAGNA.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Aspectos Psicossociais e Afetivos do Envelhecimento Ativo**. 2015. Disponível em

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes /envelhecimento_ativo.pdf.
Acesso em: 18 ago. 2025.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTOS, J. D. S; BASTOS, A. C. S. **O envelhecer para educadoras idosas (aposentadas):** trajetórias e sentido da vida. In: RABINOVICH, E. P. et al. (orgs.). *Envelhecimento e intergeracionalidade: olhares interdisciplinares*. Curitiba: CRV, v. 2, p. 235-250, 2019. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/handle/123456730/158>. Acesso em: 18 ago. 2025.

VYGOTSKY, L. S. (1991). **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: LEONTIEV, A.; L. S. VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. (orgs.), *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 1-17). São Paulo: Moraes.

CAPÍTULO 8

DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: um olhar jurídico sobre a dignidade da mulher

Jamyle Vitoria Isidorio do Nascimento¹

Natalia Aparecida Brasil Ferro¹

Kauana Braga Batista Oliveira ¹

Adrielle Luiza da Silva Ferreira¹

Angela Maria de Oliveira Santos²

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Da Violência Estrutural à Violência Obstétrica: Um Olhar Jurídico sobre a Dignidade da Mulher” tem como propósito promover a conscientização e o debate crítico sobre as múltiplas formas de violência que atingem as mulheres, especialmente durante a gestação, o parto e o pós-parto. A iniciativa propõe refletir sobre a violência estrutural e obstétrica como manifestações da desigualdade de gênero presentes nas práticas sociais, médicas e institucionais, que comprometem a autonomia e a dignidade feminina. A relevância do projeto está em reconhecer a violência obstétrica como expressão da violência estrutural, que, muitas vezes, é naturalizada no cotidiano hospitalar e jurídico. Desse modo, a iniciativa busca aprofundar a compreensão social e jurídica do problema, aproximando o saber acadêmico da realidade vivenciada por mulheres em situação de vulnerabilidade.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre as diferentes formas de violência que afetam as mulheres, especialmente aquelas que ocorrem em espaços considerados de cuidado, como os serviços de saúde.

¹Graduandos em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

²Professora: Esp. Angela Maria de Oliveira Santos da Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: angelatrab27@gmail.com

A violência obstétrica ainda é um tema pouco abordado nas formações acadêmicas e, muitas vezes, invisibilizadas nas práticas profissionais, o que reforça a importância de tratá-lo como um problema público, jurídico e ético. O estudo também se torna relevante por possibilitar o diálogo entre o Direito, a Enfermagem e os Direitos Humanos, promovendo a construção de um conhecimento interdisciplinar comprometido com a dignidade da mulher.

Além disso, observa-se que, apesar dos avanços legislativos e das políticas de proteção à mulher, a realidade social ainda revela situações de descaso, humilhação e violação de direitos durante o parto. Nesse sentido, compreender as origens estruturais dessas práticas é fundamental para repensar o papel das instituições e fortalecer o compromisso com um atendimento humanizado. Assim, o projeto de extensão busca não apenas discutir teoricamente a questão, mas também desenvolver ações concretas de sensibilização e orientação junto à comunidade.

Diante desse cenário, formula-se o questionamento de pesquisa: “De que modo a violência estrutural se manifesta no contexto obstétrico e como o ordenamento jurídico brasileiro responde a essa violação da dignidade feminina?” O objetivo geral do projeto é promover a conscientização e o debate interdisciplinar sobre a violência e suas raízes, analisando a forma como esse fenômeno impacta os âmbitos social, jurídico e da saúde pública, além de evidenciar as implicações éticas na proteção à dignidade da mulher.

De maneira específica, pretende-se: analisar a violência obstétrica como expressão da violência estrutural; investigar se há amparo normativo oferecido pelo ordenamento jurídico brasileiro; sensibilizar profissionais da saúde e do direito sobre a importância do atendimento humanizado e do protagonismo feminino por meio de ações educativas e formativas; contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres.

2. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO FENÔMENO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL

Guimarães e Pedroza definem a violência como um fenômeno múltiplo e complexo que trata os seres humanos como coisas, ao invés de cidadãos (Guimarães; Pedroza, 2015). Essa atitude não somente se opõe à ética, como também nega a humanidade, a liberdade e a dignidade do indivíduo.

As mulheres, durante séculos, foram reprimidas e violentadas diante da visão retrógrada de “sexo frágil e submisso”. É diante desse comportamento social abusivo que era justificável ao marido “proteger sua honra” (Alves, 2022). Após décadas de luta, tornou-se possível retratar a violência contra a mulher como algo que ultrapassa as marcas físicas, alcançando dimensões psicológicas, morais e estruturais.

Tendo por base a Lei Maria da Penha, a violência pode ser classificada como física, psicológica, moral, sexual, patrimonial, feminicídio e institucional, podendo ocorrer isoladamente ou em conjunto (Pereira; Furlan, 2024).

2.1 A Invisibilidade da Violência Obstétrica na Produção Jurídica e Científica Brasileira

A violência obstétrica compreende um conjunto de práticas abusivas, desrespeitosas ou negligentes perpetradas por profissionais de saúde durante o atendimento à gestante, no parto e no pós-parto, violando direitos e ocasionando sofrimento físico e psicológico. Trata-se de um tema recente e ainda pouco explorado no âmbito acadêmico (Lopes; Salvático, 2024).

A Venezuela foi o primeiro país da América Latina a incorporar o termo “violência obstétrica” em sua legislação, em 2007. No contexto brasileiro, todavia, a abordagem jurídica sobre o tema ainda é incipiente, refletindo baixo nível de conhecimento tanto entre a população em geral quanto entre os profissionais da área da saúde. Essa carência de estudos e debates é evidenciada pela escassez de dados quantitativos e qualitativos

sobre a ocorrência da violência obstétrica. Tal lacuna se agrava diante da ausência de levantamentos específicos por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ainda não realiza coletas de dados voltadas exclusivamente para esse tipo de violência (Lopes; Salvático, 2024).

Desde o período colonial, as Ordenações Filipinas, o Código Criminal de 1830 e o Código Penal de 1890 consolidaram a supremacia masculina, permitindo ao homem castigar ou até matar a esposa adúltera e diferenciando “moças de família” de “mulheres públicas”, o que evidenciava o caráter discriminatório da legislação.

O Código Civil de 1916 manteve a visão patriarcal, tornando a mulher casada relativamente incapaz. Já o Código Penal de 1940 reforçou estereótipos ao proteger apenas a “mulher honesta” e excluir o estupro conjugal. Mesmo após a extinção formal da “legítima defesa da honra”, essa tese continuou sendo usada para absolver feminicídios, evidenciando a permanência do machismo no direito brasileiro (Amaral; Pereira, 2018; Alves, 2022).

Historicamente, o direito brasileiro refletiu o machismo estrutural, marginalizando as mulheres e condicionando sua dignidade à “honestidade” atribuída por terceiros. Movimentos feministas, como o Lobby do Batom, impulsionaram transformações legislativas e questionaram a desigualdade de gênero. Como afirmam Amaral e Pereira (2018, p. 7), “o Direito por muito tempo foi uma instância criada de discriminação entre homens e mulheres”.

Atualmente, a visão distorcida sobre as mulheres vem sendo gradualmente transformada. A Resolução nº 492/2023 do CNJ, que criou um protocolo para orientar magistrados a julgarem sob a perspectiva de gênero, representa um avanço importante, promovendo o combate à violência contra a mulher e a reflexão sobre estereótipos nas decisões judiciais.

A Justiça Estadual tem sido a que mais aplica essas diretrizes, sobretudo em casos de lesão corporal, ameaça e medidas protetivas (Batista; Thibau, 2025). Em paralelo a isso, a pesquisa do projeto também inclui uma coleta de dados com o público-alvo, abordando diretamente a temática trabalhada.

2.2 Dimensões Sociais da Violência Estrutural

A análise da violência estrutural sob a perspectiva jurídica se dá a partir de uma abordagem interdisciplinar, que permite compreender como o ordenamento jurídico brasileiro reconhece e enfrenta essas violências, destacando os limites da atuação estatal frente à persistência de desigualdades históricas e institucionais.

A violência, em suas múltiplas manifestações, constitui um fenômeno complexo que desafia não apenas os mecanismos de segurança pública, mas também os fundamentos do Estado Democrático de Direito. No Brasil, a violência estrutural é uma das formas mais persistentes e invisíveis de opressão, afetando, sobretudo, populações vulnerabilizadas e comprometendo a efetivação dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Johan Galtung, define a violência estrutural como a forma de violência exercida pelas estruturas sociais e institucionais que impedem indivíduos ou grupos de realizarem seu pleno potencial. No Brasil, manifesta-se na desigualdade de acesso à saúde, educação, segurança, moradia e justiça. Apesar da igualdade formal prevista na Constituição, a realidade evidencia a persistência de barreiras que configuram uma omissão estrutural por parte do Estado.

As formas mais visíveis de violência — física, sexual e psicológica — estejam tipificadas em leis como Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), sua efetividade depende da atuação da justiça. A ausência de políticas públicas integradas em contexto de vulnerabilidade social compromete o enfrentamento da violência e evidencia a interdependência entre as diversas formas de opressão.

O Direito, enquanto instrumento de transformação social, deve ir além da mera punição e buscar a promoção da justiça social. A articulação entre Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos de assistência social é fundamental para garantir o acesso à justiça e a proteção integral dos direitos humanos. Políticas de ação afirmativa e investimento em educação jurídica popular são estratégias necessárias para combater a naturalização da violência estrutural.

Logo, a violência estrutural representa um desafio ao projeto constitucional de uma sociedade justa e igualitária. Sua superação exige um compromisso efetivo das instituições jurídicas com os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade material, por meio de políticas públicas intersetoriais e de uma análise crítica contínua do sistema de justiça.

3 METODOLOGIA

O projeto adotou uma abordagem qualitativa com caráter exploratório e explicativo. O público-alvo foi composto por alunos do Curso Técnico de Enfermagem do Centro de Educação Profissional Dom Jonas Batinga e por mulheres atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Penedo-AL. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários objetivos, contendo perguntas do tipo “sim”, “não” e alternativas variáveis. As atividades tiveram início no mês de agosto de 2025 e se estenderam até o mês de novembro do mesmo ano, período que compreendeu o planejamento, a execução das ações extensionistas, a coleta e o tratamento dos dados.

Antes da realização das atividades práticas, foram promovidas reuniões de planejamento entre a orientadora e os discentes envolvidos, com o intuito de definir os objetivos de cada ação, o cronograma de execução e a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Os questionários foram elaborados coletivamente pelos alunos do 4º período do curso de Direito, com base em referenciais teóricos e documentos legais relacionados à temática da violência obstétrica.

As instituições participantes autorizaram a execução das atividades e a aplicação dos questionários, garantindo o respeito à ética e ao anonimato das participantes. A análise dos resultados foi desenvolvida de forma quantitativa e qualitativa, com base nas respostas obtidas e em pesquisa bibliográfica e documental de apoio.

Durante os meses de setembro e outubro, os alunos realizaram ações preparatórias, como estudos dirigidos sobre os direitos das mulheres, revisões de marcos legais e oficinas de sensibilização sobre atendimento humanizado.

Em seguida, ocorreram as atividades de campo, realizadas em dois locais distintos — a Faculdade Raimundo Marinho (FRM) e a Casa da Aposentadoria —, nas quais se concretizaram as palestras, os debates e a aplicação dos questionários. O encerramento do ciclo extensionista deu-se no mês de novembro, com a devolutiva dos resultados e reflexões junto às participantes.

3.1 Atividades de Extensão

3.1.1 Evento na FRM

A ação foi realizada na Faculdade Raimundo Marinho (FRM), no dia 31 de outubro, tendo como público-alvo os estudantes do curso técnico em Enfermagem da instituição. Compareceram, em média, 20 alunos, que durante três horas participaram de palestras e debates sobre a violência obstétrica, buscando compreender como lidar com essa forma de violação no exercício profissional da área da saúde.

As palestras foram conduzidas pela enfermeira obstétrica Débora Lima, conforme ilustrado na Imagem 1, e pelo advogado criminalista Ulysses Xavier. A atividade teve como objetivo aprofundar o entendimento sobre a temática, apresentando as vivências práticas da enfermagem e a perspectiva jurídica quanto ao enfrentamento da violência obstétrica, tanto sob o ponto de vista das gestantes, quanto dos profissionais de saúde.

Imagem 1 - Palestra da Enfermeira Obstétrica



Fonte: Íngred Almeida (2025).

3.1.2 Evento na Casa da Aposentadoria

O evento ocorreu no dia 7 de novembro, na Casa da Aposentadoria, com a participação de 22 gestantes atendidas pelo CRAS de Penedo-AL. Durante três horas, foram realizadas palestras e debates sobre a violência contra a mulher, com foco na violência obstétrica.

As exposições foram conduzidas pela advogada Karol Toledo, pela enfermeira obstétrica Priscila Vieira, pela equipe da Patrulha Maria da Penha, conforme ilustrado na Imagem 2, e pela secretária da Mulher, Mariana Barbosa.

A ação teve como objetivo orientar e conscientizar as participantes sobre as formas de violência contra a mulher e os mecanismos de proteção disponíveis.

Imagem 2 - Palestra Patrulha Maria da Penha



Fonte: Jaklecia Barros (2025).

4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

4.1. Coleta de dados com mulheres do CRAS

A atividade foi desenvolvida pelos alunos do 4º período do curso de Direito, com o propósito de analisar, na localidade de Penedo-AL, a

percepção das mulheres acerca da violência contra a mulher, com ênfase na violência obstétrica. Foram aplicadas sete perguntas objetivas, com respostas do tipo “sim”, “não” ou uma alternativa variável, a mulheres maiores de 18 anos. Não foram coletados dados referentes à raça, escolaridade ou estado civil das participantes. As entrevistas foram conduzidas por alunas do 4º período de Direito, visando estabelecer uma comunicação mais leve e acolhedora.

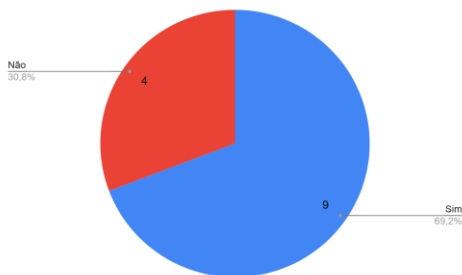
Durante a aplicação dos questionários, constatou-se que todas as entrevistadas já haviam ouvido falar sobre a violência contra a mulher, o que evidencia que, apesar das particularidades individuais, há entre elas um conhecimento mínimo e consciente sobre o tema. No decorrer da atividade, questionou-se se as entrevistadas possuíam conhecimento sobre os tipos de violência contra a mulher, em especial a violência obstétrica. Diferentemente da questão anterior, apenas sete mulheres afirmaram saber do que se trata, quatro declararam desconhecer o termo e duas demonstraram certa familiaridade, porém sem saber explicá-lo.

Posteriormente, indagou-se se as entrevistadas conheciam alguém que tivesse sofrido algum tipo de violência durante o parto ou no atendimento médico, seja durante ou após a gestação.

Constatou-se que nove mulheres afirmaram conhecer alguém que vivenciou esse tipo de situação, enquanto quatro disseram desconhecer casos semelhantes, como visto no gráfico 1. Cabe ressaltar que a pergunta não se destinava a identificar experiências pessoais, embora não se possa afirmar que algumas respostas não se referissem à própria entrevistada.

Outro ponto relevante é que, embora apenas sete participantes afirmem saber o que é violência obstétrica, nove relataram conhecer alguém que já passou por esse tipo de violação, o que demonstra a vivência, porém não o conhecimento sobre o tema.

Gráfico 1 - Conhece alguém que já sofreu algum tipo de violência durante o parto ou durante o atendimento médico relacionado à gravidez?

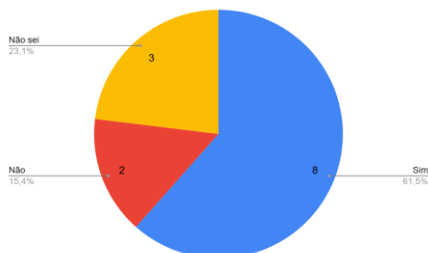


Fonte: Elaboração própria (2025).

Questionou-se às entrevistadas se acreditavam que o sistema de saúde respeita os direitos das mulheres durante o parto. Duas responderam que sim, cinco que não e seis afirmaram que a resposta depende do hospital e do profissional de saúde. Observa-se uma estreita relação entre essas respostas e a questão anterior, uma vez que nove participantes relataram conhecer vítimas de violência ocorrida durante o parto ou a gestação.

Indagou-se às entrevistadas se acreditavam que a violência contra a mulher está relacionada a fatores culturais e sociais. Oito responderam que sim, duas que não e três afirmaram não saber estabelecer essa relação, como visível no gráfico 2. Observa-se, a partir dessas respostas, que, embora todas já tenham ouvido falar sobre a violência contra a mulher, nem todas compreendem suas raízes sociais, culturais e políticas, que contribuem para a perpetuação das violências de gênero.

Gráfico 2 - A violência contra a mulher está relacionada a questões culturais e sociais?



Fonte: Elaboração própria (2025).

Logo após, perguntou-se às participantes se conheciam alguma lei que protegesse as mulheres contra a violência. Oito responderam que conheciam, três afirmaram desconhecer e duas relataram ter familiaridade, mas sem recordação específica. As respostas revelam que, embora todas possuam uma base sobre violência contra a mulher, algumas desconhecem ou não têm familiaridade com as leis de proteção ao gênero feminino.

Por fim, solicitou-se às participantes que opinassem sobre a atuação da justiça do país na proteção das mulheres vítimas de violência. Duas responderam que a atuação é eficaz, três que não é eficaz e oito afirmaram que a eficácia ocorre apenas em parte. Essas respostas são proporcionais às anteriores, considerando que a maioria relatou conhecer alguém que já sofreu algum tipo de violência e que, segundo elas, a ocorrência de violações durante o parto ou atendimento médico depende do hospital ou do profissional de saúde.

4.2 Coleta de dados com os estudantes do curso Técnico de Enfermagem

A ação foi desenvolvida pelos alunos do 4º período do curso de Direito da FRM (Faculdade Raimundo Marinho), em conjunto com todas as turmas do curso Técnico em Enfermagem Centro de Educação Profissional Dom Jonas Batinga.

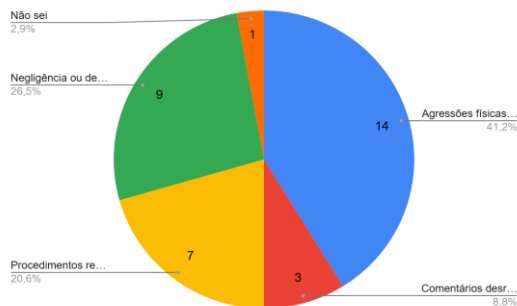
A coleta foi realizada com trinta e quatro alunos, por meio de um questionário composto por dez questões objetivas. É importante destacar que as únicas características uniformes entre os participantes foram a maioridade e a área de estudo, havendo variação de gênero, raça, estado civil e demais aspectos individuais.

Foi questionado aos alunos o que eles associavam à violência estrutural. Diante disso, dezesseis relacionaram o conceito à desigualdade social, dez ao acesso precário aos serviços de saúde, cinco à discriminação de grupos vulneráveis e três não souberam associar esse tipo de violência a nenhum fator específico.

Em seguida, perguntou-se o que os entrevistados associavam à violência obstétrica. Catorze relacionaram o tema a agressões físicas no parto,

três a comentários desrespeitosos ou humilhantes, sete a procedimentos realizados sem consentimento, nove à negligência no atendimento e um não soube responder, como é perceptível no gráfico 3. Observa-se que as respostas apresentaram divergências, mas convergiram em um ponto comum: a violação dos direitos da mulher durante ou após o período gestacional.

Gráfico 3 - Quando você ouve a expressão “violência obstétrica”, o que associa de imediato?

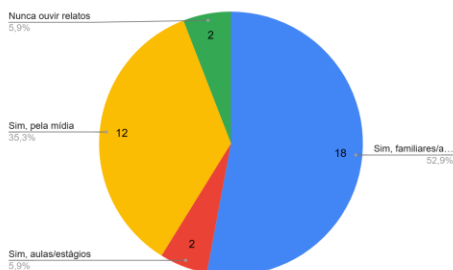


Fonte: Elaboração própria (2025).

Posteriormente, foi indagado se os alunos consideravam a violência obstétrica uma problemática relevante no país. Trinta e dois afirmaram que sim, um respondeu que não e outro declarou não ter opinião formada. Nota-se que, embora apenas um aluno não tenha sabido associar o conceito de violência obstétrica anteriormente, dois demonstraram uma visão de não preocupação com o tema.

Em outro momento, questionou-se se os alunos já haviam ouvido relatos de mulheres que sofreram violência obstétrica. Dezoito afirmaram que sim, a partir de amigas ou familiares; duas relataram ter ouvido sobre o assunto em aulas ou estágios; doze por meio da mídia; e duas nunca ouviram relatos, como é visível no gráfico 4 abaixo. É interessante observar que esses dois alunos correspondem aos mesmos que não souberam afirmar que a violência obstétrica é um problema relevante no país.

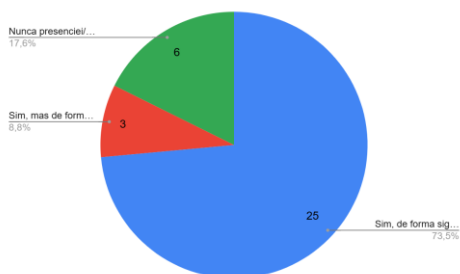
Gráfico 4 - Você já ouviu relatos de mulheres que sofreram violência obstétrica?



Fonte: Elaboração própria (2025).

Quando questionados se os relatos e experiências sobre violência obstétrica impactaram sua visão profissional, vinte e cinco alunos afirmaram que sim, de forma profunda; três declararam que o impacto foi superficial; e seis disseram nunca ter presenciado ou ouvido falar sobre o tema, como notável no gráfico 5. Nota-se que, à medida que as perguntas se tornavam mais específicas, aumentava o número de alunos que demonstravam desconhecimento ou pouca vivência com a problemática.

Gráfico 5 - Essas experiências/relatos impactaram sua visão profissional?



Fonte: Elaboração própria (2025).

O questionário também indagou se os participantes se sentiam capazes de identificar, com segurança, quando um procedimento obstétrico pode ser considerado abusivo. Dezesesseis alunos responderam que sim, dez disseram que parcialmente, três que não e cinco que talvez. Esses dados evidenciam a

ausência de um estudo aprofundado sobre o tema, já que não há consenso ou maioria significativa que demonstre domínio do assunto.

Em seguida, foi questionado se os estudantes saberiam delimitar até onde vai a autonomia da gestante nas decisões pré, durante e pós-parto. Dezenove alunos afirmaram que sim, sete responderam que não e oito declararam nunca ter refletido sobre o tema. É relevante destacar que o número de alunos que nunca haviam pensado sobre o assunto corresponde ao mesmo número daqueles que não souberam identificar quando um procedimento obstétrico pode ser considerado abusivo.

Ademais, questionou-se se, na perspectiva dos alunos, a equipe de enfermagem pode atuar na prevenção de situações de violência obstétrica. Trinta e um afirmaram que sim e três responderam que parcialmente, dependendo da equipe e do ambiente hospitalar. Esses resultados indicam que a maioria reconhece o papel essencial dos profissionais de enfermagem na proteção e na garantia dos direitos das mulheres.

Por fim, perguntou-se se, na visão dos entrevistados, a assistência obstétrica está diretamente relacionada à dignidade da mulher. Vinte e nove responderam que sim e cinco que parcialmente. Dessa forma, é possível constatar que, de modo geral, as turmas do curso técnico em Enfermagem da FRM reconhecem a importância dos profissionais da saúde, especialmente os técnicos e enfermeiros, na prevenção e no enfrentamento da violência obstétrica, relacionando a qualidade da assistência prestada à preservação da dignidade feminina.

Dessa forma, evidencia-se a relevância desta coleta para a compreensão da temática, uma vez que conhecer as diferentes manifestações da violência contra a mulher sob a ótica jurídica é fundamental. Conforme mencionado, há escassez de estudos aprofundados sobre o assunto, e, mesmo com uma coleta mais generalizada, observa-se um baixo nível de entendimento acerca da temática, tanto entre o público feminino quanto entre os acadêmicos do curso técnico de Enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentando o exposto, com o objetivo principal de lançar luz sobre a forma como a legislação e a jurisprudência brasileira tratam a violência contra a mulher em suas diversas manifestações, com um olhar aprofundado na violência obstétrica, além de incentivar ao público e profissionais a entender e combater a temática, entende-se a necessidade do respeito à mulher e de suas particularidades, bem como a ligação do mesmo com o princípio da Dignidade da Pessoa Humana — direito assegurado pela Constituição Federal — que serviu de base para a criação de outros instrumentos legais, tais como o Estatuto da Mulher (Lei nº 13.104/2015) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Esta que, vale ressaltar, surgiu como uma resposta do Brasil a uma recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA) para combater a violência, reconhecendo que o acesso à justiça para mulheres é deficitário no país.

Essa dificuldade, é um reflexo da violência estrutural de gênero, que se manifesta nas desigualdades de poder mencionadas ao decorrer desse texto. Nesse contexto, o projeto amplia o debate interdisciplinar entre o Direito, à saúde e os Direitos Humanos, estimulando novas reflexões sobre gênero e autonomia feminina.

Promover a conscientização sobre a necessidade de uma assistência humanizada ao parto e o fortalecimento do protagonismo da mulher, além de oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas e para a efetiva aplicação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade e não discriminação, reafirmando a importância da tutela jurídica da mulher diante de práticas que atentam contra seus direitos fundamentais.

Ademais, foi possível observar a urgência de transmissão de conhecimento para o público geral, em especial os profissionais da saúde, que atendem as vítimas de agressão, tendo em vista que, apesar de ser uma temática que já possui alguma repercussão — como demonstrado pelos gráficos apresentados — ainda não foi possível abordar e destrinchar as minúcias necessárias para que haja uma conscientização das vítimas e possíveis causadores do fenômeno estudado.

Portanto, os objetivos deste estudo foram plenamente alcançados, de forma que o grupo alvo foi atingido e as discussões apresentadas puderam servir como base para futuras pesquisas, além de propiciar um ambiente de maior percepção da problemática, ampliando o conhecimento e fortalecendo a compreensão crítica sobre o tema, de modo que ações futuras possam ser impulsionadas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Fabíola Scheffel Do; PEREIRA, Jhonatan. *A violência contra as mulheres e seus reflexos na legislação brasileira*. In: COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA: Epistemologias, Interdições e Justiça Social, 2018. Marechal Cândido Rondon.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 out.2025.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 18 de dezembro de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Portal da Legislação, Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 01 nov. 2025. ([Planalto](#))

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei

de Execução Penal; e dá outras providências. *Portal da Legislação*, Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Portal da Legislação*, Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.737, de 27 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para instituir o direito da mulher de ter acompanhante em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas. *Portal da Legislação*, Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114737.htm. Acesso em: 01 nov. 2025.

BATISTA, Camila de Cássia; THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. *O machismo estrutural no Poder Judiciário e o direito ao reconhecimento intersubjetivo: análise do protocolo do CNJ sobre julgamento com perspectiva de gênero*. Revista ARACÊ, v. 7, n. 5, p. 1-13, mai. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-039> Acesso em: 04 set. 2025.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, “Convenção de Belém do Pará”, adotada em Belém do Pará, Brasil, 9 de junho de 1994. Disponível em: <https://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 01 nov. 2025. ([cidh.org](http://www.cidh.org))

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. *Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas*. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 256-265, 2015

LOPES, Débora de Melo; SALVÁTICO, Roberta. *Violência obstétrica: um olhar sobre o direito brasileiro*. *Libertas Revista de Direito*, v. 1, p. 1-18, dez. 2024.

PEREIRA, Andressa Rodrigues; FURLAN, Fernando Palma Pimenta. *A necessidade de proteção integral das mulheres perante a violência estrutural, naturalizada e inviabilizada: adoção de medidas de proteção de urgência sumariamente*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE*, v. 10, n. 5, p. 1165-1184, 2024

PRATEANO, Vanessa Fogaça. *O papel da Defensoria Pública na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar*. In: TOMAZONI, Larissa R.; PRATA, Marcela; ABIKO, Paula Y. (orgs.). *Mulheres e o Direito: um chamado à real visibilidade*. v. 2. Curitiba: Editora Sala de Aula Criminal, 2021. p. 611-634.

CAPÍTULO 9

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÉLVICA: a atuação da Fisioterapia nas disfunções Uroginecológicas de mulheres atendidas nas Unidades Básicas de Saúde de Penedo - AL

Ana Luiza Marinho de Souza¹

Claudia dos Santos Souza¹

Woshington Ribeiro Rocha²

1 INTRODUÇÃO

A saúde pélvica feminina constitui um importante componente do bem-estar físico, emocional e social das mulheres, por estar diretamente relacionada a funções fisiológicas básicas, como o controle urinário e fecal, o suporte dos órgãos pélvicos e a função sexual. Entretanto, as disfunções do assoalho pélvico, que englobam condições como a incontinência urinária, os prolapso genitais e as disfunções sexuais, permanecem como temas cercados por tabus e desinformação, o que contribui para o silêncio e o sofrimento de muitas mulheres. Frequentemente, essas alterações são interpretadas como consequências naturais do envelhecimento, da gestação ou do parto, retardando a busca por tratamento e impactando negativamente a qualidade de vida.

A fisioterapia pélvica, por sua vez, é uma especialidade que atua na avaliação, tratamento e prevenção das disfunções relacionadas aos músculos, ligamentos e órgãos da pelve, região que abrange a bexiga, o útero e o reto. Essa área tem papel essencial na promoção da saúde e na reabilitação funcional das mulheres, favorecendo o autocuidado e o fortalecimento da autonomia sobre o próprio corpo.

¹ Acadêmicos em Fisioterapia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Prof. Esp. Woshington Ribeiro Rocha da Faculdade Raimundo Marinho –FRM / E-mail: prof.woshington.rocha@frm.edu.br

No entanto, apesar de sua relevância clínica e social, a fisioterapia ainda é pouco difundida, tanto entre profissionais quanto na população em geral. Conforme destacam Lima *et al.* (2025), a escassez de conhecimento sobre o tema e suas abordagens terapêuticas faz com que muitas mulheres convivam com essas disfunções e as naturalizem, sem buscar auxílio especializado.

No município de Penedo (AL), essa realidade também é observada em comunidades como Oiteiro e Mata Atlântica, atendidas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) Jairo Leite e José Edileno. Nessas localidades, identifica-se a necessidade de ampliar o acesso à informação e promover ações educativas voltadas à saúde pélvica feminina, a fim de prevenir disfunções, estimular hábitos saudáveis e valorizar a atuação fisioterapêutica na atenção básica. Diante desse contexto, surge a seguinte indagação: de que forma as estratégias de educação em saúde promovidas pela Fisioterapia podem favorecer a provocação da saúde pélvica e a prevenção das disfunções uroginecológicas entre mulheres acompanhadas pelas Unidades Básicas de Saúde do município?

Em razão disso, surgiu o projeto “Educação em saúde pélvica: a atuação da fisioterapia nas disfunções uroginecológicas de mulheres atendidas nas Unidades Básicas de Saúde de Penedo Alagoas”, cuja proposta articula educação em saúde, prevenção e provocação da qualidade de vida. A justificativa para realização da iniciativa fundamenta-se na importância de desenvolver práticas educativas que reduzam a desinformação sobre a saúde pélvica e incentivem o autocuidado, além de consolidar o papel da fisioterapia na atenção integral à mulher.

Assim, o projeto foi estruturado com base em levantamento bibliográfico sobre as principais disfunções do assoalho pélvico e nas estratégias fisioterapêuticas de prevenção e tratamento, seguido de ações educativas em campo, realizadas junto às mulheres atendidas nas UBS participantes. As atividades contemplaram palestras expositivas, rodas de conversa, retirada de dúvidas e distribuição de materiais informativos elaborados pelos acadêmicos, visando ampliar o conhecimento e estimular práticas de cuidado contínuo.

Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar a ação educativa desenvolvida por acadêmicos de Fisioterapia nas Unidades Básicas de Penedo (AL), voltada à promoção da saúde pélvica feminina e a prevenção das disfunções uroginecológicas, com vistas a fortalecer o papel da fisioterapia na atenção básica e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

2 FISIOTERAPIA UROGINECOLÓGICA E QUALIDADE DE VIDA DA MULHER: EVIDÊNCIAS E PRÁTICAS CLÍNICAS

A fisioterapia uroginecológica ainda é uma área pouco difundida entre a população em geral, o que pode comprometer o acesso aos seus benefícios e à adequada prevenção e tratamento das disfunções do assoalho pélvico. Nesse sentido, nota-se que muitas mulheres deixam de procurar atendimento devido à vergonha, ao estigma social ou à percepção de que tais alterações são naturais, e, portanto, não demandam intervenção. Nesse contexto, torna-se essencial que o fisioterapeuta desenvolva habilidades de abordagem sensível, esclarecendo sobre a eficácia do tratamento conservador e, principalmente, sobre os benefícios na melhoria da qualidade de vida (Menezes *et al.*, 2021).

Entre as principais condições tratadas pela fisioterapia uroginecológica, destaca-se a incontinência urinária (IU), caracterizada pela perda involuntária de urina é considerada um problema de saúde pública de alta prevalência. Esta disfunção impacta diretamente aspectos físicos, sociais e psicológicos, sendo associada a restrições nas atividades cotidianas e à redução da qualidade de vida. A prevalência tende a aumentar com o envelhecimento, o que reforça a relevância do acompanhamento fisioterapêutico. Diante disso, por meio do fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico, com exercícios específicos e recursos como a eletroestimulação, a fisioterapia contribui para a redução dos episódios de perda urinária (Malinauskas; Torelli, 2022).

O período gestacional constitui uma fase de maior suscetibilidade ao surgimento de disfunções do assoalho pélvico, em decorrência das intensas alterações fisiológicas e hormonais que sobrecarregam a musculatura,

responsável pela sustentação de órgãos como bexiga, útero e reto. Esse processo pode levar ao enfraquecimento muscular e favorecer o desenvolvimento de diferentes disfunções, como a incontinência urinária, o prolapso de órgãos pélvicos, as disfunções sexuais (dispareunia e vaginismo) e até mesmo a incontinência fecal. A atuação fisioterapêutica nesse contexto é fundamental, tanto para o tratamento e recuperação funcional quanto para a prevenção de complicações a longo prazo (Oliveira; Cardoso, 2024).

A área da fisioterapia voltada à saúde da mulher deve contemplar gestantes e mulheres em diferentes fases da vida, visando garantir a prevenção de disfunções e a promoção de um puerpério funcional, seguro e humanizado. Entretanto, observa-se que essa área ainda é pouco valorizada socialmente, e a desinformação por parte da população limita o acesso das mulheres a cuidados eficazes. Tal cenário reforça a necessidade de maior divulgação científica e institucional sobre a relevância da fisioterapia na saúde feminina (Lima *et al.*, 2025).

Nesse contexto, de acordo com Malinauskas e Torelli (2022), a atenção integral à saúde da mulher, preconizada pelo Ministério da Saúde, deve abranger não apenas ações de promoção e prevenção, mas também contemplar intervenções específicas para patologias prevalentes, assegurando o direito à saúde como princípio fundamental. Nesse sentido, a fisioterapia uroginecológica insere-se como estratégia indispensável de cuidado, integrando abordagens conservadoras efetivas no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar das limitações impostas pela UI, muitas mulheres deixam de buscar acompanhamento profissional. Entre as principais razões estão a falta de informação sobre as possibilidades terapêuticas, à percepção equivocada de que a condição é algo natural da maternidade ou do envelhecimento, bem como ao receio de expor uma situação constrangedora. Dessa forma, muitas acabam enfrentando os sintomas sozinhas acreditando em sua remissão espontânea, o que favorece a cronicidade dos sintomas e a intensificação da disfunção (Uchoa, 2022).

Na atenção primária, a atuação precoce do fisioterapeuta possibilita a identificação de fatores de risco, a implementação de estratégias educativas e a realização de intervenções preventivas. Nesse contexto, Oliveira e Cardoso

(2024), abordam que a fisioterapia pélvica configura-se como um recurso indispensável na prevenção de complicações crônicas que podem surgir a longo prazo, especialmente após o parto, como prolapso genitais, dores lombares e disfunções sexuais, frequentemente associadas ao enfraquecimento da musculatura do assoalho pélvico e a intervenção fisioterapêutica precoce, quando aliada à prática regular de exercícios específicos, mostra-se fundamental tanto para o fortalecimento dessa musculatura quanto para a prevenção do desenvolvimento das disfunções.

Maduenho *et al.* (2022, p. 253) afirma que “a atuação da Fisioterapia nas disfunções da musculatura do assoalho pélvico e no ciclo vital feminino abrange métodos de avaliação e tratamentos muito específicos”, evidenciando a complexidade do cuidado fisioterapêutico direcionado às mulheres. Essa abordagem exige que o profissional considere as particularidades de cada fase da vida feminina, incluindo adolescência, gestação, pós-parto e menopausa. Além disso, destaca-se a importância da individualização dos protocolos, uma vez que cada paciente apresenta necessidades e respostas distintas ao tratamento. A prática clínica baseada em evidências contribui para otimizar a reabilitação funcional. Desse modo, a atuação personalizada reforça o papel do fisioterapeuta na promoção da saúde pélvica e no bem-estar geral da mulher.

De acordo com Oliveira *et al.* (2024), a fisioterapia pélvica destaca-se como abordagem essencial no manejo das disfunções do assoalho pélvico, oferecendo recursos baseados em evidências que favorecem a reabilitação e a prevenção de complicações. Entre as técnicas empregadas encontram-se a cinesioterapia, os exercícios de Kegel, a ginástica hipopressiva, a eletroterapia, as terapias manuais, o biofeedback e o método Pilates, as quais têm demonstrado eficácia na melhora da dor, no fortalecimento muscular, no aumento da consciência corporal e na restauração da funcionalidade. Desse modo, a fisioterapia pélvica apresenta-se como uma alternativa acessível e aceitável, contribuindo para reduzir estigmas relacionados às disfunções sexuais e promovendo uma vivência mais saudável e satisfatória.

Além dos benefícios físicos, seus efeitos estendem-se ao campo emocional e social, favorecendo a autoestima, a qualidade dos relacionamentos e, de forma ampla, a qualidade de vida das mulheres

acometidas por disfunções uroginecológicas. A participação em programas de prevenção contribui para o resgate da autonomia e da confiança no próprio corpo. Esses aspectos impactam diretamente no desempenho de atividades profissionais, no convívio familiar e na vivência da sexualidade, elementos fundamentais para a saúde integral da mulher.

Dessa forma, a abordagem fisioterapêutica vai além do tratamento clínico, assumindo um papel educativo e transformador, ao promover o empoderamento feminino, a quebra de tabus culturais e a valorização do autocuidado como estratégia essencial para a promoção de saúde e para a prevenção de complicações futuras.

3 EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E AUTOCUIDADO EM DISFUNÇÕES UROGENITAIS

No contexto das duas disfunções urogenitais, a educação em saúde vai além da simples transmissão de informações. Esse processo educativo promove não apenas a prevenção de agravos, mas também o fortalecimento da autonomia pessoal, do bem-estar emocional e do empoderamento frente a condições frequentemente marcadas por estigmas e silenciamento. Trata-se de uma construção compartilhada entre profissional e paciente, na qual o diálogo e a troca de saberes permitem que a mulher compreenda melhor seu corpo, reconheça seus limites e valorize suas potencialidades (Ferreira *et al.*, 2022).

Entre as abordagens terapêuticas, destaca-se a avaliação detalhada da função do assoalho pélvico, etapa essencial para o reconhecimento de padrões de fraqueza muscular, desequilíbrios de coordenação ou quadros de hipertonia. Essa avaliação pode incluir a anamnese específica, inspeção e papa-moscas perineal, testes de força e resistência muscular. A partir desse diagnóstico funcional, o tratamento é direcionado de forma personalizada, considerando as necessidades, limitações e objetivos individuais de cada paciente, com abordagem integrada que visa restaurar a função do assoalho pélvico, aliviar sintomas e promover bem-estar global da mulher (Romero *et al.*, 2024).

Além disso, programas de orientação que ensinam a execução correta das contrações e integram os exercícios à rotina diária da mulher apresentam maior efetividade e resultados mais consistentes. A inclusão de estratégias educativas que abordem anatomia e a função do assoalho pélvico contribui para adesão ao tratamento, uma vez que possibilita ao paciente compreender melhor os objetivos da fisioterapia e se engajar de forma ativa no processo terapêutico, visto que a incontinência urinária constitui uma das condições mais prevalentes entre as mulheres brasileiras, exercendo impacto significativo nos aspectos físicos, psicológicos e sociais da qualidade de vida (Marinho *et al.*, 2023).

Assim como a fisioterapia pélvica é reconhecida como um recurso essencial no tratamento das disfunções do assoalho pélvico, como a incontinência urinária, também é amplamente recomendada por sua eficácia na reeducação muscular, na melhora da resposta sexual e no aumento da satisfação conjugal. Essas intervenções contribuem ainda para a redução de tabus e para a ampliação do cuidado em saúde sexual. As disfunções sexuais femininas, por sua vez, tem sido objeto de crescente interesse na literatura nacional, uma vez que impactam diretamente o desejo, a excitação e o orgasmo (Chaves *et al.*, 2021).

Ademais, a dor pélvica crônica, frequentemente associada a dispareunia, pode impactar significativamente na vida íntima, emocional e social da mulher. A fisioterapia tem se mostrado uma importante aliada no manejo dessa condição, especialmente por meio de técnicas de relaxamento miofascial associados à conscientização corporal. Essas intervenções auxiliam na redução da dor, melhora da função sexual e aumento da qualidade de vida. Além dos benefícios físicos, o tratamento fisioterapêutico também auxilia no controle da ansiedade e do estresse relacionados à dor crônica, promovendo uma abordagem mais integral e humanizada do cuidado (Lima *et al.*, 2024).

Ferreira (2020), aponta que a fisioterapia pélvica reduz riscos de complicações pré e pós parto, atuando na recuperação de uma gestação mais segura. Considerando que a gravidez é marcada por intensas alterações hormonais e corporais, a atuação fisioterapêutica torna-se essencial para o preparo físico e funcional da mulher e a inserção de atividades educativas

durante o pré-natal favorece o fortalecimento do vínculo entre a gestante e os profissionais da saúde, estimulando práticas seguras, conscientes e eficazes de prevenção.

O uso de tecnologias educativas, como cartinhas, aplicativos e manuais práticos, tem se revelado uma estratégia eficaz para orientar gestantes e puérperas sobre o autocuidado, promovendo transmissão de informações acessíveis e confiáveis. Essas ferramentas contribuíram para o empoderamento feminino, o fortalecimento da autonomia na tomada de decisões e a adoção de práticas saudáveis durante o ciclo gravídico-puerperal, além de demonstrarem eficácia na prevenção de agravo aos quais as mulheres estão mais suscetíveis nesse período (Guimarães *et al.*, 2025)..

Gepefisp (2022) defende que a disseminação de informações por meio de cartilhas educativas, devidamente validados por especialistas, possibilitam que as pacientes desenvolvam autonomia fora do ambiente clínico. Desse modo, esses recursos estimulam a prática domiciliar de exercícios, ampliam a adesão às recomendações fisioterapêuticas e contribuem para o fortalecimento da responsabilidade ativa no processo terapêutico.

Para além dos aspectos físicos, o impacto psicológico das disfunções pélvicas também merecem destaque. Mulheres que vivenciam essas condições relatam sentimentos de vergonha, insegurança e baixa autoestima, o que evidencia a importância de integrar a fisioterapia pélvica a práticas educativas de apoio emocional. A atuação conjunta entre fisioterapeutas e psicólogos favorece o engajamento no tratamento e auxilia para o restabelecimento da autoconfiança e da qualidade de vida (Tavares; Lima, 2024).

Dessa forma, como apontam Gonçalves e Revelles (2025), é necessário que as políticas públicas de saúde integrem a educação em saúde pélvica à atenção básica, promovendo sua aplicação de forma ampla e equitativa. Uma vez que apesar das evidências científicas que comprovam seus benefícios, a fisioterapia pélvica ainda enfrenta desafios relacionados à falta de reconhecimento institucional e à limitação do acesso nos serviços públicos. A implementação de programas de orientação e acompanhamento multiprofissional em unidades básicas fortalece o vínculo com a comunidade e garante acesso equitativo às práticas de saúde.

4 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E VISIBILIDADE DA FISIOTERAPIA UROGINECOLÓGICA.

A promoção da saúde, conforme definida na Carta de Ottawa, corresponde ao processo de capacitar indivíduos e comunidades a exercer maior controle sobre os determinantes da sua saúde, visando à sua melhoria contínua (WHO, 1986). Nesse contexto, a extensão universitária configura-se como uma importante ferramenta pedagógica e social, possibilitando que o conhecimento produzido nas universidades seja compartilhado e aplicado em benefício da sociedade. Assim, a extensão universitária desempenha um papel fundamental na formação crítica dos estudantes, ampliando sua compreensão sobre a atuação do fisioterapeuta no contexto da saúde, especialmente no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF) e fortalecendo o vínculo entre ensino, serviço e comunidade.

Na promoção da saúde, a extensão universitária vai muito além do atendimento pontual à comunidade. Por meio de projetos que envolvem oficinas, palestras, rodas de conversa e programas educativos, ela contribuiu para o fortalecimento da autonomia das pessoas e para o incentivo à hábitos de vida mais saudáveis (Santana *et al.*, 2020). Pois, mais do que a simples aplicação do conhecimento teórico, a extensão representa uma ponte entre universidade e sociedade, favorecendo a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade e a melhoria da qualidade de vida de forma integrativa, participativa e acolhedora.

Segundo Santana *et al.* (2020), a extensão universitária configura-se como uma prática educativa fundamental para a formação integral dos estudantes, ao aproximá-los da realidade social é possibilitar a troca de saberes entre a universidade e a comunidade. Nesse sentido, a extensão constitui um espaço de aprendizagem que integra teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de competências acadêmicas, sociais e profissionais, além de estimular o compromisso ético e cidadão dos futuros profissionais.

No âmbito da fisioterapia, especialmente na área uroginecológica, a extensão promove a redução de barreiras de acesso aos serviços de saúde, já

que muitas disfunções do assoalho pélvico permanecem subdiagnosticadas devido ao estigma social e à falta de informação da população. Através de iniciativas que abordam temas como a reabilitação do assoalho pélvico, esses projetos visam tanto a educação comunitária quanto o treinamento dos estudantes de fisioterapia, ampliando a conscientização sobre a importância dessa especialidade (Gepefisp, 2022). Neste contexto, projetos voltados a essa temática têm ganhado visibilidade e importância, permitindo que os acadêmicos não apenas se familiarizem com as necessidades da população, mas também contribuam diretamente para a promoção da saúde.

Assim, de acordo com Woodley *et al.* 2020, a fisioterapia uroginecológica, tem galgado um espaço significativo no que se refere a prevenção e tratamento de disfunções do assoalho pélvico, como incontinência urinária, prolapso e disfunções sexuais. As evidências científicas demonstram a eficácia das intervenções fisioterapêuticas, como o fortalecimento do assoalho pélvico e o uso de técnicas como biofeedback, que têm mostrado resultados satisfatórios no tratamento de condições como a incontinência urinária. Sua promoção é, não tão somente, porém especialmente relevante no que desrespeito à saúde da mulher, dado que muitas dessas condições afetam diretamente sua qualidade de vida, tornando sua abordagem crucial (Oliveira, 2024).

Dessa forma, a extensão universitária consolida-se como uma estratégia essencial de promoção da saúde e de valorização da fisioterapia uroginecológica, ao permitir que o conhecimento científico ultrapasse os limites acadêmicos e alcance a comunidade de forma acessível e educativa. As ações extensionistas voltadas à educação sobre o assoalho pélvico promovem a conscientização da população, especialmente das mulheres, acerca da importância da prevenção e do cuidado com essa região, contribuindo para a autonomia, o bem-estar e a qualidade de vida. Além disso, essas iniciativas colaboram para a redução de tabus e estigmas relacionados às disfunções uroginecológicas, ampliando o acesso à informação e ao tratamento fisioterapêutico.

Nesse sentido, a literatura destaca o treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP/PFMT) como o padrão-ouro no tratamento conservador da incontinência urinária, por aprimorar força, resistência,

potência e relaxamento muscular (Frawley *et al.*, 2022). Assim, a integração entre extensão universitária e práticas fisioterapêuticas baseadas em evidências fortalece o papel social do fisioterapeuta e reafirma a importância da atuação preventiva e educativa na promoção da saúde uroginecológica.

5 METODOLOGIA

O projeto extensionista em questão foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase em ações educativas e de sensibilização voltadas à promoção da saúde pélvica feminina e a prevenção das disfunções uroginecológicas. A metodologia adotada articulou pesquisa bibliográfica e intervenção prática, promovendo a integração entre teoria e prática na formação dos acadêmicos de Fisioterapia e fortalecendo o papel da atenção básica como espaço de educação em saúde.

Inicialmente, foi realizado um levantamento teórico por meio de revisão bibliográfica, contemplando artigos científicos, diretrizes institucionais e documentos técnicos publicados entre 2020 e 2025, obtidos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Foram utilizados descritores como “educação em fisioterapia pélvica”, “efeitos da fisioterapia pélvica”, “benefícios da fisioterapia pélvica” e “atenção primária e fisioterapia pélvica”. Essa etapa teve como finalidade embasar cientificamente a atualização dos conteúdos e a qualidade das informações transmitidas às participantes, uma vez que, segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite o aprofundamento teórico sobre determinado tema e constitui etapa fundamental para a construção de novos conhecimentos a partir de fontes já publicadas.

A segunda etapa constituiu na execução das ações práticas em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Penedo (AL), sendo elas as UBS Jairo Leite e José Edileno. O público-alvo foi composto por mulheres atendidas nos serviços de atenção primária, incluindo gestantes, puérperas e mulheres em diferentes faixas etárias.

Antes da intervenção, os acadêmicos do curso de Fisioterapia participaram de encontros formativos conduzidos pelo professor Woshington

Ribeiro Rocha, orientador do projeto. Esses momentos tiveram como objetivo aprofundar o conhecimento teórico e preparar os estudantes para a realização das atividades educativas. Durante as capacitações, foram abordados temas como anatomia e fisiologia do assoalho pélvico, principais disfunções uroginecológicas, estratégias de comunicação em saúde e metodologias de condução de grupos comunitários.

As ações educativas nas UBS foram planejadas de forma participativa e estruturada em diferentes momentos. Inicialmente, foi realizada uma visita diagnóstica aos locais de aplicação da ação. Em seguida, foram realizadas palestras expositivas dialogadas, rodas de conversa e momento para retirada de dúvidas, utilizando recursos visuais, modelos anatômicos e materiais educativos elaborados pelos acadêmicos. As atividades abordaram a importância do assoalho pélvico, fatores de risco para disfunções e as estratégias preventivas e de autocuidado.

Durante as intervenções, as participantes contaram com um momento de conversa e esclarecimento de dúvidas conduzido pela fisioterapeuta Mikaelly Duarte, especialista em fisioterapia pélvica. A profissional contribuiu de forma didática e acessível, promovendo conscientização corporal e empoderamento feminino quanto a importância do autocuidado e da busca por atendimento especializado quando necessário.

Ao término das atividades, os dados qualitativos referentes à participação, engajamento e percepção das mulheres foram registrados em relatórios descritivos elaborados pelos extensionistas. Esses registros subsidiaram uma análise crítica dos resultados e permitiram refletir sobre a relevância da atuação fisioterapêutica na provocação da saúde feminina e no fortalecimento das ações de educação em saúde no âmbito da atenção primária.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A ação extensionista foi desenvolvida em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Penedo, Alagoas, com o objetivo de promover uma estação em saúde pélvica e uroginecológica voltada às mulheres da comunidade. A iniciativa contou com a participação de 35

estudantes do curso de Fisioterapia, três professores orientadores e uma fisioterapeuta pélvica convidada, alcançando diretamente cerca de 60 mulheres de diferentes faixas etárias.

Tabela 1- Equipe técnica participante da ação extensionista

Nome	Vínculo	Função
Woshington Ribeiro Rocha	Docente da FRM	Coordenador do projeto
Angelica Trindade Henrique	Coordenadora de Extensão da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Danilo Barbosa Morais	Coordenador do Curso de Fisioterapia da FRM	Apoiador-Avaliador
Aldo Messias, Ana Souza, Ane Pinto, Annie Santos, Bruna Santos, Christian Marques, Claudia Souza, Edu Anjos, Ernani Calumby, Fammara Menezes, Glaize Silva, Helen Santos, Inara Mesquita, Joice Pereira, José Santos, Josué Luz, Kamilly Santos, Kamille Santos, Keroly Lima, Laura Castro, Liliam Lima, Maria Santos, Maria Brandão, Martha Oliveira, Melyssa Carvalho, Natalha Dantas, Rayane Batista, Pedro Santos, Ricardo Mota, Robert Souza, Ryan Soares, Tayná Costa, Ulisses Leite.	Discentes do Curso Superior de Fisioterapia	Extensionistas

Fonte: Autores (2025)

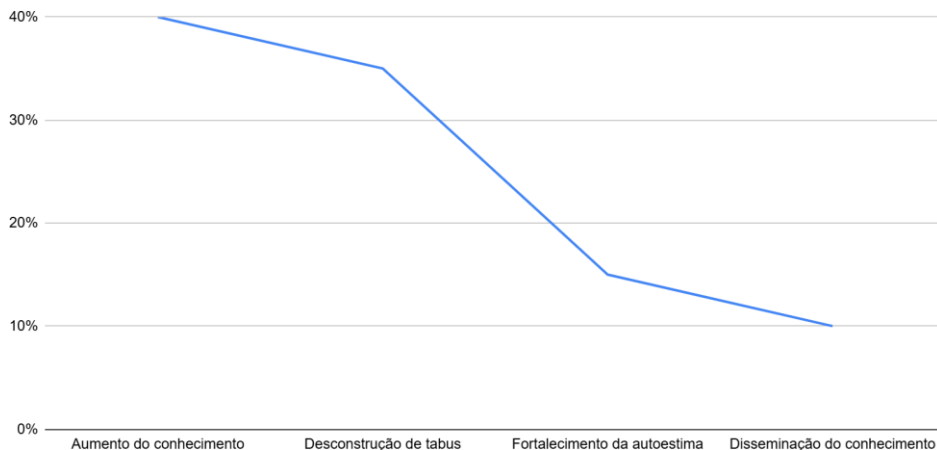
As atividades foram planejadas de forma dinâmica e participativa, incluindo palestra educativa, roda de conversa e uma dinâmica de “mitos e

verdades”, estratégias que favoreceram o diálogo, o acolhimento e a construção coletiva do conhecimento, respeitando o contexto sociocultural das participantes.

Durante as ações, observou-se grande engajamento tanto das mulheres quanto dos estudantes extensionistas. As participantes demonstraram interesse em temas como incontinência urinária, fortalecimento do assoalho pélvico, sexualidade e autocuidado, relatando mudanças significativas na percepção sobre a importância do cuidado com o próprio corpo e na autonomia para buscar ajuda profissional. Depoimentos como “Nunca ninguém tinha explicado essas coisas pra gente. Agora já sei como cuidar e procurar ajuda” e “Aprendi que é normal falar sobre isso e que posso procurar ajuda” ilustram a transformação de atitudes e percepções promovidas pela ação.

A presença da fisioterapeuta especialista em saúde pélvica foi fundamental para aprofundar os conteúdos e legitimar o espaço de diálogo, enquanto os estudantes atuaram como mediadores do conhecimento, traduzindo informações científicas em linguagem acessível e sensível à realidade local. Essa metodologia participativa, conforme defendem Marinho et al. (2025), mostrou-se eficaz na promoção da educação em saúde, reforçando a importância do vínculo e da escuta qualificada no processo educativo. De acordo com Malinauskas e Torelli (2022), aspectos de comunicação e atenção são determinantes para uma educação libertadora, centrada nas experiências e necessidades dos sujeitos, o que foi evidenciado nesta ação.

Gráfico 1- Aspectos qualitativos observados após a ação extensionista



Fonte: Autores (2025)

O Gráfico 1 apresenta a análise qualitativa dos principais aspectos identificados nas respostas e observações das participantes, abrangendo os tópicos aumento do conhecimento, desconstrução de tabus, fortalecimento da autoestima e disseminação do conhecimento. A partir desses indicadores, verifica-se que a ação promoveu resultados expressivos em todos os eixos avaliados, demonstrando a efetividade da abordagem educativa e participativa.

Esses efeitos ultrapassaram o momento da atividade, refletindo-se em transformações comportamentais, fortalecimento da autoestima e multiplicação do conhecimento nas redes familiares e comunitárias. Para as participantes, a ação representou empoderamento e protagonismo no cuidado com a própria saúde. Para os estudantes, proporcionou aprendizado significativo e o desenvolvimento de competências comunicativas, empáticas e sociais, aproximando o ensino acadêmico das demandas reais da comunidade.

Assim, a ação extensionista consolidou-se como um espaço integrador entre ensino, serviço e comunidade, reafirmando o papel social da universidade na promoção de práticas educativas criativas, acolhedoras e transformadoras. Os resultados obtidos evidenciam que a educação em saúde, quando conduzida por metodologias participativas e interdisciplinares, gera

impactos positivos duradouros, contribuindo para a prevenção de disfunções pélvicas e para a melhoria da qualidade de vida das mulheres atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a ação extensionista demonstrou a importância da educação em saúde como instrumento de transformação social, empoderamento feminino e fortalecimento da atenção básica. Assim sendo, a experiência evidenciou que o conhecimento sobre o próprio corpo e sobre as possibilidades de cuidado fisioterapêutico é um fator determinante para a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento das disfunções do assoalho pélvico. Outrossim, foi uma experiência igualmente enriquecedora para os extensionistas, que puderam vivenciar a aplicabilidade prática dos conhecimentos teóricos e desenvolver competências essenciais à atuação profissional, como empatia, comunicação e escuta qualificada. A integração entre universidade, serviço de saúde e comunidade mostrou-se eficaz na consolidação do compromisso social da formação em Fisioterapia, reafirmando o papel da extensão universitária como elo entre o saber científico e as necessidades reais da população.

Desse modo, a ação reafirma que a fisioterapia pélvica, aliada à educação em saúde, é uma estratégia fundamental para a promoção da saúde integral da mulher. Logo, o impacto observado nas participantes e nos extensionistas reforça a relevância de manter e expandir iniciativas semelhantes, capazes de promover não apenas reabilitação física, mas também autonomia, dignidade e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Nathália Tavares. *et al.* Fisioterapia pélvica no tratamento das disfunções do orgasmo feminino. **Revista Brasileira de Fisioterapia Pélvica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 52-59, 2021. Disponível em: https://perineo.net/rbfp/1%281%2952-69.html?utm_source. Acesso em: 14 set. 2025.

DE MENEZES E SILVA, Mylena; RIBEIRO DE OLIVEIRA, Andressa Thaisy; PONTE PERES, Maria Glesilene. Os benefícios da fisioterapia pélvica para mulheres com incontinência urinária. **Revista Cathedral**, v. 3, n. 2, p. 48-55, 2021. Disponível em: <https://galoa.com.br>. Acesso em: 14 set. 2025.

DE OLIVEIRA, Ana Paula Almeida; CARDOSO, Leigiane Alves. A importância da fisioterapia pélvica no pós-parto: reabilitação do assoalho pélvico. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 2772-2784, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15960/8658>. Acesso em: 14 set. 2025.

FERREIRA, Cibele Helouisa Juliano.; BARACHO, Elaine Fátima.; SILVA, Ana Paula. Fisioterapia aplicada à saúde da mulher. 6. ed. Rio de Janeiro: **Guanabara Koogan**, 2022. Disponível em: <https://www.livrariaflorence.com.br/livro-fisioterapia-aplicada-a-saude-da-mulher-baracho>. Acesso em: 12 set. 2025.

FERREIRA, J. A. **Fisioterapia pélvica e sua aplicação na gestação:** revisão de literatura. *Revista de Saúde da Mulher*, v. 34, n. 1, p. 50-56, 2020.

FRAWLEY, Helena. *et al.* Terminology for the assessment and diagnosis of pelvic floor muscle function and dysfunction. *Neurourology and Urodynamics*, 2022.

GEPEFISP. Grupo de Estudos e Pesquisas em Fisioterapia na Saúde da População. Relatório de atividades de extensão universitária, 2022.

GEPEFISP, 2022 (relatórios de extensão universitária que abordam desenvolvimento de materiais educativos validados).

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978859701206>. Acesso em: 6 nov. 2025.

GONÇALVES, Moniki de Souza.; REVELLES, Glória Maria Lourenço. **Atuação da fisioterapia na incontinência urinária em mulheres na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa.** Fisioterapia em Movimento, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/cs10202506101920>.

GUIMARÃES, Vitória Gabrielle Teixeira. *et al.* **Construção de uma tecnologia educacional de exercícios domiciliares e orientações sobre saúde do assoalho pélvico para gestantes e puérperas.** Revista FOCO, v. 18, n. 3, 2025. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7235?utm_source. Acesso em: 14 set. 2025.

HAGEN, S. *et al.* Pelvic floor muscle training for pelvic organ prolapse: a systematic review. International Urogynecology Journal, 2021.

LIMA, Débora Campos de; SILVA, Yasmin Podlasinski da; FARIAS, Michele Pinto; FURLANETTO, Magda Patrícia. Análise da atuação da fisioterapia em pacientes com dispareunia pós câncer ginecológico: revisão integrativa. **Fisioterapia Brasil**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 1602-1615, 2024. Disponível em: https://ojs.atlanticaeditora.com.br/index.php/Fisioterapia-Brasil/article/view/285?utm_source. Acesso em: 14 set. 2025.

LIMA, Gabriela Lunardi; DE MORAIS, Julia Gomes; TEIXEIRA, Camila Maria Prudêncio Pilla. Nível de conhecimento de fisioterapia pélvica na gestação. **Revista Faculdades do Saber**, v. 10, n. 25, p. 776-784, 2025. Disponível em: <https://emnuvens.com.br>. Acesso em: 14 set. 2025.

MADUENHO, Tatiane dos Reis Chagas; DRIUSSO, Patricia; BELEZA, Ana Carolina Sartorato; REIS, Bianca Manzan. **Perfil do conhecimento de mulheres sobre a atuação do fisioterapeuta na saúde da mulher.** *Fisioterapia em Pesquisa*, v. 29, n. 3, p. 252-257, 2022.

MALINAUSKAS, Ana Paula; TORELLI, Luiza. Atuação da fisioterapia na incontinência urinária em mulheres na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 46, n. 2, p. 171-183, 2022.

MARINHO, Maria de Fátima Duarte; BRILHANTE, Magdalena Muryelle Silva; MAGALHÃES, Adriana Gomes; CORREIA, Grasiéla Nascimento. Avaliação da função dos músculos do assoalho pélvico e incontinência urinária em universitárias: um estudo transversal. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 352-357, 2023. Disponível em: https://revistas.usp.br/fpusp/article/view/193238?utm_source. Acesso em: 14 set. 2025.

OLIVEIRA, A.; RAIMUNDO, R. **Fisioterapia pélvica no tratamento da incontinência urinária feminina:** revisão integrativa. *Revista Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher*, 2024.

OLIVEIRA, Andresa Faustino; SILVA, Luciana dos Santos; MACEDO, Patricia da Silva Azevedo; ALVES, Ericles Dias. Benefícios da fisioterapia pélvica na qualidade de vida em mulheres com transtorno da dor genito-pélvico. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 10, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15960/8658>. Acesso em: 14 set. 2025.

ROMERO, Giovana; ROCHA, Vanessa; CASTIGLIONE, Mariana; ESTEVAO, Ana. Treinamento dos músculos do assoalho pélvico na prevenção e tratamento da incontinência urinária durante o período gestacional: revisão de literatura integrativa. **Fisioterapia Brasil**, v. 25, n. 1,

p. 1172–1188, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.62827/fb.v25i1.ct04>. Acesso em: 12 set. 2025.

SANTANA, Rita de Cássia Rodrigues.; SANTANA, Cíntia Cristina de Almeida Paiva; NETO, Sebastião Batista de Costa; OLIVEIRA, Ênio Costa. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 4, p. 702-709, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, Giselly Soares da; RAIMUNDO, Ronney Jorge de Souza. A importância do fortalecimento do assoalho pélvico para saúde da mulher. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Jales, v. 7, n. 15, p. e151669, 2024. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1669?utm_source. Acesso em: 14 set. 2025.

TAVARES, Jessica Cardoso; LIMA, Ronaldo Nunes. Percepção da fisioterapia pélvica em pacientes portadoras de endometriose com sintomatologia de dispareunia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 11, p. 7232-7241, 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16880?utm_source. Acesso em: 14 set. 2025.

UCHÔA, Letícia Brandão Mulato. **Impacto do tratamento fisioterapêutico na qualidade de vida das mulheres com incontinência urinária**. Centro Universitário Vale do Salgado, 2022.

WOODLEY, S. J. *et al.* Pelvic floor muscle training for prevention and treatment of urinary and faecal incontinence in antenatal and postnatal women. Cochrane Database of Systematic Reviews, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Ottawa Charter for Health Promotion. Geneva: WHO, 1986.

CAPÍTULO 10

ENVELHECIMENTO E FRAGILIDADE: VULNERABILIDADE CLÍNICO FUNCIONAL NA GERAÇÃO BABY BOOMERS E GERAÇÃO X

Antônia Luiza Ferreira dos Santos¹

Clevison Santos da Silva¹

Dayanne Victoria da Silva Feitosa¹

Deborah Lidhiely Vasconcelos Santos Araujo¹

Elisangela dos Santos¹

Maria Clara Leite Bastos¹

Potira Monteiro de Moura¹

Rafaela Iris Ferreira Silva¹

Roseane dos Santos Padilha¹

Vanderley Brito Salgueiro¹

Danilo Barbosa Morais²

INTRODUÇÃO

A nível mundial, o envelhecimento cresce cada vez mais em todos os anos, sendo o Brasil um exemplo dessa crescente. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2019, o Brasil alcançou a marca de 30,2 milhões de idosos em 2017, uma consequência do aumento de 4,8 milhões entre 2012 e este respectivo ano.

A previsão é que até 2050 aqueles que possuem 80 anos ou mais, denominadas pessoas longevas, façam parte de cerca de um quinto dos idosos no mundo. A baixa da fecundidade, quebra da padronicidade das doenças e o predomínio das doenças crônicas são fatores que justificam esses altos números (Italiano *et al.*, 2023).

¹ Graduandos do curso de Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professor, Mestre, docente da Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: prof.danilobarbosa@frm.edu.br

O envelhecimento populacional está associado à transição demográfica e epidemiológica, que consistem na baixa ou estabilização da natalidade ou mortalidade e na alteração dos perfis de mortalidade, respectivamente, alterando a estrutura etária da população. Com isso, há uma alteração quanto à predominância das doenças que levam a morte: as patologias infecciosas e parasitárias, mais recorrentes em pessoas jovens, dão lugar às doenças crônicas e degenerativas, com maior incidência em idosos. Essa alteração faz com que haja a necessidade de uma mudança geral nos sistemas de saúde, prevenção e acompanhamento (Oliveira, 2019).

A identificação e definição dos níveis de fragilização de pessoas idosas é prioridade do sistema de saúde pública, entretanto, a falta de consenso entre os profissionais da saúde — por não haver valores padrão universais de fragilidade — se torna um problema. A ausência de concordância acontece, principalmente, porque há vários instrumentos com a função de definir a fragilidade da pessoa idosa, havendo também uma escassez de estudos e pesquisas sobre o assunto.

O risco de desenvolvimento da vulnerabilidade é potencializado pelo envelhecimento, uma vez que a senescência é um processo permeado por mudanças crescentes envolvendo aspectos individuais e coletivos que interferem nas condições de saúde do indivíduo. Os profissionais de saúde, para encarar acertadamente a vulnerabilidade, devem analisar minuciosamente o conceito e constatar os idosos vulneráveis em diversos níveis de atenção à saúde, considerando que o envelhecimento é um processo multidimensional e multideterminado (Barbosa *et al.*, 2019).

A fragilidade no idoso é um importante fator de risco para complicações clínicas e diminuição da qualidade de vida. Em razão do envelhecimento populacional e do aumento da expectativa de vida, a identificação precoce da fragilidade é essencial para a implementação de estratégias de cuidado adequadas.

O Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20) foi desenvolvido como uma ferramenta de rastreamento rápido e eficaz para identificar idosos em risco de fragilidade, permitindo intervenções precoces da atenção primária à saúde. Composto por questões que avaliam aspectos

como mobilidade, cognição, comorbidades e funcionalidade, o IVCF-20 é uma alternativa prática à Avaliação Geriátrica Ampla (AGA), que demanda maior tempo e recursos. Estudos indicam que o IVCF-20 é validado e confiável, sendo capaz de prever a vulnerabilidade clínico-funcional e auxiliar no direcionamento de cuidados (Moraes *et al.*, 2016).

O projeto de extensão tem o objetivo de avaliar e monitorar a saúde e funcionalidade de idosos através do instrumento IVCF-20, que ajuda a identificar e avaliar a vulnerabilidade clínica e funcional dos idosos, identificando idosos vulneráveis, monitorando a evolução da saúde e funcionalidade ao longo do tempo e intervindo nos fatores de risco identificados, para promover a saúde e o bem-estar dos idosos.

REFERENCIAL TEÓRICO

ENVELHECIMENTO E FRAGILIDADE

De acordo com Jardim *et al.* (2019, p. 26) “a maior necessidade é buscar conhecer a vida dos idosos, escutando-os a respeito de como se sentem nessa estrada, contando com a participação deles para a realização de seus anseios e para a construção de vida que lhes seja adequada”. Nesse sentido, compreende-se que o processo de envelhecimento é algo natural e que se aplica a todos os seres, desta forma, faz-se imprescindível abdicar da generalização de estereótipos negativos e conhecer as mudanças físicas e psicológicas que acompanham essa jornada da vida, permitindo a compreensão e a aplicação de soluções adequadas e funcionais para assegurar o bem-estar não apenas físico, mas também psicossocial de idosos.

Externamente e internamente, a fase de envelhecimento evidencia diversas mudanças que acabam, majoritariamente, tornando o idoso mais vulnerável a situações de riscos, enquadrando-o em uma posição de fragilidade a qual favorece a limitação nos meios sociais e na realização de atividades cotidianas. Portanto, pode-se explicar que “A fragilidade é um estado clínico com múltiplas causas e fatores contributivos, caracterizada pela diminuição da força, resistência e função fisiológica que pode ocasionar o

desenvolvimento de dependência, declínio físico, cognitivo e social” (Jesus *et al.*, 2017, p.615).

Segundo estudos realizados por Dias *et al.* (2023), a fragilidade acompanhada nesse período de envelhecimento é um dos fatores que potencializa o surgimento de acidentes e incapacidades que podem ou não levar o idoso ao processo de hospitalização e até mesmo a óbito em situações mais agravadas. Logo, deve-se ressaltar a necessidade e importância do profissional da saúde para garantir a segurança e cuidados para com o paciente. Sob esse viés, pode-se afirmar que “O enfermeiro possui um papel fundamental nos processos que englobam a atenção ao paciente, sendo responsáveis por suas práticas cotidianas. O papel do enfermeiro juntamente com os gestores da instituição é desenvolver ações e metas com o objetivo de promover a segurança do paciente” (Silva *et al.*, 2018, p.65).

De acordo com estudos realizados por Reis *et al.* (2022), as quedas em idosos podem gerar medo recorrente, restringindo suas atividades diárias e aumentando o isolamento social. Esses fatores contribuem para o declínio da qualidade de vida do idoso. Além disso, as quedas podem resultar em consequências físicas e emocionais, como fraturas, perda de independência e agravamento de condições pré-existentes. Portanto, pode-se afirmar que “Além das consequências diretas da queda, os idosos restringem suas atividades devido a dores, incapacidades, medo de cair, atitudes protetoras de familiares e cuidadores ou até mesmo por aconselhamento de profissionais de saúde” (Ribeiro *et al.*, 2008, p. 1266)

AValiação DA FRAGILIDADE DO IDOSO

A fragilidade do idoso é um estado de vulnerabilidade aumentado do corpo, onde o organismo apresenta dificuldade em lidar com estresses físicos e fisiológicos, eventualmente elevando riscos de quedas, complicações de saúde e internações. Nas palavras de Borges *et al.* (2013; p. 319) “Os idosos fragilizados apresentam risco acentuado para quedas, incapacidade, hospitalizações e morte, necessitando de cuidados permanentes para prevenir a ocorrência de desfechos clínicos negativos” . Portanto, é fundamental que a avaliação da fragilidade seja integrada à análise da saúde do idoso. Permitindo

assim que os profissionais de saúde desenvolvam estratégias de cuidados eficazes para prevenir ou reduzir os impactos dessa síndrome, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população idosa.

Sobre esse tema Maciel et al (2016, p. 2433), argumenta:

A fragilidade é conhecida por ser uma síndrome geriátrica resultante do processo de envelhecimento biológico, juntamente com os fatores atuais e acumulativos de toda uma vida. Os idosos frágeis são mais propensos a DCNT, anorexia, sarcopenia, osteopenia, déficit cognitivos e incapacidades.

Moraes et al. (2016, p. 2) destacam que a Avaliação Geriátrica Ampla (AGA) é o método mais utilizado para avaliar a fragilidade na atenção secundária. No entanto, sua aplicação, que pode levar de 60 a 90 minutos, além disso, enfrenta limitações na atenção primária, como a falta de experiência prática, dificuldades na interpretação de sinais não verbais, escassez de instrumentos padronizados adaptados e questões estruturais, como alta demanda de atendimentos e insuficiência na articulação com serviços especializados, dificultando a implementação eficaz da AGA.

Esses desafios comprometem a continuidade do cuidado e a integralidade da assistência ao idoso. Diante desse cenário, foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional 20 (IVCF-20) com o intuito de simplificar o rastreamento de idosos mais frágeis, oferecendo um instrumento mais prático e ágil para a triagem desses pacientes. Tal como menciona o ministério da saúde (BRASIL, 2024) “A inclusão do Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20) no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) do e-SUS APS melhora a identificação de idosos vulneráveis e qualifica o cuidado na Atenção Primária à Saúde”. Dessa maneira, viabiliza-se uma abordagem proativa, permitindo assim intervenções eficazes para um envelhecimento saudável, promovendo uma melhor qualidade de vida. Logo, ressalta-se que:

A comparação entre os dois instrumentos permite investigar evidências de validade convergente, isto é, o grau de concordância entre os construtos aferidos. Além disso, comparar os fatores associados nas duas escalas pode ser útil no sentido de auxiliar os profissionais na escolha do instrumento mais

adequado para a sua realidade e necessidade, especialmente no contexto da Atenção Primária à Saúde. (Santos et al.; 2024, p. 3)

Segundo Maia *et al.* (2019, p. 5045) “A identificação precoce de fragilização e o acompanhamento constante dos usuários na rede integrada permite a antecipação dos agravos, à reabilitação precoce e reduz o impacto das doenças crônicas na funcionalidade da pessoa idosa”. A detecção antecipada dos riscos de fragilização é crucial para a manutenção da funcionalidade dessa população e prevenção de desfechos adversos à saúde. Essa detecção precoce permite adoção de intervenções que ajudam a reduzir o impacto das doenças crônicas e conseqüentemente influenciam positivamente no bemestar da terceira idade.

Esse argumento reforça a ideia de que a necessidade de instrumentos de triagem rápidos e eficazes é de suma importância, pois permitem o reconhecimento ágil da fragilidade, facilitando a implementação de cuidados adequados, possibilitando que os profissionais de saúde possam agir prontamente. Nas palavras de Maia et al. (2019, p.

5045) “A identificação precoce de fragilização e o acompanhamento constante dos usuários na rede integrada permite a antecipação dos agravos, à reabilitação precoce e reduz o impacto das doenças crônicas na funcionalidade da pessoa idosa”. Destacando, mais uma vez, a relevância de instrumentos de triagem eficientes para a rápida identificação da fragilidade.

“A triagem rápida para fragilidade na atenção primária é indispensável para identificar indivíduos em risco e facilitar estratégias de intervenção precoce.” (Ruiz et al, 2016)”. Nesse sentido, o uso de ferramentas padronizadas não somente facilita a implementação de estratégias personalizadas, mas também promovem uma abordagem mais sistemática e eficaz no acompanhamento longitudinal dos pacientes. Isso reforça a importância de abordagens multidisciplinares e baseadas em evidências, contribuindo para promoção da saúde e independência funcional dos idosos.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE CLÍNICO-FUNCIONAL-20 (IVCF-20)

O IVCF-20, é um instrumento de triagem objetivo, rápido e direto, sobre a vulnerabilidade da pessoa idosa. Podendo ser aplicado por qualquer

profissional da equipe da APS (Atenção Primária à Saúde). Sendo, um mecanismo de referência em detecção de Vulnerabilidade da pessoa idosa no Brasil, com início em 2019.

O IVCF-20 é um índice de triagem rápida, objetivo, com abordagem multidimensional, e que pode ser aplicado por qualquer profissional da equipe da APS. Foi desenvolvido a partir do modelo multidimensional de saúde da pessoa idosa e é o instrumento referência em rastreabilidade e estratificação da pessoa idosa à nível nacional, sendo sua utilização preconizada desde 2019. (Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, 202, p.5).

De acordo com a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (2023, p.6), o envelhecimento pode tornar a pessoa idosa mais vulnerável em virtude da redução da capacidade funcional e/ou da capacidade de adaptação às agressões biopsicossociais. Assim, avaliar adequadamente e reconhecer precocemente a fragilidade da pessoa idosa e seus fatores de risco tornam-se essencial.

De acordo com Moraes *et al.* (2016, p.4), o IVCF-20 é um questionário que contempla aspectos multidimensionais da condição de saúde do idoso, sendo constituído por 20 questões distribuídas em oito seções: idade (1 questão), autopercepção da saúde (1 questão), incapacidades funcionais (4 questões), cognição (3 questões), humor (2 questões), mobilidade (6 questões), comunicação (2 questões) e comorbidades múltiplas (1 questão). Cada seção tem pontuação específica que perfazem um valor máximo de 40 pontos. Quanto mais alto o valor obtido, maior é o risco de vulnerabilidade clínico-funcional do idoso.

Tendo assim, uma visão ampla das condições de saúde do idoso, e com base na pontuação adquirida por meio das perguntas realizadas pelo profissional na triagem. São 20 perguntas divididas em oito tópicos, sendo que, cada um deles tem pontuações específicas, totalizando 40 pontos o valor máximo e quanto mais alto o valor, mais grave é o risco. O risco de Vulnerabilidade Clínico-funcional do Idoso, é de acordo com o valor total adquirido pelo idoso.

FATORES DE RISCO E CONSEQUÊNCIAS DA FRAGILIDADE

O Brasil vem enfrentando altas mudanças epidemiológicas o que ocasiona a prevalência de doenças crônicas e suas complicações, acarretando uma crescente utilização dos serviços de saúde. Com relação à complexidade das demandas decorrentes deste grupo etário, os idosos tendem a apresentar maiores desafios ao acesso de serviço de saúde. Por esse motivo, a capacitação dos serviços deve atender as necessidades de prevenção ou controle de agravos e a promoção de envelhecimento ativo e saudável, beneficiando a autonomia e bem-estar. (Tavares *et al.*, 2021)

A fragilidade, conceito emergente usado no campo da geriatria e da gerontologia, para fazer referência à condição clínica desfavorável ou não ótima de idosos, desperta interesse de profissionais e pesquisadores que lidam com as questões relativas à senescência. Apesar disso, especialmente em nosso meio, há um déficit de informações referentes à incidência e prevalência de fragilidade em idosos, principalmente pela falta de consenso de uma definição que possa ser utilizada como triagem em diferentes populações. (Andrade *et al.*, 2012).

Trazendo consigo, taxa superior de procura dos serviços de saúde com indivíduos que apresentam doenças crônicas, hospitalizados ou com problema de saúde que acaba impossibilitando a execução das atividades habituais.

Uma das mais frequentes dificuldades de acesso e utilização dos serviços de saúde vem de aspectos socioeconômicos e dificuldades de locomoção. Observando que a utilização mais recorrente dos serviços pelos idosos é do sexo feminino; maior faixa etária; autopercepção negativa da saúde; presença de sintomas depressivos; ausência de companheiro e fragilidade. Outro fator que influencia ao acesso aos serviços é a baixa renda, resultando na necessidade de manutenção de atividades remuneradas, por tanto, sendo incompatível com horário de funcionamento do serviço de saúde e conciliação com o trabalho. (Tavares *et al.*, 2021)

O envolvimento familiar é de suma importância como rede de apoio no cuidado à saúde dos idosos, auxiliando o serviço de saúde com a procura

e continuidade do tratamento, tanto no apoio domiciliar ou acompanhamento com os profissionais de saúde. (Tavares *et al.*, 2021)

Tendo em vista que as mulheres maiores riscos de queda que os homens, mostram a importância de destacar a incidência de quedas aumenta consideravelmente a partir dos 75 anos. Podendo ser explicada de acordo com a maior fragilidade, prevalência de doenças crônicas, consumo de medicações e longevidade das mulheres em relação aos homens. (Oliveira *et al.*, 2014, p. 638)

Os estudos mostram que é uma realidade o maior número de mulheres idosas quando comparado o número de homens, que é chamado de feminização da velhice, que merece atenção especial. Não se pode interpretar que o fato das mulheres viverem mais significa que elas tenham boa qualidade de vida e condições de saúde desejáveis. Pelo menos, até então, os estudos mostram que estas variáveis não estão associadas de forma positiva. (Gross *et al.*, 2018, p. 213).

Apesar de que o maior número de quedas não resulte em lesões graves, cerca de 5% das quedas residentes resultam em hospitalização ou fraturas. A causa mais frequente observada nos casos de hospitalização, é a fratura, sendo seguida do medo de cair e necessidade de auxílio para atividades de vida diária. Portanto, a queda pode ter consequências físicas e psicológicas aos idosos. O receio de uma nova queda resulta na restrição de suas atividades diárias, associando o aumento da inatividade e o declínio da capacidade funcional. (Oliveira *et al.*, 2014, p. 638)

Não menos importante que os demais, os fatores de risco ambientais também são determinantes para as quedas, já que estão presentes em aproximadamente 30-50% das quedas. (Oliveira *et al.*, 2014, p. 639)

O processo de envelhecimento está associado a diversas mudanças fisiológicas que impactam a funcionalidade dos indivíduos. Entre os principais fatores biológicos que influenciam a independência funcional dos idosos, destacam-se a sarcopenia, as doenças crônicas e os desequilíbrios hormonais (Cruz-Jentoft *et al.*, 2019; Lang *et al.*, 2010).

Um dos principais obstáculos para os idosos é a sarcopenia, que se refere à perda gradual de massa muscular e força. Essa condição pode

dificultar a mobilidade e, conseqüentemente, a realização de atividades cotidianas, como levantar-se de uma cadeira ou caminhar. A sarcopenia não é apenas uma questão de músculos diminuírem de tamanho; a perda da força muscular é um indicativo ainda mais preocupante, pois pode afetar a saúde geral. Por exemplo, a fraqueza muscular pode comprometer funções essenciais, como a deglutição, e prejudicar a saúde bucal, elevando o risco de complicações (Ferreira *et al.*, 2024).

Além disso, os desequilíbrios hormonais desempenham um papel significativo na perda da funcionalidade. A redução na produção de hormônios anabólicos, como testosterona e hormônio do crescimento, está associada ao declínio muscular e à diminuição da capacidade de recuperação física (Lang *et al.*, 2010). Essas condições agravam a fragilidade dos idosos, aumentando os riscos de quedas e hospitalizações.

A saúde mental é outro fator que não pode ser ignorado. Condições como a depressão, a ansiedade e o isolamento social têm um impacto profundo na qualidade de vida dos idosos. Muitos se sentem menos inclinados a participar de atividades em grupo, o que pode levar a um ciclo de solidão e inatividade. O isolamento, por sua vez, pode agravar problemas cognitivos e físicos, tornando o envelhecimento ainda mais desafiador (American Psychiatric Association, 2013; Holt-Lunstad *et al.*, 2015).

IVCF-20 NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017 o número de pessoas idosas, acima de 60 anos, tinha ultrapassado a marca de 30 milhões. (Flores *et al.*, 2024).

Pessoas idosas longevas tendem a apresentar comorbidades múltiplas e condições clínicas complexas, proporcionando o aumento da prevalência de fragilidade e a elevação dos custos com assistência à saúde (Ferreira, 2023).

O envelhecer acarreta mudanças inevitáveis, progressivas, heterogêneas, nem sempre patológicas, mediadas por fatores biopsicossociais que podem, de forma imprevisível, repercutir no processo saúde doença dos idosos. Assim, o envelhecimento está profundamente ligado a redução da vitalidade e ao processo de fragilização (Colares, 2020).

Especificamente a PNSPI objetiva um envelhecimento saudável, que significa preservar a capacidade funcional e manter a qualidade de vida do idoso, sendo sua finalidade primordial recuperar, manter, promover a autonomia e independência da pessoa idosa (Sanglard *et al.*, 2024).

O Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional-20 (IVCF-20) é um instrumento de triagem para a população idosa, em que se destaca uma aplicação rápida e simples, o qual pode ser feito, inclusive, por profissionais que não sejam da área geriátrica (Joseph *et al.*, 2021).

Nessa população, a fragmentação diagnóstica deve ser cuidadosa, pois a interrelação entre as doenças é mais importante do que as doenças em si. Assim, o tema fragilidade deve ser encarado nesta perspectiva sistêmica, que implica na “capacidade de ver a floresta e não somente cada árvore e de transitar de relações lineares de causa e efeito para interrelações entre as diversas condições de saúde (Mendes, 2023).

A presença de declínio funcional atividades de vida diária instrumentais (controle financeiro, fazer compras, preparar refeição, sair sozinho, realizar trabalhos domésticos etc.) caracteriza a fragilidade moderada. Nesta condição, o idoso é classificado como “idoso frágil” (Morais; Rabelo, 2023).

O IVCF-20, utilizado neste estudo, foi recentemente desenvolvido e validado no Brasil, e apresentou boa correlação com a Avaliação Geriátrica Ampla (AGA) e um alto grau de validade e confiabilidade. Na análise dos fatores associados à maior fragilidade entre os idosos, destaca-se que não ter cônjuge ou companheiro representa um fator de risco. Este aspecto também é mostrado em outros trabalhos. Em pesquisa conduzida no Rio de Janeiro registrou-se que os idosos casados parecem ter um envelhecimento bem-sucedido (Colares *et al.*, 2020).

No Brasil, os profissionais de saúde na atenção primária tendem a considerar um idoso como frágil baseando-se em sua aparência geral, ou quando tal indivíduo apresenta múltiplas doenças ou comorbidades. (Moraes, *et al.*, 2016)

Para dificultar, observa-se que, em algumas regiões, a assistência à saúde ainda está muito restrita aos serviços de atenção secundárias, configurando fator limitante na acessibilidade da população. O Ministério da

Saúde (MS) criou uma caderneta da pessoa idosa, focando na padronização de acompanhamento desses pacientes na APS. Esta caderneta preconiza a detecção de idosos em situação de vulnerabilidade em saúde, pois isso pode não somente retardar a evolução das doenças, mas também oferecer ganhos na qualidade de vida, autonomia e independência da população que envelhece (Bezerra, 2020).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como descritivo, transversal, de abordagem qualitativa e quantitativa. A ação extensionista foi realizada no CRAS Santo Antônio da cidade de Penedo - Alagoas. Foi realizado inicialmente um questionário, o IVCF-20, no qual é composto por 20 perguntas, distribuídas em oito domínios: idade (1 questão), autopercepção de saúde (1 questão), incapacidade funcionais (4 questões), cognição (3 questões), humor (2 questões), mobilidade (6 questões), comunicação (2 questões) e comorbidade múltiplas (1 questão). Cada seção tem pontuação específica que faz um valor máximo de 40 pontos. Quanto mais alto o valor obtido, maior é o risco de vulnerabilidade-clínico funcional do idoso.

O IVCF 20 (Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional) consiste em um instrumento de estudo transversal construído para verificar a vulnerabilidade dos idosos em diferentes contextos, auxiliando na identificação antecipada de riscos de vida dos idosos, permitindo assim, a tomada de medidas cautelosas, assegurando uma melhor qualidade de vida e longevidade para a pessoa idosa.

O primeiro encontro no CRAS, foi realizado uma visita de intervenção e coleta de dados, por meio do questionário aplicado IVCF-20. Os discentes realizaram perguntas aos idosos de maneira informal e de fácil compreensão.

Após a coleta de dados foi realizada a avaliação dos resultados obtidos e a identificação do local com maior índice de vulnerabilidade, além de observações participativas para compreender melhor a dinâmica e os desafios enfrentados pelos participantes presentes no dia a dia.

O segundo encontro foi realizado no CRAS Santo Antônio para explanar sobre os resultados obtidos destacando os fatores que contribuem

para a vulnerabilidade clínica e funcional dos idosos avaliados. Além disso, foi discutido possíveis estratégias e intervenções para minimizar esses riscos, promovendo uma melhor qualidade de vida.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Para a avaliação global do IVCF foram utilizadas as medidas a partir do cálculo do escore total de cada participante. Os resultados da estratificação do IVCF-20 são observados na Tabela 1.

O maior percentual de idosos do estudo está em risco de fragilização (38,7%), sendo, contudo, o somatório de 31 idosos, correspondendo à maior parte dos idosos frequentadores do CRAS Santo Antônio de Penedo - AL.

Tabela 1. Escore total categorizado do Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF) em idosos acompanhados pelo CRAS Santo Antônio. Penedo, AL (n=31).

Variável	Categorias	Idosos pesquisados n (%)
IVCF	Idoso robusto	09 (29,05)
	Idoso em risco de fragilização	12 (38,7)
	Idoso frágil	10 (32,25)
Total		31 (100,0)

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

De modo a fundamentar os resultados encontrados na categorização do IVCF, também foi levada em consideração a análise descritiva do escore total, como pode ser observado na Tabela 2, em que média foi de 10, apontam para a caracterização de idosos potencialmente em risco de fragilidade (escore de 7 a 14 pontos).

Tabela 2. Dados descritivos do escore total do Índice de Vulnerabilidade ClínicoFuncional (IVCF) em idosos acompanhados pelo CRAS Santo Antônio. Penedo, AL (n=31).

Variável	n	Mínimo / Máximo	Média	Desvio Padrão
IVCF				
Escore total	31	0/34	10	± 9,05

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

O comprometimento da capacidade funcional (CF) e/ou o seu risco efetivo claramente elucidado nos achados (38,7% de idosos em risco de fragilidade) sugere um alerta para as políticas públicas voltadas à saúde do idoso, bem como para pesquisadores, gestores, profissionais de saúde, familiares e sociedade em geral, para que sejam adotadas medidas de promoção da saúde e prevenção de agravos no sentido de potencializar a autonomia e independência dos idosos.

O idoso robusto é aquele que consegue exercer sua autonomia e independência sem apresentar declínio em sua CF; o idoso potencialmente frágil apresenta uma diminuição na CF, entretanto consegue exercer sua autonomia e independência, porém com chances de risco de dependência funcional; e o idoso frágil é aquele que apresenta algum declínio em sua CF, incapaz de gerir sua vida de forma independente e autônoma (Freitas, 2018).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou que o envelhecimento saudável deve ser colocado como uma prioridade global, devendo-se assim promover o desenvolvimento de estratégias para lidar com os problemas de saúde dessa população e com o impacto das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na qualidade de vida dos idosos (Veiga, *et al.*; 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional, os achados revelam um um risco potencial de fragilidade em idosos, que merecem

assistência prioritária e qualificada em todas as dimensões sociais e de saúde, de modo a potencializar a capacidade funcional.

Sugere-se, desta forma, que ações sejam idealizados e executados no que tange à avaliação da capacidade funcional de idosos, de modo a favorecer ações extensionistas com adoção de medidas de promoção da saúde e prevenção de agravos no sentido de potencializar a autonomia e independência dos idosos, garantindo assim, uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM. Níveis de fragilidade de idosos e sua associação com as características sociodemográficas. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 167–173, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/jm5RQnkMfbjgpFDMprXWCyk/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5. ed. Washington, DC: APA, 2013.

ANDRADE, A. do N. et al. Análise do conceito fragilidade em idosos. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 21, n. 4, p. 748–756, out./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000400004>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BARBOSA, K. T. F.; OLIVEIRA, F. M. R. L.; FERNANDES, M. das G. M. Vulnerability of the elderly: a conceptual analysis. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 72, supl. 2, p. 337–344, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0728>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BORGES, C. L. et al. Avaliação da fragilidade de idosos institucionalizados. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 318–322, 2013.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725–733, 2003.

CRUZ-JENTOFT, A. J. et al. Sarcopenia: revised European consensus on definition and diagnosis. *Age and Ageing*, Oxford, v. 48, n. 1, p. 16–31, 2019.

FREITAS, T. F. et al. Comparação da fragilidade em pessoas idosas longevas pelo Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional-20 (IVCF-20) e pela Edmonton Frail Scale (EFS). *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 26, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562023026.230072.pt>. Acesso em: 4 abr. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). *Manual de avaliação multidimensional da pessoa idosa para a Atenção Primária à Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

MORAES, E. N. de et al. Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20): reconhecimento rápido do idoso frágil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, art. 81, 2016.

SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. *Manual de aplicação do Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20): orientações para profissionais da Atenção Primária à Saúde*. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://admin.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202401/18100919-manual-de-aplicacaodo-indice-de-vulnerabilidade-clinico-funcional.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

CAPÍTULO 11

MONITORIA ACADÊMICA E PROTAGONISMO DISCENTE: a experiência da monitoria na identidade profissional do enfermeiro

Sabrina Silva Santos¹
Paulo Henrique Ribeiro Rocha¹
Emilly Kaillane Dantas Matos¹
Sthéfanie Ferreira Dos Santos Rodrigues¹
Carlos Eduardo Gonçalves Santos¹
Danilo Barbosa Morais²

INTRODUÇÃO

A formação do enfermeiro, no contexto contemporâneo, demanda mais do que a assimilação de conteúdos técnicos e científicos. Exige, sobretudo, a construção de competências éticas, reflexivas e humanísticas que permitam ao futuro profissional atuar de forma crítica e socialmente engajada nos diferentes cenários de cuidado (CONCEIÇÃO, 2024). Nesse sentido, a monitoria acadêmica tem se destacado como uma estratégia pedagógica que ultrapassa a função tradicional de apoio docente, constituindo-se como um espaço de aprendizagem significativa, de troca de saberes e de desenvolvimento do protagonismo discente (ANDRADE *et al.*, 2018).

Com efeito, a participação em programas de monitoria possibilita ao estudante monitor aprimorar sua autonomia intelectual, sua capacidade de liderança e seu senso de responsabilidade, ao mesmo tempo em que consolida a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pilares indissociáveis da formação universitária.

¹ Graduandos do curso de Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professor, Mestre, docente da Faculdade Raimundo Marinho – FRM / E-mail: prof.danilobarbosa@frm.edu.br

A vivência nesse contexto contribui para o amadurecimento pessoal e profissional, refletindo-se diretamente na construção da identidade profissional do enfermeiro, uma vez que favorece o desenvolvimento de competências relacionais, comunicativas e éticas essenciais ao exercício da enfermagem (AGUIAR, 2025).

Partindo dessa compreensão, o presente estudo de caso propõe-se a analisar a contribuição da monitoria acadêmica para o desenvolvimento do protagonismo discente nos monitores do curso de Enfermagem da Faculdade Raimundo Marinho (FRM), bem como compreender de que forma essa experiência contribui para a consolidação da identidade profissional do enfermeiro, evidenciando como a vivência potencializa a formação integral e o compromisso ético-social do futuro profissional de saúde.

A relevância desta investigação fundamenta-se na necessidade de refletir sobre práticas pedagógicas que valorizem o estudante como sujeito ativo do processo formativo. A monitoria, ao promover o diálogo, responsabilidade e o engajamento coletivo, favorece a construção de uma aprendizagem significativa e crítica, coerente com as diretrizes curriculares nacionais para os cursos da área da saúde, que enfatizam a formação de profissionais generalistas, humanizados e socialmente comprometidos (PALHETA *et al.*, 2020).

Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, desenvolvido com discentes participantes de programas de monitoria do curso de Enfermagem da FRM. A pesquisa foi conduzida por meio de relatos de experiências e observações reflexivas acerca das vivências dos monitores em suas respectivas disciplinas, analisando-se os impactos dessa prática na formação acadêmica e na constituição da identidade profissional.

Assim, o estudo busca evidenciar como a monitoria acadêmica pode se consolidar como um instrumento transformador no processo educativo, ao fomentar o protagonismo discente, o senso crítico e o compromisso ético-social, contribuindo, dessa forma, para a formação de enfermeiros mais conscientes, autônomos e comprometidos com a qualidade do cuidado e a transformação da realidade em que atuam.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a análise da temática proposta fundamenta-se em um estudo descritivo do tipo relato de experiência, que tem como objetivo descrever e refletir sobre vivências práticas no contexto da monitoria acadêmica em enfermagem. O estudo foi desenvolvido durante o período de agosto a outubro de 2025, correspondente ao semestre letivo 2025.2, nas disciplinas Semiologia e Semiotécnica II, Farmacologia e Saúde do Adulto, na Faculdade Raimundo Marinho (FRM), situada em Penedo-AL.

Participaram da experiência cinco discentes monitores, identificados neste estudo pelas siglas M1, M2, M3, M4 e M5, preservando-se suas identidades em conformidade com os princípios éticos da pesquisa. Os relatos foram construídos a partir das observações, reflexões e experiências vivenciadas pelos monitores durante suas atividades acadêmicas, englobando o acompanhamento de turmas, o apoio aos docentes e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, o estudo investigou de que forma a monitoria acadêmica contribuiu para o fortalecimento do protagonismo discente, identificando suas principais contribuições, impactos formativos e dificuldades enfrentadas durante o exercício da função de monitor. Essa análise possibilitou compreender como a experiência influenciou o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes, especialmente no que tange à construção da identidade profissional do enfermeiro.

Os registros coletados foram submetidos a uma análise descritiva e reflexiva, permitindo identificar elementos que evidenciam o papel formativo da monitoria e suas implicações na autonomia e no engajamento dos discentes.

Para o embasamento teórico, realizou-se uma busca bibliográfica sistematizada em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e LILACS, utilizando descritores como “monitoria acadêmica”, “formação em enfermagem”, “protagonismo discente” e “identidade profissional”. As referências selecionadas subsidiaram a fundamentação teórica e o

desenvolvimento analítico deste estudo, assegurando rigor científico à reflexão apresentada.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Segundo Frison (2016), “a monitoria é uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada dos estudantes universitários” (p. 133). Sob essa perspectiva, compreende-se que o papel do monitor vai além do apoio didático: ele se torna mediador do conhecimento, agente de integração e participante ativo no processo formativo. A análise a seguir foi construída a partir das percepções de cinco monitores do curso de Enfermagem, que relataram suas vivências, aprendizados e desafios durante o período de monitoria.

Os monitores destacaram que a experiência os levou a assumir uma postura mais ativa e autônoma no curso, permitindo-lhes vivenciar na prática o protagonismo discente. Para M1, o planejamento e a organização de aulas e provas práticas proporcionaram “um pouco da experiência do que é a docência”, além de possibilitar “enxergar uma das possibilidades que podemos exercer no futuro, ao participar da construção do conhecimento de um colega de profissão”. De forma semelhante, M2 relatou que a monitoria o fez “assumir um papel mais ativo dentro do processo de ensino-aprendizagem”, compreendendo que o protagonismo discente “vai além de apenas aprender”, envolvendo também o compartilhamento de saberes e o apoio aos colegas.

O exercício da monitoria também foi reconhecido como espaço de amadurecimento pessoal e profissional. M3 afirmou que, apesar do receio inicial, a experiência lhe conferiu “voz, confiança e um senso profundo de pertencimento à área didática”, destacando que ensinar foi igualmente uma forma de aprender. M4 ressaltou o desenvolvimento da comunicação e da segurança para expor conteúdos, considerando a parte mais interessante, já que gosta da parte de lecionar. Esses relatos evidenciam que a monitoria contribuiu para o fortalecimento de habilidades pedagógicas, comunicativas e organizacionais, além de estimular a autonomia, a responsabilidade e a liderança acadêmica. M5, por sua vez, relatou que a monitoria proporcionou

assumir um papel ativo dentro da faculdade, não apenas como aluno, mas como facilitador do aprendizado dos colegas. Ao planejar aulas, organizar materiais didáticos sobre a SAE e prestar apoio individualizado via e-mail ou aplicativos de mensagem, o monitor destacou que pôde contribuir de forma significativa para a formação acadêmica dos colegas. Esse protagonismo se manifestou principalmente na capacidade de orientar e incentivar outros estudantes, ajudando-os a compreender conceitos complexos do processo de enfermagem e promovendo um ambiente colaborativo de aprendizagem.

Quanto aos benefícios percebidos, os participantes enfatizaram o aprimoramento da capacidade de comunicação, da empatia e da didática. M2 relatou que a vivência “fortaleceu o senso de empatia e colaboração, refletindo positivamente no desempenho nas disciplinas”, enquanto M3 ressaltou o impacto positivo na clareza sobre seu papel profissional e na busca por metodologias ativas. Os depoimentos também apontam a relevância da parceria entre monitores e professores, que tornou as aulas mais dinâmicas e o processo de aprendizagem mais eficaz. Essa integração permitiu o acompanhamento mais próximo dos alunos, com resolução ágil de dúvidas e melhor aproveitamento das atividades práticas. M4 acrescentou que a monitoria trouxe diversos benefícios, tanto acadêmicos quanto pessoais. Academicamente, fortaleceu o conhecimento em Saúde do Adulto e no Processo de Enfermagem, especialmente aplicando a Resolução COFEN 736/2024 na prática. Pessoalmente, proporcionou o desenvolvimento de habilidades de comunicação, planejamento e didática, além da capacidade de identificar dificuldades específicas dos colegas, como a distinção entre diagnóstico médico e de enfermagem.

Como destaca Vygotsky (1995), o aprendizado é um fenômeno social, construído nas interações. Nessa perspectiva, a monitoria fortalece a aprendizagem entre pares, ao permitir que o conhecimento seja compartilhado e construído coletivamente. A prática da monitoria, assim, mostrou-se um instrumento de desenvolvimento do senso crítico e reflexivo, preparando os estudantes para futuras atuações profissionais e acadêmicas.

No contexto da Enfermagem, a monitoria assume importância ainda maior, pois contribui diretamente para a formação de profissionais capazes de articular teoria e prática de forma ética, técnica e humanizada. O monitor, ao

atuar como mediador no processo de ensino-aprendizagem, reforça competências essenciais à profissão, como empatia, comunicação efetiva, trabalho em equipe e tomada de decisão em situações complexas. Além disso, a vivência na monitoria favorece o desenvolvimento da capacidade de liderança e da responsabilidade com o cuidado, competências indispensáveis ao exercício da Enfermagem contemporânea, que exige profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com a qualidade da assistência prestada.

Entretanto, os monitores também apontaram desafios ao longo da experiência. Entre as principais dificuldades, destacam-se a conciliação dos horários da monitoria com a rotina acadêmica e pessoal, a sobrecarga de atividades e a baixa procura por parte dos alunos. M2 mencionou o desafio de “conciliar o tempo entre as responsabilidades da monitoria, os estudos e o trabalho”, enquanto M3 destacou “a sensação de estar sobrecarregada” e a preocupação com a eficácia de suas metodologias. M4 relatou a dificuldade de “preparar todo um conteúdo e ter uma baixa procura”, o que limitava o alcance das atividades propostas. M5 relatou que, no início da monitoria, sentiu dificuldade de comunicação, pois não sabia exatamente como elaborar suas explicações e se comunicar com os discentes para auxiliá-los de forma eficiente. Com o tempo, percebeu que cada estudante tinha um jeito diferente de aprender e que precisava adaptar sua forma de ensinar, oferecendo suporte individualizado via e-mail ou aplicativos de mensagem. Um dos desafios mais marcantes foi ajudar os colegas a diferenciar o diagnóstico médico do diagnóstico de enfermagem, reforçando a autonomia do enfermeiro dentro do processo de enfermagem.

A partir dessas dificuldades, torna-se evidente a necessidade de estratégias institucionais que estimulem a participação discente e a valorização da monitoria. Sugere-se, como alternativa, a integração mais direta da monitoria ao plano pedagógico das disciplinas, com maior divulgação das atividades e incentivo à participação dos alunos — seja por meio de reconhecimento acadêmico, seja pela flexibilização de horários para ampliar o acesso. Além disso, o acompanhamento contínuo dos monitores por docentes orientadores pode contribuir para o manejo adequado das demandas e para a promoção de práticas mais equilibradas entre ensino e apoio estudantil.

De modo geral, a experiência da monitoria em Enfermagem revelou-se altamente produtiva, consolidando-se como ferramenta essencial para o fortalecimento da aprendizagem e da formação docente. Conforme Frison (2016), o êxito dessa prática está na capacidade de “promover aprendizagens ativas, interativas e mediadas”, fortalecendo a integração entre teoria e prática (p. 146).

Dessa forma, a monitoria representa um espaço formativo fundamental, que potencializa o protagonismo discente, aprimora as competências pedagógicas e contribui para a construção de uma prática educativa mais reflexiva, colaborativa e significativa. No campo da Enfermagem, essa vivência se mostra indispensável para o desenvolvimento de profissionais mais seguros, empáticos e comprometidos com a qualidade do cuidado, reafirmando a monitoria como um elo essencial entre o saber acadêmico e o saber prático do cuidado em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência na monitoria acadêmica em Enfermagem revelou-se uma experiência profundamente transformadora, capaz de articular o conhecimento científico, o compromisso ético e a sensibilidade humana em um mesmo processo formativo. Ao analisar e vivenciar essa prática, evidenciou-se que a monitoria transcende o papel de apoio pedagógico, consolidando-se como um espaço de construção coletiva do saber, de fortalecimento do protagonismo discente e de consolidação da identidade profissional do enfermeiro.

Os resultados alcançados demonstram que a atuação do monitor é um exercício de liderança, empatia e corresponsabilidade, no qual ensinar e aprender tornam-se atos indissociáveis. Essa experiência permitiu o desenvolvimento de competências técnicas, pedagógicas e relacionais, essenciais à prática de uma Enfermagem crítica, reflexiva e humanizada. O processo de mediação entre docentes e discentes, permeado por diálogo, escuta e cooperação, reforçou o caráter social e transformador do conhecimento, aproximando a teoria da realidade concreta do cuidado em saúde.

Os desafios enfrentados, como a conciliação de horários, a sobrecarga de demandas e a baixa adesão discente, não se configuraram como obstáculos, mas como oportunidades de amadurecimento e autodescoberta. Eles reafirmaram a necessidade de políticas institucionais de valorização e reconhecimento da monitoria, a fim de ampliar seu potencial formativo e seu impacto na formação profissional.

Dessa forma, conclui-se que a monitoria acadêmica é uma estratégia pedagógica potente e indispensável para a formação integral do enfermeiro, pois integra o saber técnico à dimensão humana do cuidado. Ao unir ensino, prática e reflexão crítica, essa experiência reafirma o papel do estudante como sujeito ativo do próprio aprendizado e agente de transformação social. Ser monitor é, portanto, vivenciar a essência da Enfermagem: cuidar do outro com ciência, sensibilidade e propósito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. Monitoria acadêmica como mediação de ensino-aprendizagem: relato de experiência à luz de Paulo Freire.

Contemporary Journal, v. 5 , n. 9: p. 01-16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV5N9-054>.

ANDRADE *et al.* Contribuição da monitoria acadêmica para o processo ensino-aprendizagem na graduação em enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, 4:1690-8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0736>.

CONCEIÇÃO *et al.* A formação do enfermeiro está alinhada ao contexto contemporâneo e às expectativas das instituições de saúde? Revista da

Enfermagem Atual In Derme v. 98, n.2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31011/reaid-2024>.

PALHETA *et al.* Formação do enfermeiro por meio de metodologias ativas de ensino e aprendizado: influências no exercício profissional.

Interface (Botucatu), n. 24, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/Interface.190368>.

FRISON, L. **Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada.** Pro-Posições, Campinas, v. 27, n. 1 (79), p. 133-153, jan./abr. 2016.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAPÍTULO 12

POSTURA CORPORAL NA INFÂNCIA: ação fisioterapêutica lúdica com estudantes do 3º Ano de Escolas Públicas de Penedo – AL

Claudiane Vitor dos Santos¹
Evyllin Sabrina Ciriaco Marques¹
Woshington Ribeiro Rocha²

1 INTRODUÇÃO

A infância constitui uma fase determinante para o desenvolvimento físico e psicossocial do indivíduo, sendo o período em que se consolidam hábitos e padrões posturais que tendem a se manter ao longo da vida. Nessa etapa, o corpo da criança passa por intensas transformações, acompanhadas de adaptações neuromusculares e esqueléticas que exigem atenção quanto à postura corporal. Entretanto, fatores como mobiliário escolar inadequado, excesso de peso das mochilas, posturas incorretas ao sentar-se e o uso prolongado de dispositivos eletrônicos têm contribuído para o surgimento precoce de desvios posturais e desconfortos musculoesqueléticos em escolares.

De acordo com Santos *et al.* (2015), a prevalência de alterações posturais na infância é elevada e tem relação direta com a falta de orientação ergonômica e de programas educativos que abordem o tema de forma contínua. A adoção de hábitos inadequados durante o crescimento pode resultar em sobrecargas articulares e musculares, comprometendo o alinhamento corporal e favorecendo o aparecimento de dores, fadiga e limitações funcionais.

¹ Graduandos do curso de Fisioterapia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professor, Especialista, docente da Faculdade Raimundo Marinho – FRM.

Dessa forma, a promoção da saúde postural desde os primeiros anos escolares torna-se uma estratégia essencial para a prevenção de disfunções e para o estímulo ao autocuidado.

Considerando essa realidade, torna-se necessário refletir sobre o papel da escola e da fisioterapia na formação de hábitos posturais saudáveis desde a infância. Assim, surge a seguinte questão de pesquisa: de que forma as ações fisioterapêuticas lúdicas podem contribuir para a conscientização e correção postural de estudantes do ensino fundamental em escolas públicas de Penedo (AL)? Essa indagação orienta o desenvolvimento do presente projeto e busca compreender o impacto das práticas educativas sobre o comportamento postural infantil.

A fisioterapia, nesse contexto, desempenha papel fundamental ao atuar na avaliação, prevenção e correção de alterações posturais, além de promover a educação em saúde por meio de abordagens dinâmicas e participativas. A utilização de metodologias lúdicas no ambiente escolar, como jogos, dramatizações e atividades interativas, possibilita que as crianças compreendam conceitos básicos de postura de maneira acessível e prazerosa, facilitando a incorporação de novos hábitos. Assim, a inserção de ações fisioterapêuticas em escolas públicas constitui uma forma eficaz de aproximar o conhecimento científico da comunidade, estimulando a consciência corporal e fortalecendo a autonomia dos estudantes sobre seu próprio corpo.

Nesse viés, no município de Penedo (AL), observa-se a necessidade de ampliar o acesso das crianças a orientações sobre saúde postural e práticas preventivas, especialmente nas escolas públicas. Diante disso, o projeto de extensão “Postura corporal na infância: ação fisioterapêutica lúdica com estudantes do 3º Ano de escolas públicas de Penedo - AL” surge como uma iniciativa voltada à promoção da saúde e à valorização da fisioterapia no contexto educacional.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar e analisar a ação educativa desenvolvida por acadêmicos de Fisioterapia junto aos estudantes do 3º ano das Escolas Barão de Penedo, Dom Constantino, Irmã Jolenta e Douglas Apratto, enfatizando a importância da conscientização postural na infância e o papel da fisioterapia na promoção da saúde e qualidade de vida no ambiente escolar.

2. ALTERAÇÕES POSTURAS NA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE

A postura corporal na infância é influenciada por fatores de crescimento e pelo ambiente escolar. Nessa etapa, a criança passa por alterações anatômicas e fisiológicas que exigem adaptação constante do sistema musculoesquelético. Segundo Lemos *et al.* (2013, p. 2178), “a dor lombar em crianças e adolescentes tem sido cada vez mais investigada, visto que pode persistir na vida adulta”. Isso mostra a importância de compreender como o crescimento impacta a postura e, conseqüentemente, a saúde.

Entre 7 e 9 anos, observa-se um crescimento acelerado, acompanhado de mudanças anatômicas que repercutem na postura. Nessa faixa etária, hábitos como o uso de mochilas pesadas e a má postura ao sentar favorecem sobrecargas mecânicas. De acordo com Lemos *et al.* (2013, p. 2179), “o uso de mochilas escolares está entre os fatores de risco para o desenvolvimento de dor lombar em escolares”. Assim, pequenas práticas cotidianas podem se tornar determinantes para a saúde musculoesquelética.

As alterações fisiológicas próprias dessa fase também contribuem para a instabilidade corporal. Crianças apresentam maior mobilidade articular, mas menor estabilidade, o que aumenta a necessidade de controle muscular. Como destacam Lemos *et al.* (2013, p. 2180), “a prevalência de dor lombar aumenta conforme a idade e está associada a fatores como sexo, hábitos de vida e aspectos psicossociais”. Esse dado reforça a idéia de que as mudanças fisiológicas não ocorrem isoladas, mas em interação com outros fatores de risco.

A maturação musculoesquelética desempenha papel essencial na postura infantil. Ossos e músculos não crescem de forma totalmente sincronizada, o que pode gerar desequilíbrios temporários. Para Lemos *et al.* (2013, p. 2182), “a identificação precoce de fatores associados à dor lombar é fundamental para prevenir problemas posturais futuros”. Isso demonstra que acompanhar o desenvolvimento musculoesquelético é uma estratégia eficaz de promoção da saúde.

Por fim, a educação postural se apresenta como elemento indispensável para prevenir alterações durante o crescimento. No ambiente

escolar, medidas simples podem reduzir o risco de dor lombar e desvios posturais. Segundo Lemos *et al.* (2013, p. 2184), “a prevenção da dor lombar em escolares deve incluir programas educativos voltados para hábitos de vida saudáveis”. Assim, a infância torna-se o momento ideal para consolidar comportamentos que garantam equilíbrio postural ao longo da vida.

As alterações posturais em crianças e adolescentes configuram-se como um problema de saúde pública, pois influenciam tanto a saúde musculoesquelética quanto o desempenho escolar. De acordo com (Santos *et al.*, 2023, p. 5), "as modificações posturais na infância e adolescência podem ser determinantes para a saúde musculoesquelética futura". Isso evidencia a necessidade de atenção precoce a esses desvios, já que posturas incorretas podem predispor a dores crônicas, lombalgias e até complicações degenerativas na vida adulta. No âmbito físico, as consequências mais comuns envolvem dores musculares, fadiga e limitações funcionais. Conforme destacam os autores, "a postura inadequada pode causar sobrecarga em músculos e articulações, resultando em dor e desconforto" (Santos *et al.*, 2023, p. 6). Indiretamente, esses efeitos repercutem na auto-estima e reduzem a disposição para a prática de atividades físicas, comprometendo a qualidade de vida.

Quanto ao ambiente escolar, observa-se que o mobiliário inadequado e o tempo prolongado sentado são fatores que intensificam os desvios posturais. Santos *et al.* (2023) apontam que, embora o IMC ainda seja o método mais comum de avaliação, instrumentos como a fotogrametria e a posturografia são mais eficazes na detecção precoce de alterações. Indiretamente, isso demonstra que a falta de monitoramento adequado pode impactar o rendimento escolar, já que dores e desconfortos dificultam a concentração e contribuem para maior absenteísmo.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PAPEL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE ESCOLAR

A saúde escolar configura-se como um campo estratégico para a promoção de hábitos saudáveis, prevenção de doenças e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Nesse contexto, a extensão universitária

desempenha um papel essencial ao aproximar a universidade da comunidade, permitindo que ações educativas e preventivas sejam implementadas no ambiente escolar. Conforme destacam Costa *et al.* (2015), os estudos objetivam descrever e analisar as estratégias educativas desenvolvidas para promover saúde e prevenir doenças, utilizadas por um projeto de extensão universitária, comparando as diversas abordagens usadas com pré-escolares e escolares nos anos de 2011 a 2012, evidenciando a relevância de intervenções extensionistas na formação de hábitos saudáveis desde a infância.

Além disso, compreender a escola como um espaço de formação integral exige o reconhecimento da saúde como parte indissociável do processo educativo. De acordo com Lima e Moreira (2014), a fase escolar é uma época decisiva na construção de hábitos saudáveis, em que a importância dada ao desenvolvimento integral do indivíduo, deve ser considerada de forma multidisciplinar, para possibilitar o desenvolvimento de potencialidades físicas, psíquicas, cognitivas e sociais, integradas ao contexto familiar, comunitário e cultural, ao qual o aluno está inserido.

A extensão universitária é compreendida como uma atividade acadêmica que ultrapassa os muros institucionais e tem como objetivo promover uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade. Conforme define Wagner Feloniuk (2023), o conceito de Extensão Universitária Brasileira foi introduzido a partir de influências internacionais, mas rompendo com o caráter assistencialista inicial, consolidou-se com ideias locais como um dos três pilares fundamentais da universidade brasileira, articulando-se de maneira indissociável com o ensino e a pesquisa.

O documento da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) define que a extensão articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

A extensão universitária desempenha um papel fundamental na aproximação entre a universidade e a comunidade escolar, funcionando como um canal de troca de saberes e experiências. Segundo Nunes (2011), a extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a

universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade.

Essa interação permite que os acadêmicos se envolvam diretamente com as realidades educacionais, contribuindo para a melhoria do ensino e promovendo a formação cidadã. Fernandes *et al.* (2012) destacam que uma das estratégias que a universidade utiliza para a formação de um profissional cidadão é baseada na efetiva relação recíproca do acadêmico com a comunidade. Portanto, a extensão universitária não apenas amplia os horizontes dos estudantes, mas também fortalece a educação básica, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e transformação social.

A saúde escolar é entendida como um campo que integra ações de promoção, prevenção e cuidado à saúde no ambiente educacional, visando ao bem-estar físico e emocional dos estudantes. Segundo Ribeiro (2025), a saúde mental escolar é um campo que se consolida como política pública no Brasil, com a criação da Política Nacional de Atenção Psicossocial a Comunidades Escolares (PNAPCE)

Essa política representa um avanço significativo ao reconhecer a saúde mental como componente essencial da educação, promovendo ações intersetoriais entre saúde e educação. Além disso, o Programa Saúde na Escola (PSE) tem sido uma estratégia importante na implementação de ações de saúde nas escolas, com foco na prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis. Estudos indicam que o PSE tem contribuído para a melhoria dos indicadores de saúde dos estudantes, como a redução de doenças e a promoção de hábitos saudáveis.

As principais demandas da saúde escolar incluem a necessidade de profissionais capacitados, infraestrutura adequada e a integração efetiva entre as políticas de saúde e educação. Assim, é fundamental que as ações de saúde escolar sejam contínuas e adaptadas às realidades locais, garantindo um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes.

A fisioterapia desempenha um papel essencial na promoção da saúde escolar, atuando na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida dos estudantes. Segundo Possetti; Rosso; Cyrino (2023), a promoção da saúde pode ser trabalhada com escolares, integrando a atuação fisioterapeuta-escola.

Além disso, a fisioterapia contribui para a educação postural e o autocuidado, prevenindo problemas musculoesqueléticos comuns entre os jovens. Nesse tocante, estudos indicam que ações educativas como esta contribuem não apenas para a valorização do autocuidado e prevenção de agravos, mas também para a aproximação dos estudantes com os profissionais de saúde.

4 METODOLOGIA

O presente projeto de extensão adotou uma abordagem qualitativa, de caráter educativo e interventivo, voltada à promoção da saúde postural entre estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas do município de Penedo (AL). A metodologia articulou pesquisa bibliográfica e prática extensionista, integrando teoria e ação fisioterapêutica no contexto escolar. Inicialmente, foi realizado um levantamento teórico em bases científicas como SciELO e BVS, além de diretrizes do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica constitui um estudo sistemático de materiais já publicados, que permite a construção de um referencial teórico consistente e o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema investigado.

Em seguida, os acadêmicos de Fisioterapia participaram de encontros formativos conduzidos pelo professor orientador Woshington Ribeiro Rocha, com o objetivo de capacitá-los quanto à comunicação com o público infantil, à aplicação de metodologias participativas e à condução das ações educativas. As atividades práticas foram desenvolvidas em quatro escolas públicas previamente selecionadas (Escola Barão, Escola Dom Constantino, Escola Irmã Jolenta e Escola Douglas), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Penedo (AL). O público-alvo foi composto por alunos de 8 a 9 anos de idade, e todas as intervenções foram planejadas considerando suas características cognitivas e motoras, utilizando linguagem acessível e recursos visuais atrativos.

As estratégias educativas foram conduzidas de forma lúdica e interativa, envolvendo palestras dialogadas com apoio de recursos visuais, o

jogo “Certo ou Errado”, a oficina “Mochila Ideal”, um quiz educativo e uma roda de conversa final. Também foi distribuída uma cartilha ilustrada, elaborada pelos acadêmicos, com orientações sobre hábitos posturais saudáveis a serem compartilhadas com familiares. Por fim, os dados qualitativos referentes à participação e ao engajamento dos alunos foram registrados em relatórios descritivos, favorecendo a análise reflexiva dos resultados e destacando a importância da atuação fisioterapêutica na promoção da saúde escolar.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A ação extensionista desenvolvida permitiu observar a relevância da promoção da saúde postural entre crianças e adolescentes. A participação dos estudantes e professor/coordenador possibilitou a realização de atividades educativas voltadas ao conhecimento e à prática de hábitos posturais adequados, de forma direta e lúdica.

Tabela 1- Equipe técnica participante da ação extensionista

Nome	Vínculo	Função
Woshington Ribeiro Rocha	Docente da FRM	Coordenador do projeto
Angelica Trindade Henrique	Coordenadora de Extensão da FRM	Apoiadora-Avaliadora
Danilo Barbosa Morais	Coordenador do Curso de Fisioterapia da FRM	Apoiador-Avaliadora
Ana Beatriz, Ana Clara, Ana Luiza, Anny Gabrielly, Brenda Silva, Cauã Carlos, Claudiane Santos, Daiane Emili, Emelly Carolline, Emilly Bianca, Emily Kariny, Evellyn Loise, Evellyn Sabrina, Fabiana Santos, Jailton Filho, Jeovanna Lunas, Jéssica Santos, João Carlos, João Gabriell, Kariny Valeska, Keany Santos, Keylla Ranielly, Laís Fernanda, Larissa Santos, Lázaro Nicolau, Leandro Santos, Luciana Luz, Luiz Farias, Luiz Gustavo, Luna Láine, Maick David, Maria Clara, Maria Eduarda, Maria Verônica, Michele Silva, Nayara Stephane, Neildes Victoria, Nycolas Matheus, Rayne Santos, Silvaneido Neto, Vitória Kamille, Wiliane Freitas	Discentes do Curso Superior de Fisioterapia	Extensionistas

Fonte: Autores (2025)

Seguindo esse viés, os resultados evidenciam que intervenções deste tipo têm potencial para reduzir os riscos de alterações posturais, reforçando a importância da prevenção precoce, como indicado por Lemos *et al.* (2013) e Santos *et al.* (2023). A abordagem prática e educativa se mostrou adequada para o público infantil, considerando o estágio crítico de desenvolvimento musculoesquelético e neuromotor em que se encontram as crianças.

A observação das atividades indicou que o estímulo à consciência corporal, por meio de orientações sobre sentar corretamente, distribuir o peso de mochilas e manter a coluna alinhada, contribui para a aquisição de hábitos saudáveis. Essa constatação está em consonância com Ascher (1976) e Hall (2016), que destacam a postura como resultado da interação entre estruturas passivas e ativas do corpo, sendo fundamental para prevenir sobrecargas musculoesqueléticas. Além disso, os dados observacionais reforçam que fatores ambientais, como o mobiliário escolar inadequado e longos períodos em posturas estáticas, influenciam diretamente o surgimento de desvios posturais, corroborando estudos de Noll, Candotti e Vieira (2012) e Souza e Candotti (2010).

A integração entre extensão universitária e saúde no âmbito escolar se mostrou estratégica para sensibilizar crianças, professores e familiares sobre a importância da postura correta. Conforme destacam Costa *et al.* (2015) e Nunes (2011), ações extensionistas proporcionam uma interação transformadora entre universidade e comunidade, fortalecendo a educação em saúde e a formação cidadã. Observou-se, ainda, que atividades práticas, como exercícios posturais e alongamentos supervisionados, são eficazes na conscientização das crianças sobre o próprio corpo, reforçando a função preventiva da fisioterapia, como evidenciado por Kapandji (2007), Pereira *et al.* (2006) e Kisner; Colby (2016). Assim, esses recursos ajudam a desenvolver a musculatura estabilizadora, prevenindo alterações como hipercifose, hiperlordose e escoliose.

Por fim, a discussão dos resultados evidencia que a intervenção extensionista não apenas promoveu o conhecimento sobre postura adequada, mas também fortaleceu a percepção da escola como espaço de promoção da saúde integral. A ação educativa se alinhou às recomendações da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), articulando ensino e prática em benefício da comunidade. A prática observada também confirma o papel preventivo da fisioterapia na infância, prevenindo complicações musculoesqueléticas futuras e promovendo hábitos que contribuem para o desenvolvimento saudável das crianças, corroborando as observações de Milbradt *et al.* (2011), Silva; Pereira (2020) e Penha *et al.* (2005). Assim, a extensão universitária se consolida como ferramenta eficaz na integração

entre educação, saúde e promoção de hábitos posturais corretos desde a infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da saúde postural na infância e adolescência é um desafio crescente para a saúde pública e requer ações educativas contínuas. Sendo assim, a experiência desenvolvida evidencia que, quando realizada de forma participativa e contextualizada, a educação postural contribui para a prevenção de alterações musculoesqueléticas, redução de dores e incentivo a hábitos saudáveis, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e a valorização do autocuidado.

Posto isso, o ambiente escolar se mostra estratégico para a implementação dessas ações, possibilitando a integração entre profissionais de saúde, acadêmicos e comunidade escolar. A participação ativa dos estudantes, aliada a atividades lúdicas e ao diálogo, reforça a adoção de posturas corretas e promove consciência crítica sobre práticas de cuidado, demonstrando que a prevenção e a educação em saúde podem ser significativas e transformadoras desde a infância.

Nesse cenário, a Faculdade Raimundo Marinho (FRM) desempenha papel fundamental ao incentivar projetos de extensão que conectam ensino, pesquisa e extensão. Para além disso, a atuação dos acadêmicos evidencia a importância da universidade como agente de transformação social, fortalecendo hábitos saudáveis e disseminando conhecimento científico de forma acessível. Assim, a experiência contribui para a construção de uma cultura de prevenção, cuidado e bem-estar na comunidade escolar, reafirmando o compromisso da FRM com a saúde e a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ASCHER, C. **Variações de postura da criança**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo v.28, nº105/106, p.91-103,2003 Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbso/a/snFvdv5nSC4CPrFFFpJ5wxQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

COSTA, Deiziane Viana da Silva; BEZERRA, Karine de Castro; ALVES, Naiana Pacífico; FAÇANHA, Mônica Cardoso; EVARISTO, Andressa Coriolano; LUNA, Márcia Cristina da Silva. **Extensão universitária na promoção da saúde infantil: analisando estratégias educativas**. Revista Ciência em Extensão, v. 11, n. 1, p. 25-31, 2015. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/897/0. Acesso em: 16 set. 2025.

FELONIUK, Wagner. **História do conceito de Extensão Universitária: aspectos normativos e políticos da atuação universitária brasileira na sociedade**. InterAção: revista da UFSM, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 278-297, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/88748>. Acesso em: 16 set. 2025.

FERNANDES, Marcelo Costa; SILVA, Lucilane Maria Sales da; MACHADO, Ana Larissa Gomes; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. **Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas**. Educação & Realidade, v. 37, n. 2, p. 465-482, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3993/399360932010.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

GIL, A. C. . **Métodos e técnicas de pesquisa social** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S. J. **Biomecânica básica**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Rio de Janeiro, v.28, nº105/106, p.91-103, 2003. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/rbso/a/snFvdv5nSC4CPrFFFpJ5wxQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

KISNER, C.; COLBY, L. A. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 6. ed. São Paulo: Manole, 2016. Disponível em : <https://share.google/hcRpSQPrGW5HqHdLx>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LEMOS, A. T.; SANTOS, F. R.; MOREIRA, R. B.; MACHADO, D. T.; BRAGA, F. C. C.; GAYA, A. C. A. **Ocorrência de dor lombar e fatores associados em crianças e adolescentes de uma escola privada do sul do Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2177-2185, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2013.v29n11/2177-2185/pt> . Acesso em: 05 set. 2025.

LIMA, Reíza Stéfany de Araújo e; MOREIRA, Nuno Ricardo Tiene Lima. **Fisioterapia preventiva na saúde escolar**. Cadernos Educação, Saúde e Fisioterapia, João Pessoa, Faculdade Maurício de Nassau, 2014. Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/cadernos-educacao-saude-fisioter/article/view/169>. Acesso em: 16 set. 2025.

MILBRADT, R. *et al.* **Curvaturas fisiológicas e patológicas da coluna vertebral: uma revisão**. Revista Brasileira de Ortopedia, v. 46, n. 1, p. 20-27, 2011. <https://www.efdeportes.com/efd182/alteracoes-biomecanicas-da-coluna-vertebral.htm> Acesso em: 05 set. 2025

NOLL, M.; CANDOTTI, C. T.; VIEIRA, A. Prevalência de desvios posturais em escolares do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 125-132, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/11957>. Acesso em: 19 set. 2025.

NUNES, A. L. P. F. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade**. Mal-Estar e Sociedade, v. 4, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011.

Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/download/60/89>. Acesso em: 16 set. 2025.

PENHA PJ, J. C. *et al.* **Postural assessment of girls between 7 and 10 years of age.** Clinics 2005;60:9-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/m93GYrJb65pChZ6jLFj4DqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2025

PEREIRA, A. G. *et al.* **Anatomia funcional da coluna vertebral.** Revista Brasileira de Fisioterapia, v. 10, n. 4, p. 371-378, 2006. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd182/alteracoes-biomecanicas-da-coluna-vertebral.htm> Acesso em: 04 set. 2025.

POSSETTI, Izis Fernanda de Oliveira; ROSSO, Marcelie Priscila de Oliveira; CYRINO, Eliana Goldfarb. **Fisioterapia e a promoção da saúde: uma sistematização de experiência com escolares do 4º ano do ensino fundamental.** Revista Brasileira de Terapias, v. 38, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/17665>. Acesso em: 16 set. 2025.

RIBEIRO, Luiz Paulo. **Saúde mental escolar como política pública: avanços e desafios da Política Nacional de Atenção Psicossocial a Comunidades Escolares.** Cadernos de Educação e Saúde, v. 7, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/6863>. Acesso em: 16 set. 2025.

SANTOS, M. E. S. *et al.* The postural profile of Brazilian children and adolescents and the factors that contribute to postural changes: a literature review. Research, Society and Development, Itabira, v. 12, n. 15, e44412444242, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i15.44442> . Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, F. C.; PEREIRA, L. G. **Impactos da postura inadequada na saúde musculoesquelética.** Revista de Saúde e Pesquisa, v. 13, n. 2, p. 150-

158, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572003000100010>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CAPÍTULO 13

SOPRO DE VIDA: promoção da saúde pulmonar e diagnóstico precoce de doenças respiratórias na comunidade.

Cleverton Araújo Costa¹
Keylla Larissa da Silva Roberto¹
Themise Vecio Higino de Oliveira¹
Luany Lara Vieira Lima Vasconcelos¹
Alisson Felipe Estácio de Castro¹
Lynda Hevelyn Costa Santos¹
Karen Gabrielly Brito Ramos¹
Anny Vitória Cardoso Souza¹
Criza Santana Pereira Santos Balbino¹
Ellen Rayane Monteiro dos Santos¹
Kelly Vitória Feitosa Barbosa¹
Danilo Barbosa Morais²

1 INTRODUÇÃO

A espirometria é uma ferramenta essencial na prática clínica para avaliação da ventilação pulmonar, diagnóstico de doenças restritivas e obstrutivas, e também para comprovar a eficácia de tratamentos terapêuticos. O exame mede a capacidade pulmonar de um indivíduo durante a inspiração e expiração, o que permite avaliar a saúde dos pulmões. Segundo Pereira (2002), a espirometria é o exame mais comum e acessível para avaliação da função pulmonar, sendo amplamente utilizado tanto na prática clínica quanto na pesquisa.

Esse exame é capaz de detectar doenças respiratórias obstrutivas em indivíduos que apresenta sintomas como falta de ar, tosse, produção de secreção ou que possuem histórico de exposição a fatores de risco como, tabagismo, o fogão a lenha, vapores ou poeiras (Fernandes *et al*, 2023).

¹ Graduandos do curso de Fisioterapia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professor, Mestre, docente da Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: prof.danilobarbosa@frm.edu.br

Para esse procedimento, é utilizado um aparelho denominado espirômetro, equipamento formado por um bocal e monitor. É usado um clipe nasal para evitar a saída de ar pelas narinas. De acordo com Costa, Mourão e Lima (2006), o uso do clipe nasal durante a espirometria não altera significativamente os resultados dos parâmetros espirométricos, embora possa haver uma elevação média no VEF₁. Para a realização do exame, o paciente deve estar sentado e inspirar e expirar por meio de um tubo bucal conectado ao espirômetro, de acordo com os comandos de voz do fisioterapeuta ou médico que realiza o procedimento. Para o registro da espirometria, o paciente respira normalmente em volume corrente; em seguida, realiza-se uma inspiração máxima, seguida de expiração forçada e completa, com uma inspiração vigorosa final.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), (2020) declarou pandêmica a infecção por vírus SARS-Co-V2, como também expôs que doenças respiratórias (asma e DPOC, as mais prevalentes) representa uma carga significativa para os serviços de saúde; os pacientes que sobrevivem à essas doenças de forma grave, geralmente apresentam complicações pulmonares a longo prazo. Portanto, o diagnóstico precoce é importante para que recebam o tratamento correto.

A espirometria é um dos instrumentos de baixo custo e fundamental nesses casos de doenças respiratórias crônicas; essa implantação com o auxílio telemedicina mostrou-se efetiva em diversos cenários clínicos no Brasil (Centro de Telessaúde do Hospital das Clínicas; RESPIRANET) e no exterior; com laudos do exame realizados a distância. Assim como também mostra o estudo do artigo feito em Portugal, com o título: Efetividade de uma rede de Espirometria no diagnóstico da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica nos cuidados de saúde primária, de Maria Inês Frisio Ramos da Cruz. A pesquisa avaliou 1404 espirometrias realizadas entre março de 2009 e abril de 2010 em seis centros de saúde. (Cruz, 2012)

A asma é uma doença inflamatória crônica das vias aéreas, caracterizada por hiperresponsividade brônquica, obstrução variável do fluxo aéreo e sintomas recorrentes como dispneia, sibilância, aperto no peito e tosse, especialmente à noite ou nas primeiras horas da manhã (Gina, 2024). A prevalência da asma tem aumentado nas últimas décadas, principalmente

em áreas urbanas, possivelmente devido à exposição a poluentes ambientais, mudanças no estilo de vida e fatores genéticos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, estima-se que mais de 262 milhões de pessoas foram afetadas pela asma em 2019, resultando em aproximadamente 455 mil mortes (WHO, 2020).

O diagnóstico da DPOC começa com a suspeita clínica, quando o paciente se queixa de dispnea aos esforços ou em repouso, tosse crônica seca ou produtiva associado a um fator de risco que, neste caso, o tabagismo é o principal (Burkhardt, Pankow, 2014). Essas informações podem ser coletadas fazendo uma história detalhada, que devem incluir questionamentos como: atendentes, pessoais e familiares, história da doença atual e seu impacto na vida do paciente, presença de comorbidades e exposição a fatores de risco (Gold, 2020).

Onishi *et al.*, (2017), retrata que a DPOC é baseada principalmente nos sintomas apresentados pelos pacientes, que podem incluir tosse com ou sem escarro, sibilos e dispneia acentuada, sendo importante a realização da espirometria para uma análise clínica abrangente. Vários pesquisadores também observaram que distúrbios cardíacos e vasculares crônicos, assim como a tuberculose, são comuns em pacientes com DPOC, possivelmente devido a fatores de risco compartilhados (Roversi *et al.*, 2016).

O exame de espirometria justifica-se como uma abordagem de ampliar o acesso a espirometria e mostrar a importância do exame, visto que ainda há um grande desconhecimento da população sobre a espirometria, sendo importante citar também a falta de acesso ao exame, o que poderia contribuir para a diminuição de diversas doenças respiratórias. A necessidade de ampliar o acesso e a conscientização sobre a importância desse exame em diferentes contextos de saúde, é fundamental na identificação precoce de condições como asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e fibrose pulmonar, permitindo intervenções terapêuticas mais eficazes.

Este estudo tem como objetivo analisar a importância da espirometria como método diagnóstico essencial para a avaliação da função pulmonar, destacando sua aplicação na detecção, monitoramento e prognóstico de doenças respiratórias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento expressivo da população idosa nos países em desenvolvimento. No Brasil, estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) apontam que até 2070 cerca de 37,8% da população será composta por idosos, totalizando mais de 75,3 milhões de pessoas. Esse cenário acarreta desafios substanciais para os setores de saúde, economia e políticas públicas, exigindo atenção especial às necessidades desse grupo etário. Dentre essas necessidades, destaca-se a atenção às doenças respiratórias, que têm se tornado mais frequentes devido à exposição prolongada a contaminantes ambientais como poeira, fungos e condições de higiene precárias.

As variações climáticas no Brasil, especialmente os períodos de seca intensa e chuvas fortes, influenciam diretamente na qualidade do ar, contribuindo para o surgimento de doenças respiratórias. De acordo com Cruz *et al.* (2019), a alteração das condições atmosféricas, aliada à presença de poluentes, tem impacto direto nas funções respiratória e cardiovascular da população. Durante os períodos de seca, há aumento da poeira no ar, o que irrita as vias aéreas; já nas estações chuvosas, a umidade favorece a proliferação de fungos e bactérias, elevando o risco de infecções respiratórias.

Nesse contexto, a espirometria surge como um exame clínico essencial para a avaliação da função pulmonar. Segundo Pimenta (2023), esse teste mede o volume e o fluxo de ar expirado, permitindo verificar a capacidade respiratória de um indivíduo. Os principais parâmetros analisados incluem o volume expiratório forçado (VEF1) e a capacidade vital forçada (CVF), os quais auxiliam na identificação de distúrbios ventilatórios.

Antunes *et al.* (2019) destacam que o pico de fluxo expiratório (PEE), medido durante a manobra expiratória máxima, é um importante indicador da função pulmonar, especialmente na detecção de obstruções das vias aéreas. Valores reduzidos de CVF podem sugerir patologias como doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), fibrose pulmonar ou outras condições que comprometem a ventilação pulmonar. A realização adequada do exame depende da colaboração do paciente, que deve seguir corretamente as instruções para garantir a precisão dos dados.

A espirometria tem se consolidado como ferramenta indispensável não apenas para o diagnóstico, mas também para o acompanhamento da progressão de doenças respiratórias, como bronquiectasias e enfermidades de origem ocupacional, intersticial ou vascular. Conforme observado por Kairalla *et al.* (2023), o aumento na indicação desse exame reflete o reconhecimento crescente, por parte dos profissionais de saúde, da importância da avaliação funcional pulmonar em diversos contextos clínicos.

Além de possibilitar diagnósticos mais precisos, a espirometria também permite monitorar a evolução da condição do paciente e a eficácia dos tratamentos empregados. A detecção precoce de alterações pulmonares é fundamental para evitar o agravamento de doenças respiratórias, conforme enfatizado por Morsch (2022), que ressalta a relevância da prova broncodilatadora na diferenciação entre asma e DPOC. Esse procedimento envolve a administração de um broncodilatador durante o exame, permitindo avaliar se há melhora nos parâmetros respiratórios, o que indica a reversibilidade da obstrução.

No caso da asma, Mancuzo *et al.* (2020) explicam que se trata de uma condição caracterizada por inflamação crônica das vias aéreas e episódios reversíveis de broncoconstrição. Esses episódios podem ser desencadeados por agentes infecciosos, alérgenos e poluentes, sendo comuns sintomas como dispneia, sibilância, tosse e sensação de opressão torácica. Por ser uma doença multifatorial, com componentes genéticos e ambientais, a asma requer um manejo cuidadoso e personalizado.

No cenário da pandemia de COVID-19, Scolari *et al.* (2024) destacam a Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo (SDRA) como uma das complicações pulmonares mais graves associadas à infecção. A espirometria é essencial para avaliar os possíveis danos pulmonares pós-COVID-19, uma vez que muitos pacientes recuperados não realizam exames de seguimento. Por sua vez, Eduardo *et al.* (2020) apontam que atrasos no diagnóstico e tratamento de doenças como a tuberculose estão ligados a fatores socioculturais e estruturais, o que agrava o quadro pulmonar e favorece a disseminação da doença.

O conceito de fragilidade em idosos, conforme descrito por Christofolletti *et al.* (2023), envolve uma redução na reserva fisiológica e

maior vulnerabilidade a eventos adversos, como hospitalizações e perda de autonomia. A avaliação respiratória por meio da espirometria torna-se ainda mais relevante nesse grupo, pois ajuda na prevenção de complicações e na manutenção da qualidade de vida.

Corroborando essa importância, Corrêia *et al.* (2023) mencionam que, embora a espirometria seja um exame simples, sua efetividade depende da qualificação dos profissionais, da tecnologia disponível e do engajamento da população. No público pediátrico, Marostica *et al.* (2020) afirmam que a espirometria pode ser aplicada a partir dos 3 a 6 anos, desde que sejam utilizadas estratégias adequadas à faixa etária e à compreensão da criança.

Entre os parâmetros mais relevantes avaliados estão o VEF1 e a CVF, cuja interpretação deve levar em consideração variáveis como idade, sexo, estatura e etnia, conforme Goldin e Edwards (2024). Já Suzuki *et al.* (2020) reforçam que, no contexto pediátrico, a espirometria é um dos principais recursos para o diagnóstico de patologias respiratórias, desde que realizada com técnicas apropriadas à idade.

A espirometria também apresenta aplicações no esporte. De acordo com Lemes, Cunha *et al.* (2023), o bom desempenho atlético está intimamente relacionado à eficiência respiratória, especialmente em atividades que exigem alta demanda de oxigênio. A espirometria de incentivo, nesse contexto, é utilizada como ferramenta fisioterapêutica para estimular respirações profundas, promovendo a expansão pulmonar, a melhora da ventilação e o fortalecimento da musculatura respiratória.

Por fim, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), conforme relatado por Coutinho *et al.* (2024), tem contribuído para a padronização das práticas clínicas relacionadas à espirometria. A adoção de valores de referência específicos para a população brasileira é crucial para garantir a acurácia e a comparabilidade dos resultados, o que potencializa a utilidade do exame no diagnóstico e monitoramento das doenças respiratórias.

3 METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma pesquisa descritiva, observacional, de delineamento transversal, realizada nas dependências da

Faculdade Raimundo Marinho de Penedo (FRM) e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Santo Antônio, ambos localizados em Penedo – AL. A abordagem descritiva visa registrar e analisar as características da função pulmonar dos participantes, permitindo uma compreensão aprofundada sobre o estado respiratório da população avaliada. Por ser observacional, o estudo não interfere nos cuidados prestados aos pacientes, restringindo-se à observação e registro das condições existentes.

O delineamento transversal permite a coleta de dados em um único ponto no tempo, sendo apropriado para a avaliação pontual da função pulmonar de pacientes internos e externos por meio da espirometria, seguindo protocolos padronizados que garantem a confiabilidade dos resultados (Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – SBPT, 2022).

A quantidade de participantes e a faixa etária foram definidas ao longo do processo de coleta, conforme os critérios de inclusão e disponibilidade dos voluntários. Os exames de espirometria foram realizados em parceria com a Rede de Telessaúde de Minas Gerais, responsável pela análise e emissão dos laudos, o que assegura maior precisão e confiabilidade diagnóstica.

Cenário do Projeto de Extensão

Para a execução do projeto, foram definidos dois locais para a realização dos exames de espirometria: o laboratório de fisioterapia da FRM e uma sala reservada no CRAS Santo Antônio de Penedo – AL. A ação foi conduzida pelos alunos do 5º período do curso de Fisioterapia da FRM, sob orientação do professor Danilo Barbosa. Os atendimentos foram organizados em diferentes momentos da semana, conforme cronograma previamente estabelecido.

A espirometria foi aplicada com o objetivo de avaliar a função pulmonar e acompanhar a saúde respiratória de indivíduos selecionados de acordo com os critérios de inclusão, proporcionando suporte clínico e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

A organização do atendimento foi pensada para garantir acolhimento e conforto, com uma sala de espera disponível até o momento da consulta. No CRAS, as atividades ocorreram em ambiente apropriado, preservando a privacidade dos pacientes. Na FRM, os exames foram realizados no

laboratório de fisioterapia, espaço preparado especificamente para a condução dos procedimentos.

Inicialmente, foram aferidos parâmetros vitais como pressão arterial (PA), frequência cardíaca (FC), saturação de oxigênio (SpO₂), peso e altura. Em seguida, procedeu-se à demonstração do exame, com orientações claras sobre a correta execução da técnica. Após a explicação, foi realizado o preenchimento da ficha de anamnese, contendo dados clínicos relevantes para a segurança e qualidade do procedimento.

Durante a realização da espirometria, observou-se que parte dos pacientes realizou o exame de maneira satisfatória, enquanto outros apresentaram dificuldades, exigindo atenção redobrada da equipe. Ainda assim, a atividade foi concluída com êxito, evidenciando o planejamento adequado e o comprometimento de todos os envolvidos.

A ação não apenas contribuiu para a melhoria da saúde respiratória da comunidade, como também proporcionou aos alunos uma valiosa vivência prática, fortalecendo habilidades clínicas, comunicacionais e sociais essenciais à atuação fisioterapêutica. Destacou-se ainda a importância do acolhimento, da empatia e da comunicação eficiente no contexto do atendimento em saúde.

A iniciativa reforça o papel da Fisioterapia na promoção e prevenção da saúde respiratória, possibilitando a detecção precoce de alterações pulmonares e o devido encaminhamento clínico. Ademais, fortaleceu os vínculos entre a instituição de ensino e a comunidade, promovendo a conscientização sobre cuidados respiratórios.

A receptividade da população foi um diferencial importante, refletindo-se na colaboração ativa dos participantes e no êxito das atividades. Diante dos resultados positivos, vislumbra-se a possibilidade de expansão da ação, incorporando atividades educativas e novos exames, fortalecendo o compromisso social da instituição e incentivando novas parcerias que integrem o saber acadêmico à prática comunitária.

Capacitação Prática em Espirometria: Experiência e Aprendizado

A capacitação prática proporcionou uma experiência enriquecedora, permitindo a compreensão aplicada dos procedimentos de espirometria e da

sua importância na avaliação da função pulmonar. Durante a atividade, os alunos tiveram contato com os principais parâmetros avaliados, como o volume expiratório forçado no primeiro segundo (VEF1) e a capacidade vital forçada (CVF).

Foi ressaltada a necessidade de uma orientação precisa ao paciente, a fim de garantir a confiabilidade dos resultados. Também foi possível identificar padrões respiratórios indicativos de doenças pulmonares, como os associados à obstrução característica da asma e da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC).

O momento foi marcado por trocas de conhecimento e esclarecimentos de dúvidas junto aos docentes e colegas, configurando-se como uma etapa fundamental para o desempenho eficaz durante a ação de extensão.

Crítérios de Inclusão e Exclusão

Para a realização da espirometria, foram estabelecidos critérios específicos de inclusão e exclusão. Foram incluídos indivíduos que necessitem avaliar a função pulmonar ou monitorar condições respiratórias, tais como pacientes com sintomas respiratórios persistentes, fumantes e pacientes ambulatoriais.

Foram excluídos aqueles com condições clínicas que possam comprometer a realização precisa do exame, como portadores de apneia do sono, pneumotórax, infecções respiratórias agudas ou qualquer impedimento relevante (Pereira; Sato; Rodrigues, 2007).

Coleta de Dados

Antes da realização da espirometria, foi aplicado um questionário estruturado aos participantes, com o objetivo de coletar informações sobre sintomas respiratórios, histórico de tabagismo, doenças pré-existentes e outros fatores relevantes ao diagnóstico.

Em seguida, foi realizado o exame de espirometria, que avalia a função pulmonar por meio da medição da quantidade e velocidade do ar inspirado e expirado. O procedimento seguiu protocolos padronizados,

conforme as diretrizes de entidades reconhecidas na área de pneumologia, garantindo a padronização, precisão e reprodutibilidade dos dados obtidos.

Procedimentos

O exame foi realizado em um ambiente controlado, minimizando interferências externas. Os participantes foram previamente orientados sobre os cuidados necessários antes do teste, como evitar fumar, consumir cafeína ou realizar atividades físicas intensas, garantindo a precisão das medições. A sequência metodológica do exame foi a seguinte:

Preparação do paciente: O paciente será posicionado adequadamente e instruído sobre o procedimento. Um clipe nasal será utilizado para impedir a saída de ar pelo nariz.

Execução do teste: O paciente será orientado a inspirar profundamente e expirar com força e rapidez através de um bocal conectado ao espirômetro. O teste será repetido algumas vezes para garantir a reprodutibilidade dos resultados.

Avaliação com broncodilatador: Em casos específicos, a espirometria será realizada em duas etapas: antes e após a administração de um broncodilatador inalatório. Esse procedimento permitirá avaliar a resposta do paciente ao medicamento, contribuindo para o diagnóstico de doenças como asma e Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC).

Parâmetros analisados no teste

A espirometria é um exame fundamental para a avaliação da função pulmonar, permitindo diagnosticar e monitorar doenças respiratórias. Para isso, são analisados diversos parâmetros, conforme diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT, 2022) e literatura especializada na área.

Capacidade Vital Forçada (CVF): Refere-se ao volume total de ar que o paciente pode expirar forçadamente após uma inspiração máxima. Esse parâmetro é essencial para avaliar a capacidade pulmonar e possíveis restrições respiratórias (PEREIRA et al., 2007)

Volume Expiratório Forçado no Primeiro Segundo (VEF1): Mede o volume de ar que o paciente consegue expirar no primeiro segundo de uma

expiração forçada. Esse dado é utilizado para avaliar o grau de obstrução das vias aéreas e diagnosticar doenças como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e a asma (SBPT, 2022)

Relação VEF1/CVF: Representa a porcentagem da CVF expirada no primeiro segundo. Essa relação é utilizada para diferenciar padrões obstrutivos e restritivos. Valores abaixo do normal indicam obstrução das vias aéreas (PEREIRA et al., 2007)

Fluxo Expiratório Forçado entre 25% e 75% da CVF (FEF25-75%): Mede o fluxo médio de ar durante a expiração forçada entre 25% e 75% da CVF. Esse parâmetro é útil para detectar obstruções em pequenas vias aéreas e alterações precoces na função pulmonar (GOMES et al., 2021)

Pico de Fluxo Expiratório (PFE): Representa a velocidade máxima do fluxo expiratório durante a expiração forçada. É utilizado para avaliar a obstrução das vias aéreas superiores e a força dos músculos respiratórios (SBPT, 2022).

A interpretação desses parâmetros é essencial para um diagnóstico preciso, permitindo diferenciar padrões normais, restritivos e obstrutivos na função pulmonar (Pereira et al., 2007).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A avaliação da função pulmonar foi realizada em uma amostra de 111 pacientes, por meio da espirometria, revelando que uma proporção significativa dos indivíduos examinados apresentou algum grau de alteração respiratória, mesmo na ausência de diagnóstico clínico prévio de doença pulmonar.

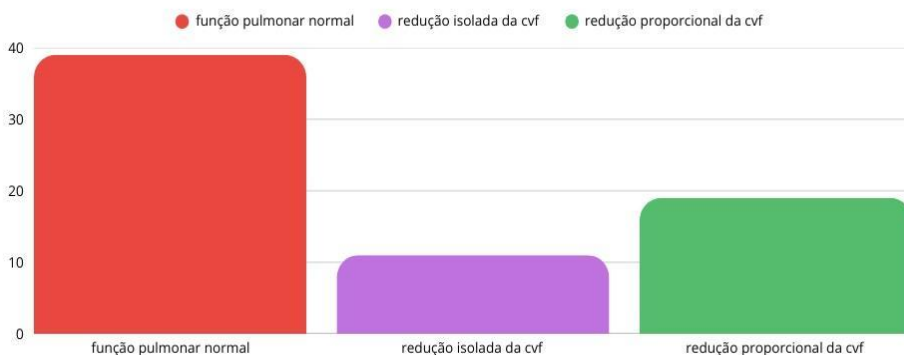
Dos pacientes avaliados, 39 (aproximadamente 35,1%) apresentaram parâmetros espirométricos dentro da faixa considerada normal. Observou-se que a maioria destes indivíduos não possuía histórico de tabagismo, o que sugere uma associação relevante entre a ausência do uso de tabaco e a preservação da função pulmonar. Apenas oito pacientes com resultados normais relataram uso atual ou anterior de produtos derivados do tabaco.

Em contrapartida, 49 pacientes (44,1%) apresentaram alterações significativas nos exames espirométricos, sendo predominantes os padrões

restritivos sem resposta ao broncodilatador. Destaca-se um subgrupo composto por 11 indivíduos (22,4%) que apresentou redução isolada da capacidade vital forçada (CVF), sem melhora após a administração de broncodilatadores — característica compatível com alterações do tipo restritivo. Esse padrão foi frequentemente identificado em pacientes com histórico de tabagismo, incluindo ex- fumantes.

Adicionalmente, 19 pacientes (38,8%) apresentaram redução proporcional da CVF sem resposta à medicação broncodilatadora. Embora este grupo incluía tanto fumantes quanto não fumantes, observou-se uma prevalência expressiva de usuários de tabaco, reforçando a evidência dos impactos deletérios do cigarro sobre o sistema respiratório (ver Gráfico 1).

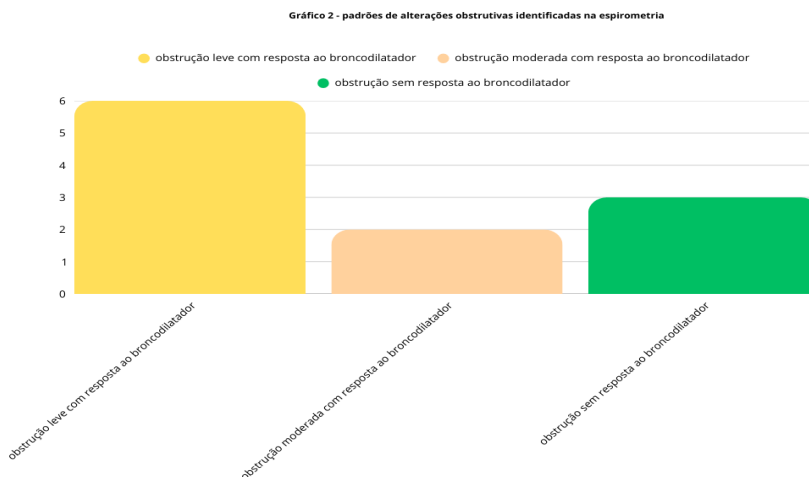
Gráfico 1 - distribuição dos padrões espirométricos em pacientes submetidos à avaliação pulmonar



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No segundo gráfico, foram identificados seis pacientes (10,34%) com padrão ventilatório obstrutivo leve e resposta significativa ao broncodilatador, um achado sugestivo de condições como asma brônquica ou estágios iniciais da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Tais alterações foram observadas tanto em indivíduos com histórico de tabagismo quanto naqueles sem exposição conhecida ao tabaco, indicando que outros fatores ambientais ou predisposições genéticas também podem estar associados a esse perfil funcional.

Além disso, 5 pacientes (4,5%) apresentaram padrão de obstrução ventilatória moderada. Dentre esses, 2 demonstraram resposta positiva ao broncodilatador, enquanto 3 não apresentou melhora significativa, configurando um caso de obstrução fixa, frequentemente relacionado a quadros mais avançados de comprometimento pulmonar, em especial, entre pacientes com exposição prolongada ao fumo.



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em relação à resposta ao broncodilatador, 10 participantes (9,0%) apresentaram melhora significativa nos parâmetros espirométricos após a administração do medicamento, indicando presença de reversibilidade nas alterações funcionais pulmonares observadas, um achado compatível com doenças de padrão obstrutivo reversível, como a asma.

Por outro lado, 30 pacientes (27%) apresentaram padrão ventilatório restritivo, seja por redução isolada ou proporcional da capacidade vital forçada (CVF), sem resposta ao broncodilatador. Essa ausência de reversibilidade sugere alterações de natureza mais permanente e estrutural, frequentemente relacionadas a condições crônicas, sequelas anatômicas ou comprometimentos pulmonares residuais.

Ao analisar o histórico tabágico dos indivíduos avaliados, observou-se que 28 dos 111 participantes relataram consumo atual ou anterior de tabaco. Dentre esses, apenas 8 (28,6%) apresentaram função pulmonar preservada, enquanto os demais 20 (71,4%) exibiram algum grau de alteração funcional. Em contraste, entre os 82 indivíduos não fumantes, 31 (37,8%) tiveram resultados espirométricos normais, enquanto 51 (62,2%) apresentaram algum tipo de comprometimento respiratório.

Esses dados reforçam uma associação relevante entre o tabagismo e a redução da função pulmonar, evidenciando que a proporção de alterações espirométricas entre fumantes foi maior em comparação aos não fumantes. Esse achado destaca o impacto negativo do cigarro sobre a saúde respiratória, mesmo entre indivíduos que não apresentam sintomas clínicos evidentes.

O Gráfico 3 evidencia que 25 pacientes (22,%) relataram infecção prévia por COVID-

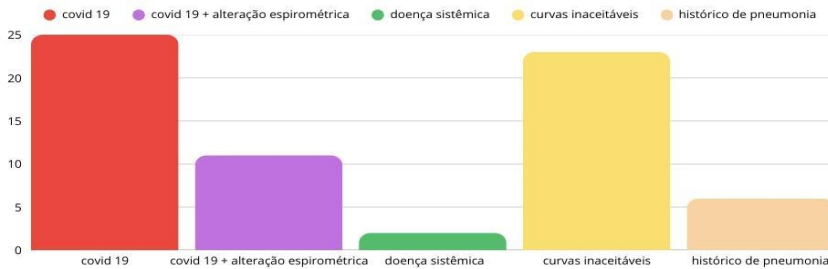
19. Dentre esses, 11 participantes apresentaram alterações na função pulmonar detectadas pelos exames espirométricos, levantando a hipótese de potenciais repercussões respiratórias persistentes relacionadas à infecção pelo SARS-CoV-2, mesmo após a resolução do quadro agudo.

Dentre os casos avaliados, quatro pacientes foram classificados como portadores de doença sistêmica, observou-se que 2 apresentaram alterações funcionais, sugerindo um grau de comprometimento respiratório secundário a condições clínicas complexas e dois indivíduos exibiram parâmetros dentro da normalidade.

Em outros 23 casos, não foi possível obter curvas espirométricas tecnicamente aceitáveis, evidenciando a importância de uma execução correta e colaborativa do exame para a confiabilidade dos resultados. Além disso, 6 pacientes relataram histórico de pneumonia prévia, 14 pacientes referiram diagnóstico de asma, condição que pode influenciar diretamente os parâmetros ventilatórios. Por fim, 4 participantes mencionaram doenças cardíacas.

Esses achados sugerem que o histórico de COVID-19 pode estar associado a alterações funcionais respiratórias persistentes, e reforçam a necessidade de avaliação pulmonar sistemática em indivíduos com queixas respiratórias após infecção pelo novo coronavírus.

Gráfico 3 - impactos de condições clínicas na espirometria



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em síntese, os dados obtidos sugerem uma associação significativa entre o comprometimento da função pulmonar e o tabagismo, além de indicarem possíveis repercussões funcionais decorrentes da infecção por COVID-19. Pacientes com histórico de tabagismo apresentaram, com maior frequência, alterações espirométricas relevantes, especialmente o padrão restritivo sem resposta ao broncodilatador, o que pode refletir danos irreversíveis ao parênquima pulmonar. Observou-se também que, embora parte dos pacientes tenha apresentado resposta positiva ao broncodilatador, indicando reversibilidade parcial do quadro funcional, outro grupo não demonstrou melhora, sugerindo que as alterações respiratórias observadas são, em muitos casos, complexas e multifatoriais, exigindo avaliação clínica individualizada e abordagem terapêutica personalizada.

Além disso, os achados reforçam que a infecção por COVID-19 pode estar associada a sequelas respiratórias persistentes, mesmo em pacientes sem histórico de doenças pulmonares prévias. A detecção de alterações funcionais em indivíduos assintomáticos ou sem diagnóstico clínico prévio de enfermidade pulmonar destaca a importância da espirometria como ferramenta de rastreio precoce, possibilitando intervenções oportunas que podem prevenir a evolução de condições mais graves, como a DPOC ou a fibrose pulmonar.

Por fim, a Tabela 1 apresenta de forma sistematizada os principais dados referentes aos exames espirométricos realizados em 111 pacientes,

facilitando a análise quantitativa e qualitativa dos achados, e contribuindo para a interpretação clínica dos resultados obtidos no âmbito do projeto de extensão.

Tabela 1: Dados dos exames de espirometria, n:58 (2025)

CATEGORIA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Total de pacientes	111	100%
Exames normais	39	35,1%
Exames alterados	49	44,1%
Redução da CVF (isolada + proporcional)	30	61,2%
Distúrbios obstrutivo (leve e moderado)	11	14,85%
Tabagista/ Ex-tabagista	28	25,2%
Alterações entre tabagista/ ex-tabagista	20	71,4%
Não fumantes	82	73,9%
Alterações entre não fumantes	51	62,2%
Histórico de COVID-19	25	22%
Alterações entre pacientes com COVID-19	11	44%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A associação identificada entre o tabagismo e o comprometimento da função pulmonar reforça a urgência de fortalecer programas de prevenção e controle do uso do tabaco. O abandono do hábito tabágico permanece como uma estratégia fundamental na preservação da saúde respiratória e na redução do risco de doenças pulmonares crônicas, como a DPOC e a fibrose pulmonar.

Paralelamente, os resultados também sugerem a necessidade de investigações adicionais sobre os efeitos da infecção por COVID-19 na função pulmonar, uma vez que foram observadas alterações em indivíduos com histórico da doença, mesmo na ausência de diagnóstico pulmonar prévio.

Tais achados evidenciam a importância de compreender os mecanismos fisiopatológicos pós-COVID-19 e de desenvolver estratégias terapêuticas específicas para mitigar possíveis sequelas respiratórias.

Dessa forma, o presente estudo destaca a relevância da avaliação sistemática da função pulmonar, especialmente em pacientes com histórico de tabagismo ou infecção por COVID-19. A detecção precoce de alterações ventilatórias pode viabilizar intervenções terapêuticas oportunas, contribuindo para prevenir a progressão de doenças pulmonares e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Por fim, a adoção de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo fisioterapeutas, pneumologistas e demais profissionais da saúde, mostra-se essencial para o manejo adequado e humanizado desses indivíduos, reforçando o papel da atenção integrada e contínua na promoção da saúde respiratória da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou-se uma iniciativa de grande relevância, tanto para a comunidade atendida quanto para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos. Por meio da realização dos exames de espirometria e da coleta de dados clínicos, foi possível avaliar a função pulmonar dos participantes, contribuindo significativamente para a detecção precoce de alterações respiratórias.

Os resultados demonstram que os objetivos propostos foram plenamente alcançados, destacando o papel fundamental da fisioterapia nos cuidados básicos de saúde, especialmente nas ações de prevenção e promoção da saúde respiratória. O projeto reforçou ainda a importância da espirometria como ferramenta essencial para o diagnóstico e o monitoramento de doenças pulmonares.

Dentre os principais achados, observou-se que mais da metade dos participantes apresentou alterações na função pulmonar, com destaque para os padrões restritivos e obstrutivos. A presença dessas alterações em indivíduos com histórico de tabagismo e infecção prévia por COVID-19

reforça a necessidade de avaliações respiratórias periódicas, especialmente no âmbito da atenção primária.

Além dos benefícios clínicos e diagnósticos, o projeto proporcionou aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades práticas, aprimorar a comunicação, exercitar a escuta ativa e compreender a importância de um cuidado pautado na ética e na humanização. A interação com a comunidade, marcada pela receptividade e participação ativa, fortaleceu o vínculo entre a faculdade e os moradores locais, promovendo um ambiente de confiança e colaboração mútua.

Diante dos resultados alcançados, constata-se que o estudo contribuiu de maneira expressiva para a integração entre ensino, serviço e comunidade, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos da área da saúde. A vivência prática promovida por este projeto de extensão da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo favoreceu a articulação entre teoria e prática, formando profissionais mais conscientes de seu papel social e mais bem preparados para atuar nas diversas áreas da saúde.

Por fim, esta experiência reafirma a importância dos projetos de extensão universitária como ferramentas de transformação social e de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ao mesmo tempo em que proporciona aos estudantes uma formação mais rica, crítica e alinhada às necessidades reais da população.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Leticia Cristina Silva et al. Correlação entre pico de fluxo expiratório e espirometria em pacientes com asma. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 291-297, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/SRWHGcLf...> Acesso em: 07 jun. 2025.

BURKHARDT, Rainer; PANKOW, Wulf. O diagnóstico da doença pulmonar obstrutiva crônica. *Deutsches Ärzteblatt International*, v. 111, n. 49, p. 834–846, 2014. Disponível em: <https://www.aerzteblatt.de/int>. DOI: 10.3238/arztebl.2014.0834. Acesso em: 5 jun. 2025.

CHRISTOFOLETTI, Gustavo et al. Fragilidade em idosos: implicações clínicas e fisiológicas. *Geriatrics & Gerontology*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 120-126, 2023.

CORRÊIA, Antônio Fernando et al. O uso da espirometria na atenção primária à saúde. *Revista Científica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 1-6, 2023.

COSTA, G. M.; MOURÃO E LIMA, J. G.; LOPES, A. J. Espirometria: a influência da postura e do clipe nasal durante a realização da manobra. *Pulmão RJ*, v. 15, n. 3, p. 143–147, 2006. Disponível em: https://www.sopterj.com.br/wp-content/themes/_sopterj_redesign_2017/_revista/2006/n_03/02.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

COUTINHO, Juliana Aparecida et al. Atualização das diretrizes para realização da espirometria segundo a SBPT. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 1- 5, 2024.

CRUZ, Maria Faísc. Efetividade de uma rede de espirometria no diagnóstico da doença pulmonar obstrutiva crônica nos cuidados de saúde primários. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão de Serviços em Saúde) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2012. Disponível em: https://repositorio.biblioteca.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6986/1/master_maria_faisco_cruz.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

CRUZ, Renata Helena et al. Condições climáticas e doenças respiratórias: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 22, p. e190029, 2019.

EDUARDO, Matheus et al. Determinantes do atraso no diagnóstico da tuberculose pulmonar. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 54, p. 3-6, 2020.

FERNANDES, L. P. et al. A abordagem farmacológica da obesidade: uma revisão narrativa. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 18, 2023. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1144>. Acesso em: 30 abr. 2025.

GINA – Global Initiative for Asthma. Global strategy for asthma management and prevention. 2024. Disponível em: <https://ginasthma.org>. Acesso em: 8 jun. 2025.

GLOBAL INITIATIVE FOR CHRONIC OBSTRUCTIVE LUNG DISEASE (GOLD).

Estratégia global para o diagnóstico, tratamento e prevenção da DPOC: relatório 2020. [S.l.]: GOLD, 2020. Disponível em: <https://goldcopd.org/gold-reports/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

GOLDIN, Jonathan; EDWARDS, Lynne. Interpretação da espirometria: da teoria à prática. *Pulmonary Review*, Londres, v. 32, n. 2, p. 1-7, 2024.

GOMES, E. L.; OLIVEIRA, L. B.; SILVA, T. P. Espirometria e a importância dos parâmetros ventilatórios na detecção precoce de doenças pulmonares. *Revista Brasileira de Saúde Funcional*, v. 12, n. 2, p. 75-89, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

KAIRALLA, Rodrigo Abensur et al. Atualização sobre espirometria: fundamentos e novas recomendações. *Pulmão RJ*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 1-7, 2023.

LEMES, Lucas; CUNHA, Mariana et al. A importância da respiração na performance esportiva: o papel da espirometria de incentivo. *Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 2-5, 2023.

MANCUZO, Eliane Viana et al. Atualizações em asma: fisiopatologia e tratamento. *Revista Brasileira de Alergia e Imunologia Clínica*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-4, 2020.

MAROSTICA, Paulo José César et al. Espirometria em crianças e adolescentes: diretrizes práticas. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 96, n. 1, p. 2-6, 2020. ONISHI, K. et al. Gestão total da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) como fator de risco independente para doenças cardiovasculares. *Revista de Cardiologia*, v. 70, n. 2, p. 128- 134, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Palavras de abertura do Diretor-Geral da OMS na coletiva de imprensa sobre a COVID-19 – 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19-11-march-2020>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PEREIRA, C. A. de C. Espirometria. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 2002. Suplemento 45. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/jornaldepneumologia.com.br/pdf/Suple_139_45_11%20Espirometria.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

PEREIRA, C. A. de C.; SATO, T.; RODRIGUES, S. C. Novos valores de referência para espirometria forçada em brasileiros adultos de raça branca. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 33, n. 4, p. 397-406, 2007. Disponível em: <https://www.jornaldepneumologia.com.br/details-suppl/45>. Acesso em: 1 abr. 2025.

PIMENTA, Silvia Paiva. O que é espirometria? Entenda para que serve esse exame. *Portal da Saúde Pulmonar*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.portaldasaudepulmonar.com/espirometria>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ROVERSI, S. et al. Doença pulmonar obstrutiva crônica e doenças cardíacas: uma necessidade urgente de cuidado integrado. *American Journal*

of Respiratory and Critical Care Medicine, v. 194, n. 11, p. 1319-1336, 2016.

SCOLARI, C. et al. Impacto nas funções pulmonar, cardíaca e renal e na qualidade de vida a longo prazo após internação por síndrome do desconforto respiratório agudo por COVID-19. *Revista Médica*, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2024. Disponível em: <https://revistamedicars.com.br/artigo/4567>. Acesso em: 24 maio 2025.

SCOLARI, Fernando Luís et al. Disfunção pulmonar pós-COVID-19: avaliação com espirometria. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 1-3, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA.

Diretrizes. Disponível em: <https://www.sbpt.org.br/portal/diretrizes/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA.

Suplemento – Espirometria. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 45, supl. 11, 2019. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/jornaldepneumologia.com.br/pdf/Suple_139_45_11%20Espirometria.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

SUZUKI, Luciana Azevedo et al. Utilização da espirometria na avaliação da função pulmonar de crianças. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 38, p. e2020035, 2020.

WHO – World Health Organization. Asthma: key facts. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/asthma>. Acesso em: 8 jun. 2025

CAPÍTULO 14

O USO DA LIBRAS PARA AUTISTAS NÃO-VERBAL

Antonia Luiza dos Santos¹
Antonio Francisco dos Santos Ribeiro¹
Bianca Santos Ramos¹
Dayanne Victoria da Silva Feitosa¹
Deborah Lidhiely Vasconcelos Santos Araújo¹
Iasmin Gomes da Silva¹
Izadora Lima da Silva Júlia Silva Macena¹
Mary Carmen Ferreira Santos da Silva¹
Maria Clara Leite Bastos¹
Maria Rosa Araújo Freire Santos Lessa¹
Potira Monteiro de Moura¹
Rafaela Iris Ferreira Silva¹
Samya Farias dos Santos¹
Vivian Bizerra Pereira Santos¹
Aline Karina Barbosa da Silva Lima²

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento marcada por particularidades na comunicação, na interação social e no comportamento. Dentre essas particularidades podem incluir interesses exclusivos, os chamados hiper focos, além das estereotípias, gestos repetitivos que embora pareçam “sem função”, proporcionam autorregulação emocional, expressão de sentimentos e prazer sensorial. Dito isso, afirma-se que “O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é descrito como um distúrbio do neurodesenvolvimento, caracterizado por um repertório de déficits sociais, comunicativos e comportamentais, incluindo interesses restritos, comportamentos repetitivos e estereotipados.” (de Barros Neto; Brunoni; Cysneiros. 2019, p.38).

¹ Acadêmicos em Enfermagem pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM

² Professora Mestre da Faculdade Raimundo Marinho – FRM

Um dos principais desafios vivenciados diariamente por pessoas com TEA está relacionado às barreiras na comunicação. Em autistas não verbais, essa dificuldade pode se manifestar na ausência total da fala ou no uso limitado de algumas palavras, exigindo algumas outras formas de expressões como gestos, expressões faciais, figuras ou o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Nas palavras de Oliveira et. al. (2024 p.3) “Sabe-se que a aquisição e o desenvolvimento da linguagem são primordiais para a vida de uma criança, uma vez que possibilita interações sociais, compreensão, aprendizado e desenvolvimento cognitivo”. Contudo, a maior parte das crianças autistas enfrentam obstáculos para desenvolver essas capacidades. As limitações comunicativas citadas acima afetam diretamente o convívio nos diferentes âmbitos da vida, impactando desde as limitações familiares até a participação em atividades escolares e familiares.

Pessoas com Transtorno do Espectro Autista podem expressar-se de forma emocional, verbal ou gestual por meio de ações que, à primeira vista, parecem imaturas ou pouco usuais, mas que refletem modos singulares de comunicação, o que pode torná-los difíceis de serem interpretados por pessoas neurotípicas. (Oliveira et. al. 2024 p. 3) Nesse entrave de transmitir necessidades, sentimentos e pensamentos e posteriormente não obter êxito, podendo gerar frustrações tanto para a pessoa autista, tanto para aqueles que interagem com ela, resultando, por vezes em isolamento social. Reconhecer e respeitar essas formas singulares de comunicação constitui um passo essencial para a promoção da inclusão e do acolhimento dessas pessoas.

De acordo com de Souza et al., (2023, p.2), afirma-se que “De acordo com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Art. 1º, entende-se como Língua Brasileira de Sinais (Libras) a forma de comunicação e expressão cujo sistema linguístico é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.”. Portanto, nota-se, que diferente das línguas orais que usam sons como meio de comunicação, a libras, por sua vez, utiliza gestos, expressões faciais e movimentos corporais para transmitir informações.

Segundo Orrú (2012, apud RA. Lopes et. al., 2021, p.17), a comunicação é o principal meio de interação entre os seres humanos; entretanto, em alguns quadros patológicos, pessoas

apresentam limitações que comprometem sua eficácia. Nesses casos, a Libras contribui como uma ferramenta relevante para outras deficiências além da surdez ou condições que afetam diretamente a fala, contribuindo para reduzir barreiras sociais e cognitivas que poderiam restringir sua participação na sociedade.

Como citado por Marques et. al., “Estudos nas últimas décadas apresentam indicativos promissores sobre a eficácia das libras na facilitação da comunicação e na ampliação nas interações sociais de crianças autistas.” Nesse contexto, a capacitação de profissionais da educação e de familiares para o ensino da Libras a autistas não verbais revela-se essencial, pois, além de facilitar a comunicação, permite que essas pessoas expressem suas necessidades, desejos e sentimentos de maneira mais efetiva.

Assim, este projeto justifica-se pela urgente sensibilização de ampliar o acesso e o conhecimento sobre a Libras, especialmente no contexto de pessoas autistas não-verbais, para enfrentar as barreiras significativas na comunicação (DIAS; SILVA; MACÊDO, 2025). A formação continuada de professores mostra-se essencial para promover práticas inclusivas, como avaliação adaptada, intervenção especializada, envolvimento familiar e a construção de Planos Educacionais Individualizados (LIMA et al., 2023).

Ademais, políticas públicas recentes vêm ampliando investimentos, capacitação e infraestrutura escolar inclusiva, com destaque para cursos oferecidos pelo MEC via Renafor, especificamente voltados à educação bilíngue de surdos (Libras) (MEC, 2025). Nesse sentido, a utilização da Libras como ferramenta facilitadora não só favorece a comunicação, mas também fortalece a autonomia, autoestima e o bem-estar emocional de crianças com TEA, contribuindo para sua efetiva participação social (DIAS; SILVA; MACÊDO, 2025).

2 OBJETIVOS

O objetivo deste projeto é desenvolver e implementar Pranchas de Comunicação (PECs) destinadas aos profissionais da ACRESC, com o propósito de aprimorar o atendimento prestado a pacientes autistas não verbais, que apresentam dificuldades na comunicação tradicional. A criação

dos cards visa inclusiva e humanizada, oferecer um recurso visual e acessível que facilite a interação entre o profissional e o paciente.

3 DESENVOLVIMENTO

A REALIDADE DE INDIVÍDUOS AUTISTAS NÃO-VERBAIS NA ATUAL SOCIEDADE

De acordo com Lopes-Herrera et al. (2023), as manifestações do Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam-se ainda na infância, podendo serem visualizadas na rotina da criança atípica. Os autores complementam que, além das manifestações do TEA, caracterizadas pelo desenvolvimento atípico e prejudicado, em diferentes proporções, de habilidades sociais e comportamentais, há situações na qual o indivíduo pode apresentar detrimento em sua linguagem receptiva e expressiva, enquadrando-se na condição de Transtorno do Espectro Autista Não-verbal (TEA-NV), dificultando na sua comunicação, mas não a impossibilitando. Ademais, outros pesquisadores explicam que, contemporaneamente, é possível observar precocemente diversos obstáculos no que diz respeito as relações sociais de autistas não-verbais. Portanto, Franzoi *et al.*, (2016, p.4), explica que:

No contexto das interações sociais, as crianças podem não demonstrar e nem compreender expressões emocionais, não buscar ou reagir a interações com o outro por meio do olhar, de gestos, da fala, e de outros recursos, refletindo a limitação da expressão social e afetiva.

De acordo com Andrade e Barcelos (2022), pode-se concluir que as limitações enfrentadas por TEA-NV vão muito além das características físicas e fisiológicas do indivíduo, mas, torna-se, também, um obstáculo ainda mais preocupante para o cenário da atual sociedade, visto que, constantemente falas e ações preconceituosas e estereotipadas são utilizadas para se referir e etiquetar de maneira negativa e odiosa os autistas não-verbais, categorizados como incompletos ou incapazes. Estudos realizados por

Nicoletti *et al.*, (2021), correlaciona tais problemáticas como fatores oriundos da escassez de informações relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, reforçando a ideia de que é evidente a necessidade da promoção e execução de estratégias que estimulem a inclusão e empatia, visando a redução desse prejulgamento de inferioridade construído ao longo dos anos. Sendo assim, Nicoletti *et al.*, (2021, p.119), conclui que:

Dessa forma, conhecer o cenário atual e as políticas públicas disponíveis para os indivíduos com TEA e de suas famílias é necessário, para que a sociedade tenha contato com o assunto e se torne participativa no desenvolvimento de ferramentas para a implementação de medidas que facilitem o cuidado e a inclusão de pessoas com TEA.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NA INTERAÇÃO COM AUTISTAS NÃO-VERBAIS

Embasando-se nas restrições presentes na comunicação do autista não-verbal, a implantação de medidas que permitam o estabelecimento de uma comunicação eficaz com esses indivíduos é entendida, por estudiosos, como algo necessário. De acordo com Arriens (2005), a linguagem corporal, predominante da Libras, é um fator que permite validar as manifestações de emoções e desejos do indivíduo já que, o autor, afirma tratar-se de gestos que correspondem, em suma, a uma percepção coletiva de significados. Ademais, outros autores pontuam a relevância da Libras, dessa forma, para Dizeu e Caporali (2005 apud Ramos *et al.*, (2017), a escassez da fomentação de condições que possibilitem o acesso a linguagem é uma problemática existente na sociedade que acentua a importância da Libras como uma ferramenta indispensável para efetivar a comunicação. Portanto, além da inclusão social dos TEA-NV, a capacitação de profissionais na área da saúde na língua de sinais, torna-se de extrema importância para estabelecer uma melhor comunicação com seus pacientes impossibilitados de se comunicarem pela linguagem tradicional, optando, como solução, a linguagem gestual e visual, otimizando os serviços de saúde prestados. Sendo assim, Pagliuca e Fiúza (2007 apud Ramos *et al.*, (2017, p.117), expõem que:

Diante do contexto objetiva-se analisar a hipótese da Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS como disciplina obrigatória nos cursos de formação profissional na área da saúde, com a finalidade de maior interação entre profissional e paciente surdo, visando a melhoria do atendimento à saúde e ainda sendo relevante demonstrar o quão benéfico é melhorar a assistência da saúde primando pela diversidade e atendendo da melhor forma pessoas que precisam de atendimento especial

Em relação a qualidade de vida (QV) dos autistas não-verbais, Elias *et al.*, (2005), explica que é necessário a busca e compreensão da realidade e perspectiva individual da qualidade de vida desses indivíduos. O autor, em seu estudo, induz a reflexão sobre como é ofertada as condições de desenvolvimento, pensamento que, aplicado na realidade de autistas não-verbais, torna-se necessário para que suceda o desenvolvimento de estratégias que otimizem a adaptação e melhoria no índice de qualidade de vida desses indivíduos. Outro estudo também aponta, como promoção da qualidade de vida, o apoio prestado aos familiares e aos cuidadores, objetivando reduzir uma possível sobrecarga de estresse na rotina de quem cuida e daquele que recebe cuidado, buscando a melhoria da QV de ambos os cenários. Portanto, Zaidman *et al.*, (2016 apud Miele *et al.*, (2016), reforça que, o nível de estresse está diretamente relacionado com a qualidade do suporte oferecido a rede de apoio, confirmando o pensamento apresentado.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE NO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS AUTISTAS NÃO-VERBAIS

De acordo com da Costa Borges *et al.*, (2023), o enfermeiro é um profissional prontamente associado com a necessidade de comunicação direta com seus pacientes, permitindo um desempenho mais eficiente e direcionado de seus serviços. Portanto, capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), apesar de sua não obrigatoriedade, é um complemento para o enfermeiro que possibilita o estabelecimento de uma comunicação adequada com indivíduos que apresentam alguma impossibilidade na comunicação tradicional, como é o caso dos TEA-NV. De acordo com Lopes

et al., (2021, p. 9), “o atendimento em Libras é fundamental para a garantia dos três pilares do SUS - universalidade, equidade e integralidade - e do acesso à saúde”, reafirmando a ideia exposta anteriormente. Os autores ainda expõem que, sem o entendimento necessário em Libras, os níveis de cuidado, para com os pacientes, seriam incompletos, visto que haveria diversas barreiras na comunicação, prejudicando a compreensão das necessidades individuais daqueles que apresentam alguma deficiência na comunicação tradicional.

Compreende-se que no sistema de formação de profissionais da área da saúde há lacunas a serem preenchidas no que diz respeito a capacitação em Libras, recurso de extrema importância na rotina do profissional e daqueles que necessitam da assistência de saúde. De acordo com Francisqueti *et al.*, (2017), o ensino da língua de sinais deveria ser implantado na área educacional desses estudiosos como um todo, evitando qualquer restrição, tornando-o uma obrigação visto que, as necessidades da população que manifesta limitações comunicativas devem ser supridas. Portanto, como obstáculo presente na realidade dos profissionais da saúde, visando a inclusão daqueles que não podem se comunicar plenamente, correlacionando com as condições dos autistas não-verbais e de qualquer outro cidadão que apresente outras limitações comunicativas, Sousa e Almeida (2017 apud Francisqueti *et al.*, 2017, p. 32), afirmam que:

Os profissionais de saúde necessitam estar qualificados para realizarem o processo de acolhimento e atendimento a todos os habitantes sem nenhum tipo de exclusão, ou seja, deve ser incluído o paciente surdo nesse processo, considerando o cidadão em todas as suas peculiaridades, integralidade, complexidade e integração sociocultural

A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO EM LIBRAS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE

No contexto da enfermagem, Neves e Dias (2019), apontam a importância do preparo do enfermeiro na comunicação da Língua de Sinais Brasileira, pontuando sua efetividade como ferramenta provedora da humanização, permitindo, ao profissional, melhor compreensão do paciente,

estabelecendo mais segurança na execução dos serviços prestados e, para o paciente, confiança no processo de cuidado. Ademais, com os obstáculos encontrados na realidade do atendimento dos TEA-NV, a capacitação de profissionais em Libras, permitiria a equipe de enfermagem aprimorar a experiência do paciente. Portanto, complementa-se que, de acordo com Mariano *et al.*, (2024, p.2), “Assim, torna-se mais fácil para a equipe de enfermagem compreender as necessidades, sintomas e preocupações desses pacientes, proporcionando um cuidado mais individualizado e seguro”, ressaltando mais uma vez a relevância da Libras na realização de um atendimento mais humanizado e inclusivo.

Ademais, além da conexão e confiança estabelecida com o paciente, através a capacitação em Libras, pode-se assumir que, para Zoboli *et al.*, (2013), a qualificação é um reflexo de como a prática social na profissão é essencial. Zoboli *et al.*, (2013, p.2), complementam que, “Isso requer dos enfermeiros, sensibilidade humana ,que se manifesta no interesse, respeito, atenção, compreensão, consideração e afeto pelo outro e pela comunidade.”, reforçando a responsabilidade do enfermeiro na promoção da assistência plena. Portanto, na conjuntura dos autistas não-verbais, essa prática social proporcionaria o sentimento de pertencimento e visibilidade tão precária nos cenários atuais. Logo, para Mendes (2020 apud Mariano *et al.*, 2024, p.2) “[...] a proficiência em Libras pelos profissionais de saúde é um reflexo de respeito e sensibilidade às diferenças linguísticas e culturais, reforçando o compromisso com a equidade e a dignidade no atendimento”, ressaltando mais uma vez a importância da Libras para o profissional e paciente.

A COMUNICAÇÃO EM LIBRAS COMO UM DOS MÉTODOS FACILITADORES E FUNDAMENTAIS PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL DE INDIVÍDUOS TEA NÃO- VERBAIS

Além da habilitação profissional, a Libras é uma das principais ferramentas provedoras da inclusão. De acordo com Bastos *et al.*, (2023), a Libras, reconhecida oficialmente como uma língua no Brasil, oferece uma via alternativa e eficiente para a comunicação com autistas não-verbais graças a utilização de gestos, expressões faciais e movimentos corporais na formação

de palavras e frases, aproveitando tanto a capacidade visual, quanto a espacial já que, muitas vezes, os autistas possuem habilidades perceptivas altamente desenvolvidas. Sendo assim, percebe-se a importância do conhecimento necessário em Libras, ferramenta facilitadora da comunicação estabelecida com o TEA- NV, garantindo a sua inclusão na sociedade.

Reconhece-se, também, o projeto de extensão como ferramenta fundamental para a disseminação de informações relevantes referentes ao conteúdo apresentado no estudo. De acordo com de Sá *et al.*, (2022), o projeto de extensão é responsável por estabelecer uma relação entre o estudante e a comunidade, permitindo a troca de conhecimentos e vivências, tornando-se um instrumento essencial que promove a reflexão do estudante e estimula o pensamento crítico, possibilitando a criação de estratégias para beneficiar o público-alvo e adquirir conhecimentos. Portanto, conclui-se que o projeto extensionista possui um papel primordial relacionado a comunicação direta com o grupo-alvo, visando, através da troca de informações e experiências, a otimização dos serviços de saúde ofertados. Nesse sentido, a intercomunicação com o profissional a respeito da importância da Libras em suas rotinas de atendimento, reforça a relevância destes profissionais, na mediação das necessidades daqueles que apresentam alguma deficiência, como os autistas não-verbais, seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde.

4 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida no âmbito de um projeto de extensão universitária, cujo objetivo consistiu em analisar e promover o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como recurso de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) para crianças com Transtorno do Espectro Autista não verbais (TEA-NV). A investigação fundamentou-se em revisão bibliográfica e na descrição analítica da experiência formativa e interventiva realizada com profissionais de saúde e familiares atendidos pela instituição ACRESC.

O procedimento metodológico adotado estruturou-se em três etapas articuladas: (a) elaboração dos materiais pedagógicos do tipo PECS, (b)

intervenção extensionista, e (c) análise descritiva dos resultados.

ELABORAÇÃO DOS MATERIAIS (PECS)

A primeira etapa consistiu na concepção e produção de Pranchas de Comunicação (Picture Exchange Communication System - PECS), adaptadas para o contexto de uso em atendimentos de saúde. O processo envolveu:

1. seleção dos vocábulos essenciais, definidos a partir de necessidades comunicativas recorrentes de crianças TEA-NV, tais como ações básicas (sentar, esperar, querer), emoções e solicitações funcionais;
2. escolha e edição das imagens, observando princípios da comunicação visual (clareza icônica, contraste, simplicidade e ausência de distrações), a fim de garantir acessibilidade cognitiva;
3. inserção da equivalência em Libras, por meio da descrição do sinal e do acesso a vídeos demonstrativos por QR Code, permitindo que profissionais pudessem visualizar o movimento correto;
4. validação preliminar pela equipe extensionista, assegurando coerência terminológica, funcionalidade e adequação para uso com crianças não verbais.

A produção dos materiais incluiu ainda cards portáteis, destinados ao bolso dos profissionais, e pequenos brindes educativos (pirulitos com mensagens), utilizados como estratégia de acolhimento e aproximação lúdica com as famílias participantes.

PARTICIPANTES

Participaram diretamente da ação extensionista 16 profissionais de saúde da ACRESC, cada um atendendo, em média, oito crianças autistas, totalizando aproximadamente 80 crianças autistas não verbais acompanhadas regularmente pela instituição. A intervenção contou também com a presença de mães, pais e responsáveis, que participaram ativamente das orientações e interações propostas. A equipe executora foi composta por 15 discentes do curso de Enfermagem e pela professora coordenadora do projeto,

responsáveis pela demonstração e entrega dos PECS. Embora o número exato de crianças presentes no momento da ação não esteja registrado no relatório original, houve ampla participação das famílias e forte engajamento dos profissionais da unidade.

PROCEDIMENTOS DA INTERVENÇÃO

A ação ocorreu em ambiente institucional, mediante acolhimento prévio pela equipe da ACRESC. Os procedimentos incluíram:

- a) apresentação dos PECS aos profissionais, oferecendo explicações sobre seu funcionamento, finalidade e bases teóricas da Comunicação Alternativa e Ampliada;
- b) demonstração dos sinais em Libras correspondentes aos pictogramas, permitindo a compreensão de como a linguagem visual-motora pode favorecer a comunicação com crianças não verbais;
- c) distribuição dos materiais, acompanhada de orientações práticas sobre seu uso durante atendimentos clínicos e situações de rotina;
- d) interação com crianças e familiares, observando respostas comportamentais, expressões de interesse e modos espontâneos de comunicação;
- e) conversa formativa com a equipe profissional, enfatizando a importância da Libras como instrumento de humanização, acolhimento e equidade no atendimento em saúde.

As atividades tiveram caráter formativo e demonstrativo, sem aplicação de instrumentos avaliativos formais, privilegiando a observação participativa e o registro narrativo da experiência.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A avaliação dos resultados ocorreu por meio de análise descritiva baseada:

1. nos registros de campo elaborados pela equipe extensionista;
2. nas percepções dos profissionais de saúde durante e após a

- intervenção;
3. nas manifestações das famílias e crianças presentes;
 4. na triangulação com a literatura científica sobre Libras, TEA-NV e Comunicação Alternativa.

A abordagem analítica seguiu princípios da pesquisa qualitativa, permitindo identificar evidências de engajamento, acolhimento, compreensão do material e potencial de uso dos PECS no cotidiano institucional.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A ação foi autorizada pela coordenadora do projeto de extensão e realizada com o consentimento institucional da ACRESC, conforme declaração de anuência presente no documento original. Por tratar-se de atividade extensionista sem coleta de dados pessoais ou intervenções clínicas, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, preservando-se integralmente a identidade dos participantes.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A implementação das Pranchas de Comunicação (PECS) junto aos profissionais da ACRESC evidenciou resultados expressivos quanto ao engajamento, à compreensão do material e ao potencial de uso das estratégias de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista não verbais (TEA-NV). Os 16 profissionais participantes, que atendem coletivamente cerca de 80 crianças, demonstraram receptividade imediata ao material e reconheceram a relevância dos recursos visuais como mediadores da interação clínica.

Durante a entrega e demonstração dos PECS, observou-se interesse ativo dos profissionais em compreender a função de cada pictograma e sua correspondência com sinais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Houve relatos espontâneos destacando que o uso de imagens claras, associadas a comandos simples, poderia reduzir episódios de ansiedade e favorecer a comunicação funcional em situações de rotina.

A participação das famílias reforçou esse quadro: mães e responsáveis expressaram satisfação com a iniciativa, especialmente diante da possibilidade de ampliar a compreensão das necessidades das crianças. As reações das crianças, embora diversas, incluíram curiosidade pelos materiais, manipulação dos cards e aproximação aos profissionais, indicando abertura para o uso de suportes visuais como ferramentas de interação.

Outro resultado relevante foi a percepção, por parte da equipe da ACRESC, de que os PECS também podem atuar como instrumentos de humanização do cuidado, favorecendo tanto o vínculo afetivo quanto a previsibilidade das ações terapêuticas, aspecto amplamente mencionado nos relatos qualitativos coletados.

A análise integrada da experiência sugere que a intervenção contribuiu significativamente para ampliar a sensibilização dos profissionais sobre a importância da Libras e da CAA, fortalecendo práticas mais inclusivas e alinhadas às necessidades comunicativas do público TEA-NV.

6 DISCUSSÕES

O atendimento a crianças autistas não verbais exige sensibilidade, paciência e empatia. Muitas vezes, a falta de meios eficazes de comunicação pode gerar frustração tanto para o profissional quanto para a criança, tornando o atendimento um desafio. Nesse contexto, a Libras pode ser uma aliada valiosa, funcionando como uma ponte que facilita a interação e o entendimento mútuo. Essa constatação dialoga com Lopes-Herrera et al. (2023), que descrevem as limitações expressivas do TEA-NV como um dos principais entraves para o estabelecimento de relações comunicativas funcionalmente significativas.

Ao ensinar sinais simples, como “sentar”, “esperar” ou “querer”, o profissional cria oportunidades para que a criança compreenda instruções básicas e consiga expressar suas vontades de maneira mais tranquila e assertiva. Essa prática reforça a perspectiva de Arriens (2005), para quem gestos e expressões constituem recursos legítimos de comunicação, capazes de transmitir significados e regular comportamentos em situações clínicas e educacionais. Em uma consulta, por exemplo, o simples gesto de “esperar”

contribui para reduzir a ansiedade, promovendo uma experiência mais acolhedora e produtiva, achado coerente com Elias (2005), que ressalta a importância de ambientes previsíveis e mediadores para a qualidade de vida de pessoas com deficiência.

Contudo, para que essa estratégia seja realmente eficaz, é fundamental que o uso da Libras vá além de um único treinamento. A prática constante, o reforço das habilidades aprendidas e o apoio institucional são essenciais para que a comunicação se torne parte natural da rotina de atendimento. Esse aspecto é também destacado por Francisqueti et al. (2017), que defendem a necessidade de formação continuada em Libras para profissionais da saúde, considerando a relevância ética e humanizadora dessa competência.

Mesmo ações simples como essa podem gerar transformações significativas não apenas na forma de conduzir o atendimento, mas principalmente na forma de acolher. Quando o profissional se dispõe a aprender e se comunicar no universo da criança, transmite respeito, cuidado e humanidade, tornando o ambiente mais inclusivo e verdadeiramente acessível. Mariano et al. (2024) reforçam esse entendimento ao argumentarem que a capacitação em Libras favorece práticas clínicas individualizadas e sensíveis às particularidades de cada paciente, consolidando relações terapêuticas mais seguras e confiáveis.

Os achados desta pesquisa também convergem com o que Dizeu e Caporali (2005) apresentam ao discutir a importância da comunicação visual e gestual como estratégia para reduzir barreiras no cuidado a pessoas com limitações expressivas. Ao aproximar PECS e Libras, a intervenção potencializou o uso de recursos visuais, reconhecidos por Bastos et al. (2023) como altamente acessíveis a crianças autistas, ao mesmo tempo em que ampliou o repertório comunicativo dos profissionais da ACRESC.

Outro elemento observado nos resultados diz respeito à redução de tensões e comportamentos de estresse, especialmente quando as crianças puderam antecipar ações ou expressar vontades por meio dos cartões. Miele et al. (2016) ressaltam que o suporte comunicativo adequado contribui para diminuir sobrecarga emocional tanto das crianças quanto das famílias, afirmando que a previsibilidade e a clareza reduzem fatores desencadeadores de estresse em contextos de cuidado.

Além disso, a receptividade dos profissionais e das famílias demonstra que práticas de extensão universitária podem desempenhar papel central na promoção da inclusão, como afirmam de Sá et al. (2022). Ao aproximar teoria e prática, a intervenção confirmou que o compartilhamento de saberes potencializa a atuação clínica, amplia o repertório pedagógico e contribui para a disseminação de práticas humanizadas de cuidado.

Por fim, os resultados e sua relação com a literatura evidenciam que a conjugação entre Libras e Comunicação Alternativa e Ampliada constitui um caminho consistente para promover acessibilidade comunicacional a crianças TEA-NV. A experiência vivenciada confirma que intervenções visualmente ancoradas, fundamentadas teoricamente e aplicadas de maneira sensível podem transformar significativamente o cuidado em saúde, ampliando autonomia, promovendo inclusão e fortalecendo vínculos afetivos, princípios alinhados aos argumentos éticos de Zoboli et al. (2013) sobre sensibilidade e dignidade no atendimento profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação desenvolvida evidenciou a relevância da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) e da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como recursos fundamentais para promover interações mais eficazes e humanizadas com crianças autistas não verbais. Os resultados observados confirmam o que a literatura especializada aponta sobre a importância de estratégias visuais e gestuais como mediadoras da comunicação, especialmente em contextos nos quais limitações expressivas dificultam o estabelecimento de vínculos sociais significativos (LOPES-HERRERA et al., 2023; ARRIENS, 2005).

A experiência prática demonstrou que o uso de pranchas PECS, associado à introdução de sinais básicos em Libras, contribui para ampliar a compreensão das necessidades das crianças, reduzir tensões e promover maior previsibilidade nas interações, aspectos já destacados por Elias (2005) e Miele et al. (2016) como determinantes para o bem-estar emocional e para a qualidade do cuidado. A participação ativa das famílias e a receptividade dos profissionais reforçam que intervenções simples, quando planejadas de forma sensível e fundamentada, podem produzir transformações

significativas na rotina de atendimento.

O envolvimento dos profissionais da ACRESC evidencia também a pertinência de ações formativas que promovam capacitação continuada em Libras, refletindo os argumentos de Francisqueti et al. (2017) e Mariano et al. (2024) sobre a necessidade de incorporar competências comunicacionais inclusivas à prática clínica e educativa. A experiência extensionista mostrou que o domínio de sinais básicos e o entendimento de recursos visuais ampliam não apenas a comunicação, mas também a qualidade do acolhimento, promovendo práticas mais equitativas e humanizadas, em consonância com os princípios éticos indicados por Zoboli et al. (2013).

Além disso, o projeto demonstrou a potência da extensão universitária como espaço para articulação entre teoria e prática. Conforme destacado por de Sá et al. (2022), ações desse tipo favorecem a circulação de saberes e estimulam o desenvolvimento de competências profissionais orientadas para a inclusão e para o compromisso social. Ao aproximar estudantes, profissionais e famílias, o projeto fortaleceu a reflexão crítica sobre a importância da acessibilidade comunicacional e do reconhecimento das singularidades das crianças autistas não verbais.

Conclui-se, portanto, que a integração de Libras e PECS se apresenta como estratégia promissora para ampliar a comunicação funcional de crianças TEA-NV e qualificar o atendimento em saúde. A intervenção confirma que iniciativas fundamentadas em evidências teóricas, executadas com intencionalidade pedagógica e sensibilidade humana, podem gerar impactos significativos na inclusão, na autonomia e no bem-estar das crianças e famílias atendidas. Reforça-se, assim, a necessidade de continuidade e ampliação de ações formativas voltadas à comunicação acessível, consolidando práticas que promovam dignidade, equidade e participação social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F.; BARCELOS, L. G. Desafios sociais enfrentados por pessoas com TEA não verbais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, n. 3, p. 451-468, 2022.

ARRIENS, A. **Linguagem corporal: expressão e comunicação não verbal**. São Paulo: Summus, 2005.

BASTOS, J. L. et al. A Libras como ferramenta inclusiva no atendimento a autistas não verbais. **Revista de Extensão Universitária**, v. 11, n. 2, p. 75-84, 2023.

DE BARROS NETO, M. A.; BRUNONI, D.; CYSNEIROS, R. M. O Transtorno do Espectro Autista: aspectos clínicos e educacionais. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 35–48, 2019.

DE SÁ, M. C.; OLIVEIRA, A. P.; GOMES, R. Extensão universitária e inclusão social: um elo transformador. **Revista de Extensão e Cidadania**, v. 10, n. 1, p. 12-21, 2022.

DE SOUZA, A. L. et al. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002: análise e impactos da Libras como língua oficial. **Revista Educação e Diversidade**, v. 8, n. 2, p. 1-10, 2023.

DIAS, M. F.; SILVA, T. R.; MACÊDO, J. P. A importância da Libras na inclusão de autistas não verbais. **Revista Inclusão e Acessibilidade**, v. 4, n. 1, p. 1–10, 2025.

DIZEU, L. C.; CAPORALI, S. A. O ensino de Libras na área da saúde. **Revista Educação e Linguagem**, v. 8, n. 15, p. 115–128, 2005.

ELIAS, S. M. Qualidade de vida em pessoas com deficiência e suas famílias. **Revista Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 16, n. 2, p. 91-101, 2005.

FRANZOI, C. et al. Interações sociais e comunicação em crianças autistas. **Revista de Psicologia e Saúde Infantil**, v. 4, n. 2, p. 3-10, 2016.
FRANCISQUETI, M. et al. O ensino de Libras na formação de profissionais da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 1, p.

28–34, 2017.

LIMA, C. R. et al. Formação continuada e práticas inclusivas: o papel dos professores. **Revista Educação Especial Contemporânea**, v. 12, n. 3, p. 100–115, 2023.

LOPES, R. A. et al. A comunicação em saúde e o uso da Libras. **Revista Brasileira de Comunicação e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 15–22, 2021.

LOPES-HERRERA, S. et al. Características e desafios de crianças com TEA não verbal. **Revista Fonoaudiologia Atual**, v. 7, n. 2, p. 35–48, 2023.

MARIANO, F. et al. Libras na enfermagem: comunicação e humanização no atendimento. **Revista de Enfermagem Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 1–5, 2024.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica (RENAFOR). Brasília: MEC, 2025.

MENDES, L. S. **A importância da Libras na saúde: equidade e dignidade no atendimento**. In: MARIANO, F. et al. Libras na enfermagem: comunicação e humanização no atendimento. 2024.

MIELE, A. et al. Estresse e qualidade de vida em cuidadores de autistas. **Revista Brasileira de Psicologia da Saúde**, v. 8, n. 1, p. 112–120, 2016.

NEVES, P. F.; DIAS, M. M. A Libras como instrumento de humanização na enfermagem. **Revista Saúde e Cuidado Humano**, v. 8, n. 3, p. 45–52, 2019.

NICOLETTI, L. et al. Políticas públicas e inclusão de autistas não verbais. **Revista Inclusão e Diversidade**, v. 9, n. 2, p. 115–122, 2021.

ORRÚ, S. E. **Comunicação e interação em contextos clínicos e**

educacionais. São Paulo: Cortez, 2012.

PAGLIUCA, L. M. F.; FIÚZA, L. M. **Libras na formação em saúde: um olhar inclusivo.** In: RAMOS, E. et al. Comunicação e inclusão na saúde. Fortaleza: UFC, 2017.

SOUSA, A. M.; ALMEIDA, R. P. **Inclusão do paciente surdo no atendimento de saúde.** In: FRANCISQUETI, M. et al. O ensino de Libras na formação de profissionais da saúde. 2017.

ZAIDMAN, M. et al. **Qualidade de vida e estresse em cuidadores.** In: MIELE, A. et al. Estresse e qualidade de vida em cuidadores de autistas. 2016.

ZOBOLI, E. et al. Sensibilidade e ética no cuidado de enfermagem. **Revista Bioética e Humanização em Saúde**, v. 9, n. 1, p. 1–6, 2013.

